

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Arquitetura
Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável

Daniele Rodrigues Serra Lopes

**PATRIMÔNIO UNIVERSITÁRIO DA UFMG:
Construção de um panorama de seus imóveis protegidos**

Belo Horizonte
2022

Daniele Rodrigues Serra Lopes

PATRIMÔNIO UNIVERSITÁRIO DA UFMG:
Construção de um panorama de seus imóveis protegidos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável.

Linha de Pesquisa: Memória e Patrimônio Cultural

Orientadora: Profa. Dra. Alessandra Rosado

Belo Horizonte
2022

FICHA CATALOGRÁFICA

L864p Lopes, Daniele Rodrigues Serra.
 Patrimônio Universitário da UFMG [manuscrito] : construção de um
 panorama de seus imóveis protegidos / Daniele Rodrigues Serra Lopes. -
 2022.
 206 f. : il.

 Orientadora: Alessandra Rosado.

 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
 Escola de Arquitetura.

 1.Patrimônio histórico - Teses. 2. Patrimônio cultural - Brasil - Teses. 3.
 Preservação histórica - Teses. I. Rosado, Alessandra II. Universidade
 Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. VI. Título.

CDD 363.69



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL

FOLHA DE APROVAÇÃO

"PATRIMÔNIO UNIVERSITÁRIO DA UFMG: Construção de um panorama de seus imóveis protegidos"

DANIELE RODRIGUES SERRA LOPES

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada, no dia **vinte de abril de dois mil e vinte e dois**, pela Banca Examinadora designada pelo Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos seguintes professores:

Profa. Dra. Izabella Galera

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof. Dr. Flávio de Lemos Carsalade

Escola de Arquitetura/UFMG

Profa. Dra. Alessandra Rosado - Orientadora

PPG-ACPS/UFMG

Belo Horizonte, 20 de abril de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Rosado, Membro**, em 20/04/2022, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flavio de Lemos Carsalade, Professor do Magistério Superior**, em 20/04/2022, às 17:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Izabella Galera, Usuário Externo**, em 24/04/2022, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1396577** e o código CRC **EA16702C**.

Aos meus filhos Beatriz e Eduardo.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado força e por ter me permitido chegar até aqui.

Aos meus filhos Beatriz e Eduardo, que me oferecem diariamente todo um mundo de amor, carinho e compreensão.

Ao meu marido Diego, que sempre me apoiou incondicionalmente.

Aos meus pais, por tudo que fizeram por mim, de maneira especial por terem acreditado no meu potencial.

Aos meus avós Maria da Piedade (Naná) e Paulo, que a sua maneira, ensinaram-me o valor de se conhecer a história.

A Stella, minha constante fonte de inspiração.

A Paula e Flávio, por mesmo distantes, sempre estarem presentes em minha vida.

A minha orientadora, Professora Alessandra, por ter sido um anjo em minha vida durante essa jornada.

Às professoras Dra. Maria Cristina Villefort Teixeira e Dra. Marina Salgado, pela gentileza de integrarem minha banca de qualificação do mestrado e por suas contribuições que foram muito significativas para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos professores Dr. Flávio Lemos Carsalade e Dra. Izabella Galera, pela gentileza de aceitar o convite para participar da banca de defesa do mestrado.

A toda a equipe do Departamento de Planejamento e Projetos e do Centro de Informações Técnicas da UFMG, de modo especial a sua diretora Dra. Renata Alves Siqueira, que tanto me auxiliaram no desenvolvimento desta pesquisa.

Aos professores e amigos do curso de Arquitetura e Urbanismo do Instituto Metodista Izabela Hendrix, em especial ao Professor Bernardo Capute e as amigas Ana Flávia Sousa e Manhã Tomich, que tanto contribuíram para minha formação profissional com o compartilhamento de seus conhecimentos e exemplos de vida.

Aos professores e amigos do Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da UFMG, que foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

A todos os outros professores, amigos e familiares, que de maneira direta e indireta contribuíram para esta conquista.

“O que sabemos dos lugares é coincidirmos com eles durante um certo tempo no espaço que são. O lugar estava ali, a pessoa apareceu, depois a pessoa partiu, o lugar continuou, o lugar tinha feito a pessoa, a pessoa havia transformado o lugar.” (SARAMAGO, 2009, p. 19)

RESUMO

Ao longo dos séculos XX e XXI, a ampliação dos conceitos os conceitos relacionados ao patrimônio possibilitou que novos elementos recebessem reconhecimento e proteção do poder público através de iniciativas, como a criação de normatizações jurídicas em prol da preservação e ações administrativas como o tombamento. Um dos grupos a ser beneficiado por esta expansão são os bens móveis e imóveis gerenciados pelas universidades, este conjunto pode ser definido como “Patrimônio Universitário”. No Brasil, uma parcela significativa dos bens tombados está sob a responsabilidade das universidades, concentrando-se de forma mais significativa nas universidades públicas. A forma com que cada instituição lida com imóveis tombados é diversa, sendo que a maior parte das universidades não possui informações sobre seus bens protegidos, de forma sistematizada, clara e disponível à população. Em alguns casos, é identificado que a própria instituição não conhece o conjunto pelo qual é responsável. A Universidade Federal de Minas Gerais é um dos exemplos onde a narrativa sobre o Patrimônio Universitário é deficiente. Por esse motivo é proposto o mapeamento e o registro dos seus imóveis tombados ou em processo de tombamento com a finalidade de subsidiar políticas de gestão integrada desse patrimônio que possa assegurar melhores condições aos imóveis em questão. Foi desenvolvida uma metodologia de estruturação das principais informações de cada bem, baseada no trabalho desenvolvido pela Universidade de São Paulo, no qual através de documentação indireta (pesquisa documental e bibliográfica) e documentação direta (pesquisa de campo) criou-se um banco de dados. O mesmo sistema foi aplicado aos imóveis da UFMG que são protegidos. A consolidação das informações foi dividida em um nível maior de detalhes para os bens localizados em Belo Horizonte e um nível menor para os demais bens. O resultado alcançado é inédito para a instituição e busca ser subsídio para as discussões sobre este grupo.

Palavras-chave: Patrimônio Universitário. Patrimônio da Ciência e Tecnologia. Universidade Pública. UFMG. Arquitetura.

ABSTRACT

Throughout the 20th and 21st centuries, the expansion of the concepts surrounding the heritage allowed new elements to receive recognition and protection from the public power through initiatives, such as the creation of legal norms for preservation and administrative actions such as tipping. One of the groups to benefit from this expansion are the movable and real estate managed by universities, this set can be defined as "University Heritage". In Brazil, a significant portion of the listed assets is under the responsibility of universities, focusing more significantly on public universities. The way in which each institution deals with listed properties is diverse, and most universities do not have information about their protected assets, in a systematized, clear and available to the population. In some cases, it is identified that the institution itself does not know the whole for which it is responsible. The Federal University of Minas Gerais is one of the examples where the narrative about University Heritage is deficient. For this reason, it is proposed the mapping and registration of its listed properties or in the process of tipping in order to subsidize integrated management policies of this property that can ensure better conditions for the properties in question. A methodology was developed for structuring the main information of each good, based on the work developed by the University of São Paulo, in which through indirect documentation (documentary and bibliographic research) and direct documentation (field research) a database was created. The same system was applied to UFMG properties that are protected. The consolidation of information was divided into a higher level of detail for the goods located in Belo Horizonte and a lower level for the other goods. The result achieved is unprecedented for the institution and seeks to be a subsidy for discussions about this group.

Keywords: University Heritage. Heritage of Science and Technology. Public University. UFMG. Architecture.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Incêndio na Escola de Artes de Glasgow em 2018	33
Figura 2 – Incêndio Museu Nacional	33
Figura 3 – Incêndio MHNJB em 2020	34
Figura 4 – Incêndio da Universidade Makerere	34
Figura 5 – Alojamento de estudantes da Universidade da Cidade do Cabo durante o incêndio	35
Figura 6 – Danos no forro do Centro de Memória da Escola de Engenharia	36
Figura 7 – Escola de Minas da UFOP	38
Figura 8 – Imóveis tombados em universidades por estado	51
Figura 9 – Faculdade de Direito e Observatório Astronômico da UFRGS	55
Figura 10 – Atuação USP	56
Figura 11 – Museu do Ipiranga	58
Figura 12 – Escola Luiz de Queiroz	58
Figura 13 – Casa de José de Alencar, vista externa e interna	62
Figura 14 – Campus da UFAM	63
Figura 15 – Locais onde a UFMG desenvolve atividades presenciais	64
Figura 16 – Mapa de cidades com imóveis tombados da UFMG	65
Figura 17 – Mapa de localização de imóveis tombados da UFMG em Caeté	69
Figura 18 – Observatório visto à noite	70
Figura 19 – Mapa da localização dos imóveis tombados em Diamantina	72
Figura 20 – Passadiço da Casa da Glória	73
Figura 21 – Mapa dos imóveis tombados da UFMG em Tiradentes	75
Figura 22 – Fachada da Casa de Cultura	76
Figura 23 – Fachada Principal da Casa da Câmara	78
Figura 24 – Fachada principal do Museu de Sant'Ana	79
Figura 25 – Museu Casa Padre Toledo	81
Figura 26 – Fundos do Sobrado Quatro Cantos	83
Figura 27 – Mapa de localização dos imóveis tombados ou em processo de tombamento em BH	85
Figura 28 – Vista da fachada principal da Reitoria em 2020	86
Figura 29 – Maquete da Reitoria vista a partir da frente (esq.) e dos fundos (dir.)	88
Figura 30 – Reitoria em construção entre 1958 e 1962	88

Figura 31 – Mural "Inconfidência mineira", 1960, de Yara Tupinambá, localizado no saguão da Reitoria	88
Figura 32 – Estação Ecológica	91
Figura 33 – Vista aérea da EECO	93
Figura 34 – Implantação das edificações da EECO	93
Figura 35 – Mapa de relação da Estação Ecológica com o Campus Pampulha	94
Figura 36 – Mapa do perímetro de tombamento da Estação Ecológica	95
Figura 37 – Chaminé da Olaria	98
Figura 38 – Forno da Olaria	99
Figura 39 – Região do forno da Olaria com cobertura	100
Figura 40 – Olaria no fim da década de 1950	101
Figura 41 – Cineclube Olaria	103
Figura 42 – Entrada do MHNJB	104
Figura 43 – Mapa chave da implantação do MHNJB	105
Figura 44 – Mapa chave do núcleo de edificações do MHNJB	106
Figura 45 – Palacinho	107
Figura 46 – Presépio do Pípiripau	109
Figura 47 – Mapa do perímetro de tombamento do MHNJB	110
Figura 48 – Fachada frontal do Edifício Oscar Versiani após a reforma de 2011 ...	112
Figura 49 – Edifício Oscar Versiani na década de 1960	114
Figura 50 – Antiga Faculdade de Medicina	116
Figura 51 – Palacete Thibau no período que sediou a Faculdade de Medicina de Belo Horizonte	116
Figura 52 – Demolição do prédio original da FME	118
Figura 53 – Construção do Edifício Oscar Versiani, entre 1958-1959	118
Figura 54 – Fachada do Hospital Borges da Costa	120
Figura 55 – Planta 1º (esq.) e 2º (dir.) pavimentos Hospital Borges da Costa	122
Figura 56 – Trecho da fachada (portaria principal) do Hospital Borges da Costa ...	122
Figura 57 – Inauguração do Instituto Radium em 1922	123
Figura 58 – Visita de Marie Curie ao Instituto Radium em 1926	124
Figura 59 – Alunos fazem do Hospital Borges da Costa sua moradia na década de 1980	125
Figura 60 – Fachada do Centro Cultural	128
Figura 61 – Planta 1º (dir.) e 2º (esq.) pavimento	129
Figura 62 – Pátio interno do Centro Cultural	130
Figura 63 – Fachada da avenida Santos Dumont	130

Figura 64 – Fachada da rua da Bahia	130
Figura 65 – Fachada principal do Centro de Memória da Escola de Engenharia na década de 1980.....	134
Figura 66 – Fachada da Rua da Bahia do Centro de Memória da Escola de Engenharia	135
Figura 67 – Fachada da Rua Guaicurus do Centro de Memória da Escola de Engenharia.....	135
Figura 68 – Planta 1º pavimento do Centro de Memória da Escola de Engenharia	136
Figura 69 – Planta 2º pavimento Centro de Memória da Escola de Engenharia.....	136
Figura 70 – Imagem ilustrativa do projeto de requalificação realizado em 2011	137
Figura 71 – Fachada do Conservatório Mineiro de Música	139
Figura 72 – Planta 1ª (esq.) e 2º pavimento (dir.) do Conservatório	141
Figura 73 – Fachada Av. Afonso Pena.....	142
Figura 74 – Escadaria e vitral do hall principal CMM	142
Figura 75 – Painel do auditório do Conservatório	143
Figura 76 – Fachada Rua dos Guajararas	144
Figura 77 – Pátio interno CMM.....	144
Figura 78 – Escola de Arquitetura na década de 70	147
Figura 79 – Sede da EAQ em construção com o antigo prédio do Mercadinho à frente	149
Figura 80 – Hall de acesso principal da EAQ.....	151
Figura 81 – Residência adaptada para funcionamento da EAQ no Parque Municipal entre 1930 e 1937	153
Figura 82 – Segunda sede da EAQ e atual Centro de Cultura de Belo Horizonte ..	153
Figura 83 – Sede da EAQ na Avenida Carandaí, em 1945.....	153
Figura 84 – Espaço do Conhecimento UFMG.....	155
Figura 85 – Planta 1º Pavimento EPC.....	156
Figura 86 – Planta 2º Pavimento EPC.....	157
Figura 87 – Planta 3º Pavimento EPC.....	157
Figura 88 – Planta 4º Pavimento EPC.....	158
Figura 89 – Planta 5º Pavimento EPC.....	158
Figura 90 – Fachada EPC	159
Figura 91 – Terraço Astronômico do EPC.....	159
Figura 92 – Fachada do prédio quando abrigava a Reitoria da UEMG.....	160
Figura 93 – Relação entre órgãos de proteção patrimonial.....	167

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Área construída da UFMG em 2021	66
Tabela 2 – Área de terreno da UFMG em 2021	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Trabalhos sobre Patrimônio Universitário Brasileiro.....	23
Quadro 2 – Universidades Patrimônio Mundial	42
Quadro 3 – Bens tombados em universidades públicas brasileiras	46
Quadro 4 – Imóveis tombados ou em processo de tombamento da UFMG.....	67
Quadro 5 – Inscrições do tombamento do Observatório pelo IPHAN	71
Quadro 6 – Inscrições do tombamento do Observatório pelo IEPHA/MG	72
Quadro 7 – Inscrições do tombamento do Instituto Casa da Glória pelo IPHAN.....	74
Quadro 8 – Inscrições do tombamento da Casa de Cultura pelo IPHAN	77
Quadro 9 – Inscrições do tombamento da Reitoria pelo CDPCM/BH	78
Quadro 10 – Inscrições do tombamento do Museu de Sant’Ana pelo IPHAN.....	80
Quadro 11 – Inscrições do tombamento do Museu Casa Padre Toledo pelo IPHAN	82
Quadro 12 – Inscrições do tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Tiradentes pelo IPHAN.....	82
Quadro 13 – Inscrições do tombamento do Sobrado Quatro Cantos pelo IPHAN	84
Quadro 14 – Inscrições do tombamento da Reitoria pelo CDPCM/BH	91
Quadro 15 – Inscrições do tombamento da Estação Ecológica pelo CDPCM/BH	98
Quadro 16 – Inscrições do tombamento da MHNJB pelo CDPCM/BH	111
Quadro 17 – Inscrições do tombamento do Presépio do Pípiripau pelo IPHAN	112
Quadro 18 – Inscrições do tombamento da FME pelo CDPCM/BH	119
Quadro 19 – Inscrições do tombamento do Hospital Borges da Costa pelo CDPCM/BH	127
Quadro 18 – Inscrições do tombamento do Hospital Borges da Costa pelo IEPHA/MG	127
Quadro 19 – Inscrições do tombamento do Centro Cultural pelo CDPCM/BH.....	133
Quadro 20 – Inscrições do tombamento do Centro Cultural pelo IEPHA/MG	133
Quadro 21 – Inscrições do tombamento do Centro de Memória pelo CDPCM/BH .	138
Quadro 22 – Inscrições do tombamento do Centro de Memória pelo IEPHA/MG...	139
Quadro 23 – Inscrições do tombamento do Conservatório pelo CDPCM/BH	146
Quadro 24 – Inscrições do tombamento do Conservatório pelo IEPHA/MG	146
Quadro 25 – Inscrições do tombamento da EAQ pelo CDPCM/BH	154
Quadro 26 – Inscrições do tombamento do EPC pelo IEPHA/MG	162

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição de universidades públicas no Brasil	43
Gráfico 2 – Imóveis tombados em universidades por região do Brasil.....	51
Gráfico 3 – Distribuição de imóveis protegidos da UFMG entre as cidades de MG	165
Gráfico 4 – Distribuição dos imóveis protegidos em BH.....	165
Gráfico 5 – Época de inauguração dos imóveis protegidos em BH.....	166
Gráfico 6 – Relação entre imóveis tombados e a Rede de Museus.....	168

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BH	Belo Horizonte
DPP/UFMG	Departamento de Planejamento e Projetos da Universidade Federal de Minas Gerais
CDPCM/BH	Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte
CIT/DPP/UFMG	Centro de Informações Técnicas da Universidade Federal de Minas Gerais
CMM	Conservatório Mineiro de Música
COE	<i>Council Of Europe</i>
CPC	Comissão de Patrimônio Cultural da Universidade de São Paulo
EECO	Estação Ecológica da Universidade Federal de Minas Gerais
DAC	Diretoria de Ação Cultural da Universidade Federal de Minas Gerais
EAQ	Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EPAMIG	Instituto de Experimentação e Pesquisas Agropecuárias de Minas Gerais
EPC	Espaço do Conhecimento
FME	Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais
FRMFA	Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade
FUNDEP	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa

IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
ICB	Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IEPHA/MG	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IGC	Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LPM	Lista Patrimônio Mundial
MG	Minas Gerais
MHNJB	Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SPH	Setor de Patrimônio Histórico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UEMG	Universidade Estadual de Minas Gerais
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSJ	Universidade Federal de São João del-Rei
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UMG	Universidade de Minas Gerais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP	Universidade de Campinas
UNIFEI	Universidade Federal de Itajubá
UPM	Universidades Patrimônio Mundial
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	22
2 HORIZONTES DO PATRIMÔNIO UNIVERSITÁRIO	30
2.1 As Universidades	36
2.2 Políticas e diretrizes para o patrimônio universitário	40
2.2.1 Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	53
2.2.2 Universidade de São Paulo – USP	56
2.2.3 Universidade Federal do Ceará – UFC	61
2.2.4 Universidade Federal do Amazonas – UFAM	63
3 PATRIMÔNIO UNIVERSITÁRIO DA UFMG	64
3.1 Imóveis localizados fora de Belo Horizonte	69
3.1.1 Caeté	69
3.1.1.1 Observatório Astronômico Frei Rosário	70
3.1.2 Diamantina	72
3.1.2.1 Instituto Casa da Glória	73
3.1.3 Tiradentes	74
3.1.3.1 Casa de Cultura	76
3.1.3.2 Casa da Câmara	77
3.1.3.3 Museu de Sant’Ana	79
3.1.3.4 Museu Casa Padre Toledo	80
3.1.3.5 Sobrado Quatro Cantos	82
3.2 Imóveis localizados em Belo Horizonte	84
3.2.1 Reitoria	86
3.2.2 Estação Ecológica	91
3.2.3 Olaria	98
3.2.4 Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG	103
3.2.5 Faculdade de Medicina	112
3.2.6 Hospital Borges da Costa	120
3.2.7 Centro Cultural	128
3.2.8 Centro de Memória da Escola de Engenharia	134
3.2.9 Conservatório Mineiro de Música	139

3.2.10 Escola de Arquitetura	147
3.2.11 Espaço do Conhecimento UFMG	154
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
REFERÊNCIAS.....	170
APÊNDICE A – <i>Recommendation Rec(2005)13 of the Committee of Ministers to member states on the governance and management of university heritage...</i>	184
APÊNDICE B – Carta do Patrimônio Cultural da Universidade de São Paulo..	195
APÊNDICE C – Carta do Rio de Janeiro sobre o Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia	199
ANEXO A – Roteiro para consolidação de informações sobre os imóveis tombados	205

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos XX e XXI, os conceitos relacionados ao que deve ser considerado patrimônio foram revistos e ampliados (CANDAU, 2011; CASTRIOTA, 2009; CHOAY, 2017, 2011). A visão anterior segundo a qual só deveriam ser preservados monumentos de valor excepcional foi expandida e passou a incorporar paisagens, bens imateriais, imóveis presentes no nosso cotidiano, entre outros. Essa ampliação gerou espaço para a discussão de diversos novos campos, entre eles o “Patrimônio da Ciência e Tecnologia”. São debates que têm crescido de maneira considerável ao longo dos últimos anos no Brasil e no mundo ocidental (OLIVEIRA, 2019).

Como grande área de estudo em processo de consolidação, o Patrimônio da Ciência e Tecnologia possui variações em sua designação, como “patrimônio científico”, “patrimônio da ciência”, “patrimônio da ciência e tecnologia” (GRANATO; LOURENÇO, 2015). Dentro deste grande tema, encontramos designações como “patrimônio cultural universitário”, “patrimônio universitário” e equivalentes, que se referem aos patrimônios imóvel, móvel e integrado encontrados hoje nas universidades (BORDE, 2014; BORDE; BELLINHA, 2015a; OLIVEIRA, 2019; SILVA, 2015). O patrimônio da ciência e tecnologia não é constituído somente do patrimônio das universidades, afinal elas não são as únicas instituições a produzir ciência, porém são responsáveis pela guarda da maior parte dos bens referentes ao tema (GRANATO; RIBEIRO; ARAÚJO, 2018).

É possível identificar que até a década de 1980 a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO – havia reconhecido bens isolados sob a gestão de universidades, devido à relevância que apresentavam, seja ela histórica, artística, arquitetônica ou paisagística (CAMPOS, 2018). Em 1989, a UNESCO criou o grupo das Universidades Patrimônio Mundial – UPM. As universidades escolhidas para o grupo foram protegidas pelo seu valor como Instituição. Hoje o grupo é formado por cinco instituições: Monticello e a Universidade de Virginia – Estados Unidos, Universidade e Recinto Histórico de Alcalá de Henares – Espanha, Cidade Universitária de Caracas – Venezuela, Campus Central da Cidade Universitária da Universidade Nacional Autônoma no México – México, Universidade

de Coimbra – Alta e Sofia – Portugal (CAMPOS, 2018; CAMPOS; MURTINHO, 2018; OLIVEIRA, 2019).

No Brasil, as pesquisas e estudos se voltam à investigação de ações sistemáticas para a preservação deste patrimônio (GRANATO; LOURENÇO, 2015; LIRA, 2014a; SILVA, 2015). São indicados como responsáveis pelo crescente interesse de estudos na área, pela ampliação do campo de proteção anteriormente citado e pelos sucessivos danos que esses bens têm sofrido e que são amplamente divulgados na mídia. Alguns exemplos dos trabalhos sobre o patrimônio universitário brasileiro são apontados pelo Quadro 1.

Quadro 1 – Trabalhos sobre Patrimônio Universitário Brasileiro

Universidade Estudada	Obras de Referência
Universidade de São Paulo – USP	(ARRUDA, 2014; CAMARGO, 2017; LOURENÇO <i>et al.</i> , 1999; USP, 2018; WOLFF, 2006)
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE	(MENDONÇA JÚNIOR; ARAÚJO, 2017; SILVA, 2015)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	(OLIVEIRA, 2019; SPH/UFRGS, 2004)
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ	(BORDE, 2014; BORDE; BELLINHA, 2015a)

Fonte: Da autora, 2020.

Como explica Le Goff (2013), a escolha do que sobrevive à passagem do tempo é premeditada por aqueles envolvidos com os relatos temporais e não há história se não existem documentos. Entrelaçando este conceito com o de Starling (2019), que defende que a sobrevivência da universidade depende da capacidade de engajarmos pessoas em sua defesa, torna-se evidente a necessidade de documentar o patrimônio universitário. Essa necessidade já é reconhecida por parte das universidades públicas brasileiras, sendo possível identificar esforços nesse sentido, como a criação do Comitê de Patrimônio Cultural realizada pela Universidade Federal do Ceará – UFC, que tem como um de seus objetivos a identificação do patrimônio sob a gestão da instituição (UFC, 2020).

O campo do Patrimônio Universitário no Brasil é extremamente amplo e, apesar dos crescentes estudos, ainda se encontra em estágio pouco explorado. É possível,

na maior parte das vezes, encontrar estudos pontuais sobre bens específicos e sobre o papel destes imóveis nas instituições que os gerenciam, ou como conjunto da instituição, tornando evidente a necessidade de investigação, registro e aprofundamento das discussões sobre o tema. Uma pequena amostra do volume que este patrimônio representa, a partir do viés dos imóveis tombados no Brasil, é da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, que possui dezoito imóveis protegidos, e da Universidade de São Paulo – USP, que possui vinte, como será detalhado ao longo desta pesquisa.

Conforme dados divulgados pelo INEP (2020), em 2019 o Brasil possuía cento e oito universidades públicas espalhadas por todo o território nacional,¹ sendo sessenta e três federais, quarenta estaduais e cinco municipais, cada uma tendo seu próprio momento na história, apresentando elementos distintos ao que se refere sua fundação, construção, estilos arquitetônicos, motivos de tombamento, estado de conservação e outras especificidades. Destas, uma parcela considerável é gestora de bens protegidos, sejam eles imóveis, móveis e integrados (ARRUDA, 2014; SILVA, 2015).

São amplamente documentadas na academia e na mídia as dificuldades orçamentárias e políticas enfrentadas por alguns órgãos do poder público no Brasil. Nos últimos anos, isso tem atingido de maneira especial as instituições ligadas à educação e à cultura, o que inclui as universidades. Como apontam Borde e Bellinha (2015b), a falta de dotação orçamentária para manutenção e conservação destes bens é um dos principais motivos de sua deterioração. Pensar em alternativas para gerenciar estes bens e obter recursos é uma questão chave para sua sobrevivência. Porém, para se pensar em alternativas para financiamentos e gerenciamento, é imprescindível que se conheça profundamente o objeto sobre o qual vai se atuar, fato que não ocorre na maior parte das instituições.

Por ser um campo pouco explorado delimitar um recorte temporal e espacial se mostrou um desafio. Após a realização de estudos preliminares, optou-se por analisar a situação dos imóveis tombados ou em processo de tombamento da UFMG, sendo a escolha pautada em vários fatores, entre eles:

¹ Neste total, não estão contempladas faculdades, IF's, CEFET's e centros universitários.

- A diversidade do patrimônio gerenciado pela UFMG, incluindo imóveis de quatro cidades diferentes (Belo Horizonte, Diamantina, Caeté e Tiradentes), construídos entre meados do séc. XVIII e início do séc. XX, com estilos arquitetônicos, percursos históricos e usos diversos.
- A importância da instituição no cenário nacional e internacional, sendo classificada como a terceira melhor universidade brasileira (EDUCATION, 2020),² atrás somente da USP e da Universidade de Campinas – UNICAMP.
- A relevância de Minas Gerais – MG no cenário de bens protegidos no Brasil.
- Vínculo profissional da autora com o Departamento de Planejamento e Projetos da UFMG – DPP/UFMG e com o Centro de Informações Técnicas da UFMG – CIT/DPP/UFMG.
- Pouco conhecimento por parte da própria instituição, seja pelos docentes, seja pelos discentes ou técnicos administrativos, sobre as edificações protegidas pelos órgãos de proteção patrimonial.
- O reconhecimento da instituição da importância desses imóveis e da necessidade de aprofundamento no assunto (UFMG, 2018).

A UFMG é responsável por um grupo de dezoito imóveis tombados ou em processo de tombamento (UFMG, 2018), distribuídos entre as cidades de Belo Horizonte, Tiradentes, Diamantina e Caeté, todas localizadas em Minas Gerais. A instituição apresenta alguns estudos que abordam seu patrimônio, como o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, do período de 2018 a 2023 (UFMG, 2018), porém as pesquisas se concentram na análise dos bens móveis, de modo especial a itens relacionados de maneira direta ou indireta à Rede de Museus.³

É fundamental destacar que a UFMG não possui uma lista consolidada com seus imóveis tombados ou em processo de tombamento, dificultando a proposição de alternativas para a gestão e a promoção deste conjunto junto à comunidade. A elaboração de um planejamento específico para os imóveis tombados da UFMG, visando a sua conservação e manutenção é prevista pelo PDI e apontada como

² A pesquisa considera tanto universidades públicas como particulares. No *ranking* elaborado com as cinco melhores universidades a ordem percebida foi: 1º Pontifícia Universidade Católica do Chile, 2º USP, 3º UNICAMP, 4º Tecnológico de Monterrey, 5º UFMG.

³ Nos anos 2.000, a UFMG criou a Rede de Museus, atualmente composta por vinte e cinco espaços localizados nas cidades de Belo Horizonte, Montes Claros e Tiradentes. A rede é formada por acervos, centros de memória e museus.

fundamental em diversos estudos (DAL PONT, 2008; UFMG, 2018). Podemos dividir a situação dos estudos sobre estes bens da seguinte forma:

- Existem estudos sobre o imóvel, porém eles são analisados de forma individual e suas relações com os outros imóveis que compõem a UFMG é pouco explorada. Ex.: Museu Casa Padre Toledo.
- Não existem estudos desenvolvidos especificamente para o imóvel. Ex.: Olaria.⁴
- Documentos que fazem referência de maneira sucinta partem de conjunto de imóveis tombados, mas não existe base com todos os dezoito imóveis. Ex.: PDI do período de 2018 a 2023 (UFMG, 2018).

Neste cenário, delimitou-se o objetivo geral desta pesquisa que será gerar o mapeamento dos imóveis tombados ou em processo de tombamento da UFMG e propor, através de estudos de caso, um modelo de análise desses bens com a finalidade de fornecer ferramentas que ampliem as possibilidades de conservação e gestão do patrimônio universitário no mundo contemporâneo.

Como pondera Starling (2019), não é possível contar uma única história da UFMG, devido aos seus inúmeros atores, cenários e pontos de vista. Desta forma, esta pesquisa busca registrar a trajetória de seus imóveis tombados, avaliar a situação em que se encontram e discutir possibilidades para seu futuro. Nesse contexto, são objetivos específicos deste trabalho:

- consolidar o conjunto dos imóveis tombados ou em processo de tombamento vinculados à UFMG, nas esferas municipal, estadual, federal e mundial;
- identificar os processos de tombamento a que cada imóvel está submetido;
- caracterizar cada imóvel através de levantamento preliminar de seu histórico e de suas características arquitetônicas;
- delinear a forma como cada imóvel foi incorporado ao espaço físico da universidade;
- mapear relações entre estes imóveis e entidades do poder público;
- verificar possíveis conexões ou falta delas entre os imóveis tombados geridos pela UFMG;
- delinear possibilidades de integração do conjunto.

⁴ Imóvel em processo de tombamento junto ao CDPCM/BH.

A partir da utilização do método de abordagem indutiva, a pesquisa investigará a formação do grupo de imóveis tombados da UFMG buscando traçar um panorama de suas trajetórias, dificuldades e possibilidades. Elegendo-se os métodos de procedimentos histórico, comparativo e estudo de caso, serão construídos perfis individuais destes bens, por meio do mapeamento de suas conexões e do apontamento das semelhanças e das diferenças entre seus percursos na instituição.

Será realizada uma ampla coleta de dados com o intuito de criar um panorama dos dezoito bens, sendo que estes serão divididos em dois grupos: o primeiro será composto pelos imóveis localizados fora de Belo Horizonte, que possuirão descrições menos detalhadas, o segundo grupo será composto pelos imóveis localizados em Belo Horizonte, que terão descrição detalhada, como será esclarecido ao longo da pesquisa. Para a coleta de dados foram escolhidas as seguintes técnicas:

A. Documentação indireta:

- Pesquisa bibliográfica: de forma ampla, é destinada a criar subsídios históricos, teóricos e conceituais sobre a temática do Patrimônio Universitário. De forma específica, identificará publicações que auxiliem a caracterização dos imóveis protegidos da UFMG. Serão utilizados livros, teses, dissertações, publicações oficiais, artigos, jornais e revistas.
- Pesquisa documental: destinada à caracterização dos imóveis. Serão utilizados dados primários, sendo eles documentos oficiais, jurídicos e fotografias. Alguns exemplos do material a ser analisado: projetos de arquitetura e engenharia, relatórios e pareceres, dossiês de tombamentos, ofícios, atas do conselho universitário, termos de cessão de uso e similares. A documentação será obtida junto à UNESCO, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG, prefeituras, arquivos públicos, bibliotecas, UFMG, Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade – FRMFA e Associação dos Ex-alunos da Escola de Engenharia da UFMG.

B. Documentação direta:

- Pesquisa de campo: será utilizada para preencher lacunas existentes após a realização das técnicas de documentação indireta. Serão realizadas visitas aos locais previamente estabelecidos com intuito de coletar informações que permitam melhor compreender o objeto de estudo.

A estruturação dos dados se baseia na experiência do processo de consolidação de dados de imóveis tombados ou em processo de tombamento da USP. Como explica (ALMEIDA, 1999), no momento em que foi constatada a necessidade da consolidação do conhecimento sobre os imóveis da USP, a equipe responsável criou um formulário para coleta de dados e consolidação de informações. O formulário foi composto por campos de identificação, situação do bem nas diversas instâncias de tombamento, número e conteúdo dos processos nas diversas instâncias de tombamento, incluindo resumos de pareceres e indicações sobre documentação arquitetônica e imagens disponíveis, histórico e bibliografia sobre o imóvel. A partir da experiência anteriormente descrita, criou-se um roteiro para a consolidação das informações sobre os bens da UFMG, que encontra-se disponível no anexo A desta pesquisa.

O trabalho está estruturado conforme os capítulos detalhados a seguir:

1 INTRODUÇÃO: apresenta uma visão geral da pesquisa e detalha os processos metodológicos a serem empregados.

2 HORIZONTES DO PATRIMÔNIO UNIVERSITÁRIO: traça um panorama a respeito das discussões contemporâneas sobre patrimônio universitário. Indica os desdobramentos das discussões gerais sobre o que é patrimônio e a ampliação do campo, que por sua vez tornou possível a discussão sobre patrimônio universitário. Aborda a questão em nível global e apresenta o grupo das Universidades Patrimônio Mundial – UPM. Trabalha a questão do patrimônio universitário no Brasil e a gestão de seus bens imóveis, utilizando exemplos como o da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, da Universidade de São Paulo – USP, da Universidade Federal do Ceará – UFC e da Universidade Federal da Amazônia – UFAM.

3 PATRIMÔNIO UNIVERSITÁRIO DA UFMG: investiga o papel dos imóveis tombados inseridos na UFMG. Neste sentido, apresenta um breve histórico da formação da universidade e da consolidação de seu espaço físico. Mostra quais são

os imóveis tombados ou em processo de tombamento, divide-os entre imóveis dentro e fora de Belo Horizonte, faz uma descrição de seus usos, identifica os responsáveis pela construção, a época de inauguração, a situação de seu vínculo com a UFMG e apresenta seus níveis de proteção. Para os imóveis localizado em Belo Horizonte, faz uma apresentação de sua trajetória até o momento e caracteriza-os fisicamente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: analisa os resultados obtidos e faz as considerações finais sobre a pesquisa desenvolvida.

2 HORIZONTES DO PATRIMÔNIO UNIVERSITÁRIO

As origens do termo patrimônio remontam a Roma Antiga e remete-se à herança do pai (CASTRIOTA, 2009). O termo monumento tem sua origem na mesma época e região, sua etimologia “deriva do substantivo latino *monumentum*, fruto do verbo *monere*: advertir, lembrar à memória” (CHOAY, 2011, p. 12). A ideia de monumento é definida por um artefato, ou conjunto de artefatos, criados com o objetivo de estabelecer uma memória viva em determinada sociedade (CHOAY, 2011).

É possível identificar que o conceito de monumento começa a se modificar por volta do século XVII, quando o termo começa a se descolar da ideia de grandiosidade. No fim do século XVII, a Revolução Francesa desencadeou a criação de políticas de proteção do patrimônio nacional, tendo em vista a destruição ocorrida no período (CHOAY, 2017, 2011). Segundo Candau (2011), a preocupação com o patrimônio é consequência de um temor por parte da sociedade, de que as grandes mudanças ocorridas no mundo de uma forma cada vez mais rápida poderiam causar a perda e o esquecimento de parte de suas memórias, histórias e identidades.

[...]a elaboração do patrimônio segue o movimento das memórias e acompanha a construção das identidades: seu campo expande quando as memórias se tornam mais numerosas; seus contornos se definem ao mesmo tempo em que as identidades colocam, sempre de maneira provisória, seus referenciais e suas fronteiras.(CANDAU, 2011, p. 163)

No início do século XX, Alöis Riegl fez a distinção entre monumento e monumento histórico, mostrando que a diferença fundamental entre as categorias está na intencionalidade. Os monumentos são intencionais, criados “a fim de lembrar, para a memória viva, orgânica e afetiva dos seus membros, pessoas, acontecimentos, crenças, ritos ou regras sociais constitutivas de sua identidade” (CHOAY, 2011, p. 12). O monumento histórico, por sua vez, “refere-se a uma construção intelectual, tem um valor abstrato de saber” (CHOAY, 2011, p. 14). Desta forma, (KÜHL, 2010) conclui que:

É necessário recordar que, por “monumento histórico”, não se deve entender obra grandiosa de valor artístico e histórico excepcional (como foi frequente no século XIX), mas, sim, como propõem variados autores na atualidade, qualquer artefato que adquiriu significação cultural com o tempo. (KÜHL, 2010, p. 301)

Em meados do século XX, observa-se que as sociedades passam a não mais erguer monumentos, com exceção de situações em que o objetivo é impedir o esquecimento de eventos que “coloquem em jogo o destino da humanidade, como os genocídios do século XX” (CHOAY, 2011, p. 13). Para Castriota (2009), no século passado houve um rompimento com um conceito previamente estabelecido de patrimônio arquitetônico e passamos a considerar a gestão do espaço como um todo.

[...] no que se refere ao patrimônio arquitetônico, vemos uma verdadeira explosão do conceito, que passa de uma formulação restrita e delimitada para uma concepção tão ampla que tende a abranger a gestão do espaço como um todo. De fato, inicialmente, concebia-se o patrimônio arquitetônico como uma espécie de “coleção de objetos”, identificados e catalogados por peritos como representantes significativos da arquitetura do passado e, como tal, dignos de preservação, passando a critérios adotados aqui normalmente pelo caráter de excepcionalidade da edificação, à qual se atribuía valor histórico e/ou estético. (CASTRIOTA, 2009, p. 84)

Durante o século XX, ocorreram diversos encontros e discussões com os especialistas da área, como os encontros realizados pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS. Essas reuniões geraram uma série de documentos e cartas que desenvolvem premissas para lidar com o patrimônio. Ao analisarmos suas temáticas, é possível observar uma expressiva ampliação de temas trabalhados. Realizando uma análise destes encontros, Kühl (2010) nos apresenta a relação das Cartas Patrimoniais adotados pela Assembleia Geral do ICOMOS. O conteúdo delas demonstra a ampliação dos temas abordados.

[...] a Carta de Atenas, de restauração, de 1931; a Declaração de Nara sobre a Autenticidade, de 1994, do Icomos; as Normas de Quito, da Organização dos Estados Americanos, de 1967; e a Carta e Declaração de Amsterdã, do Conselho da Europa, de 1975. (KÜHL, 2010, p. 291)

Carta dos jardins históricos (Carta de Florença), 1981; Carta internacional para a salvaguarda de cidades históricas (Carta de Washington), 1987; Carta internacional do patrimônio arqueológico, 1990; Carta internacional sobre a proteção e gestão do patrimônio cultural subaquático, 1996; Carta internacional do turismo cultural, 1999; Princípios a seguir para a conservação de estruturas históricas de madeira, 1999; Carta do patrimônio construído vernacular, 1999; Carta de princípios para a análise, conservação e restauração de estruturas do patrimônio arquitetônico, 2003; Carta para a preservação e a conservação-restauração de pinturas murais, 2003; Carta dos itinerários culturais, 2008; Carta para a interpretação e a apresentação de sítios culturais patrimoniais, 2008. (KÜHL, 2010, p. 293)

Segundo Choay (2017), a ampliação das discussões sobre patrimônio ocorre em três frentes: tipológica, cronológica e geográfica. A ampliação tipológica se refere à compreensão de que não só os grandes monumentos seriam considerados relevantes, mas também a edificação cotidiana, por exemplo as casas de pessoas comuns. A ampliação cronológica rompe a ideia de que o patrimônio deve estar em um passado distante e traz a linha temporal para cada vez mais próximo de nossos dias. Por fim a ampliação geográfica diz respeito à valorização de bens de outros locais fora da Europa. Como aponta Castriota (2009), uma parcela considerável dos bens que hoje são tombados não seria cogitada há alguns anos.

Um dos grupos que passa a ser valorizado a partir do surgimento desses “novos patrimônios” é o patrimônio cultural relacionado à ciência e à tecnologia. Esse grupo é formado por bens imóveis, móveis e integrados de interesse histórico e cultural, geridos por instituições que produzem e ensinam ciência, desta forma englobando instituições como escolas e universidades (GRANATO; LOURENÇO, 2015).

Além da ampliação dos conceitos do patrimônio, outro fator que tem levado ao aumento do número de pesquisas sobre o tema são os sucessivos danos que estes bens estão sofrendo no Brasil e no mundo. Os grandes incêndios, que são amplamente difundidos pela imprensa, são exemplos da situação. A seguir, listamos alguns exemplos de desastres ocorridos a partir de 2017, todos eles atingiram espaços reconhecidos pelo seu valor histórico.

- Incêndio em prédio da Universidade de Vermont, nos Estados Unidos, ocorrido em agosto de 2017 (THURSTON, 2017).
- Incêndio em diversos edifícios da Universidade de Bristol, na Inglaterra, ocorrido em janeiro de 2018 (BALLINGER, 2018).

- Incêndio da Escola de Artes de Glasgow (Figura 1), na Escócia, ocorrido em junho de 2018 (PRESSE, 2018).

Figura 1 – Incêndio na Escola de Artes de Glasgow em 2018



Fonte: BBC, 2018.

- Incêndio do Museu Nacional da UFRJ (Figura 2), ocorrido em novembro de 2018 (CUNHA, 2018).

Figura 2 – Incêndio Museu Nacional



Fonte: Foto de Reuters (SHALDERS, 2018).

- Incêndio de parte do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG – MHNJB (Figura 3), ocorrido em junho de 2020 (UFMG, 2020b).

Figura 3 – Incêndio MHNJB em 2020



Fonte: CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS, 2020.

- Incêndio do prédio da administração central da Universidade Makerere - Figura 4, em Uganda, ocorrido em setembro de 2020 (BBC, 2020).

Figura 4 – Incêndio da Universidade Makerere



Fonte: BBC, 2020.

- Incêndio na Universidade da Cidade do Cabo, que atingiu principalmente a biblioteca Jagger e destruiu milhares de documentos históricos em abril de 2021 (Figura 5).

Figura 5 – Alojamento de estudantes da Universidade da Cidade do Cabo durante o incêndio



Fonte: VEJA, 2021.

Importante salientar que os danos que o Patrimônio das Universidades tem sofrido não advém somente de grandes tragédias dignas de manchetes de jornais, como apontam Borde e Bellinha (2015a, p. 13): “Hoje, a falta de dotação orçamentária para a manutenção e preservação dos imóveis tombados da Universidade contribui para a deterioração do estado de conservação de muitos deles”. Essa dificuldade em realizar a manutenção destes espaços, causada não somente pela falta de orçamento, mas também pela falta de uma equipe capacitada, priorização junto a outras demandas da instituição, entre outros fatores, vai corroendo estes imóveis aos poucos, fazendo com que percam partes de sua identidade com o passar do tempo. Como estes danos, pequenos e médios, na maior parte das vezes não são divulgados na mídia, é comum que a comunidade não seja informada de que lentamente tem perdido parte destes imóveis formadores de sua memória. Através da Figura 6, podemos observar um exemplo da situação: parte do forro original do Centro de Memória da Escola de Engenharia da UFMG desmoronou em 2016, em função de uma infiltração ocorrida com as chuvas daquele ano.

Figura 6 – Danos no forro do Centro de Memória da Escola de Engenharia



Fonte: CIT/DPP/UFMG, 2016.

É necessário ainda pontuar que mesmo que um objeto histórico tenha relevância em determinado contexto, ele não possui proteção legal garantida, para isso é necessário que seu tombamento seja reconhecido. A preservação de um bem não está necessariamente atrelada às vias legais, como pontuado por Alves (2008, p. 70): o tombamento seria “[...] uma das formas de atuação do Estado em prol da preservação dos bens culturais, mas não a única nem a mais radical de preservação através da lei”. Para Alves (2008, p. 67), o tombamento é definido como um “[...] um instrumento jurídico de proteção ao patrimônio natural e cultural”, podendo ter caráter provisório ou definitivo, sendo gerado de maneira voluntária ou compulsória.

2.1 As Universidades

O pesquisador Oliveira (2019) afirma que a definição do objeto universidade é algo mais amplo do que simplesmente uma instituição de ensino. As universidades são elementos estruturantes da sociedade, que possuem a missão de produzir e difundir conhecimento, transmitir para gerações vindouras as descobertas realizadas hoje e preservar a memória daqueles que nos antecederam.

[...] além da contribuição para a geração e transmissão de conhecimento, em virtude de seu contexto socioespacial e do peso da sua história, as universidades tornaram-se guardiãs de um patrimônio cultural único e de valor inestimável. A especificidade do Patrimônio Universitário é um tema emergente e que, pela própria natureza da criação e gestão de seus campi, deve ter sua especificidade. (OLIVEIRA, 2019, p. 34)

A universidade mais antiga do mundo, que ainda está em funcionamento nos dias de hoje, é a Universidade de Al-Karaouine, localizada em Fez, no Marrocos, foi fundada por uma mulher⁵ em 859 d.C. Na Europa, a instituição mais antiga é a Universidade de Bolonha, na Itália, fundada em 1088 d.C. (BORTOLANZA, 2017).

No Brasil, as universidades são parte do passado recente na história do país, remontando às primeiras décadas do século XX, sendo que até este momento são identificadas somente Escolas Livres e descentralizadas em território nacional. As outras colônias localizadas na América, sejam elas britânicas ou espanholas, possuíram autorização para a criação de suas universidades nos primeiros séculos de sua história, sendo possível identificar o funcionamento dessas instituições no século XVII (LIRA, 2014b).

Como se sabe, na América Britânica, desde séc. XVII, começaram a se estruturar em vários centros coloniais *colleges* e *academies*, frequentemente inspirados em instituições congêneres, inglesas e escocesas. E na América hispânica, mesmo antes disso, por autorização papal, real ou do Conselho das Índias, foram instaladas diversas universidades: do México, Guadalajara, Guatemala, Havana e São Domingo a Lima, Cuzco, Bogotá, Caracas, La Paz, Córdoba, Santiago, entre outros. (LIRA, 2014b, p. 18)

Como indica Fialho (2012), o sistema educacional do Brasil só começou a ser pensado com a chegada da família real no ano de 1808. As primeiras instituições foram voltadas a atender as necessidades de D. João VI, por meio do estudo de medicina, engenharia e atividades militares. As primeiras escolas criadas foram “[...] as faculdades de Medicina no Rio de Janeiro e na Bahia, em 1808, e a Faculdade de Engenharia, embutida na Academia Militar, no Rio de Janeiro, em 1810” (FIALHO,

⁵ A Universidade de Al-Karaouine foi fundada em 859 d.C por uma mulher tunisiana chamada Fatima al-Fihri. A instituição inicialmente se dedicava a estudos sobre o islamismo.

2012, p. 8). Logo em seguida, surgem “as escolas de Direito de São Paulo e de Olinda (1827), a Politécnica do Rio de Janeiro (1874) e a Escola de Minas de Ouro Preto (1875)” (FIALHO, 2012, p. 9). Algumas das edificações que receberam essas escolas são existentes até os dias de hoje, tendo sido incorporadas às universidades que surgiriam posteriormente, apesar de não necessariamente abrigarem suas atividades originais, como no caso do prédio da antiga Escola de Minas, hoje vinculada à Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP e onde funciona o Museu de Ciência e Técnica (Figura 7).

Figura 7 – Escola de Minas da UFOP



Fonte: AZEVEDO, 2018.

O primeiro modelo de sistema educacional adotado se baseava em Escolas Livres e descentralizadas. Logo após a independência do Brasil, ocorrida em 1822, a Assembleia Constituinte começou a elaborar esboços para a instalação de uma universidade brasileira, fato que irá ocorrer apenas no início do século XX (FIALHO, 2012).

As primeiras universidades brasileiras surgem entre 1920 e 1930, fruto inicialmente de agrupamentos de Escolas Livres pré-existentes. Em um primeiro momento, foi formada a Universidade do Rio Janeiro, em seguida as “Universidades de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, [...] coincidindo com um momento de organização de cultura e emergência das primeiras políticas de preservação do país” (LIRA, 2014b, p. 18).

Em meio às contradições, o “ideal universitário” assume relevância e tem sua primeira manifestação em 1920, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro (posteriormente Universidade do Brasil), resultante da agregação da Escola Politécnica, da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Direito – tríade embrionária predominante na constituição das universidades. Considerada o marco inicial da educação superior no Brasil, a criação desta Universidade reavivou e intensificou debates em torno do problema universitário e estabeleceu um referencial de universidade para as demais instituições. Sob suas bases, foram fundadas algumas das principais universidades brasileiras: a de Minas Gerais, em 1927, e as de São Paulo e de Porto Alegre, em 1930. (FIALHO, 2012, p. 10)

Em 1930, a ideia de organizar universidades em cidades universitárias ganha força e diversos exemplos surgem no Brasil até o fim da década de 1960, como o Campus Pampulha da UFMG (não chamado desta forma na época), que teve suas obras iniciadas em 1956. As cidades universitárias eram modelos de universidades baseados em grandes áreas verdes, isoladas dos centros das cidades, que abrigavam toda uma infraestrutura de ensino e pesquisa, que iam desde salas de aulas e laboratórios até moradias para alunos, professores e técnicos administrativos. Este modelo caiu em desuso na década de 1970, devido ao elevado custo de sua implantação e manutenção (FIALHO, 2012). Desde então, as universidades passaram por diversos momentos-chave na modificação de sua infraestrutura física, como o que foi promovido pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI após os anos 2000.

No que diz respeito à pesquisa aqui realizada, o fato mais relevante será que durante todo esse processo de modificação do papel das universidades elas serão peças-chave na formação da sociedade em que estão inseridas, tendo inclusive o papel de motivar a unificação nacional nos anos de 1930. No espaço físico, deve-se destacar que desde a fundação das universidades brasileiras nas décadas de 1920 e 1930 até os dias de hoje, estas intuições continuam a incorporar edifícios de interesse histórico, sejam eles oriundos de fontes externas à instituição, sejam eles prédios da própria instituição que a partir de seu envelhecimento e atuação passam a constituir parte do patrimônio, acontecendo desta forma o que (CANDAU, 2011) identifica como de expansão de memórias. A memória é algo dinâmico e em constante formação, nunca chegaremos em um momento em que teremos toda nossa memória consolidada, pois a cada dia novas memórias são construídas (CANDAU, 2011).

[...] a elaboração do patrimônio segue o movimento das memórias e acompanha a construção das identidades: seu campo expande quando as memórias se tornam mais numerosas; seus contornos se definem ao mesmo tempo em que as identidades colocam, sempre de maneira provisória, seus referenciais e suas fronteiras (CANDAU, 2011, p. 163)

2.2 Políticas e diretrizes para o patrimônio universitário

Como uma grande área de estudo em processo de consolidação, o patrimônio da ciência e tecnologia possui variações em sua designação, como “patrimônio científico”, “patrimônio da ciência”, “patrimônio da ciência e tecnologia” (GRANATO; LOURENÇO, 2015). Dentro dessa discussão, foi elaborada em 2016 a “Carta do Rio de Janeiro sobre o Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia”, transcrita na íntegra no apêndice C desta pesquisa. Entre seus objetivos está o estímulo às discussões sobre o tema e à criação de políticas públicas (GRANATO; RIBEIRO; ARAÚJO, 2018).

Dentro do tema do patrimônio da ciência e tecnologia, encontramos designações como “patrimônio cultural universitário”, “patrimônio universitário” e equivalentes, que se referem ao patrimônio móvel ou imóvel que hoje se encontra nas universidades (BORDE, 2014; BORDE; BELLINHA, 2015b; OLIVEIRA, 2019; SILVA, 2015). O patrimônio da ciência e tecnologia não é constituído somente do patrimônio das universidades, afinal elas não são as únicas intuições a produzir ciência, porém são responsáveis pela guarda da maior parte dos bens referentes ao assunto (GRANATO; RIBEIRO; ARAÚJO, 2018).

Sendo um conceito relativamente recente, ainda carece de aprofundamento e consolidação, particularmente no nível da definição e delimitação teórica. Acresce que é um conceito duplamente derivado – por um lado, patrimônio cultural e, por outro, da ciência e tecnologia – o que introduz interseções e campos múltiplos, onde patrimônios diversos, antigos e recentes se encontram e se misturam, tornando complexa a delimitação das suas fronteiras. (GRANATO; LOURENÇO, 2015, p. 436)

Para esta pesquisa foi adotado o termo “Patrimônio Universitário”, que fica alinhado ao termo escolhido pelo *Council of Europe* – COE para tratar de políticas dos bens das universidades (COE, 2005) e ao termo frequentemente utilizado em

pesquisas no Brasil. O documento formulado pelo COE em 2005 atuou como impulsionador do desenvolvimento de pesquisas e políticas na Europa, sendo referência mundial na elaboração de conceitos sobre o tema. Tendo em vista sua relevância no contexto nacional e internacional, trazemos o documento na íntegra no apêndice A desta pesquisa.

[...] no início do século XXI, o Conselho da Europa julgou necessário adotar o termo 'patrimônio universitário', pela urgência em sensibilizar as universidades europeias para o extraordinário patrimônio cultural que possuíam e se encontrava em risco. (GRANATO; LOURENÇO, 2015, p. 437)

É consenso entre os trabalhos já publicados que o campo de estudos sobre o Patrimônio Universitário tem crescido tanto em importância, como em números de publicações na Europa e em toda a América, não sendo identificados ainda estudos em outros continentes (LIRA, 2014b; OLIVEIRA, 2019; SILVA, 2015). Não está bem definido o momento em que esse crescimento começou a acontecer de maneira mais significativa. Conforme o autor, está situado entre 1989, com a criação do grupo das Universidades Patrimônio Mundial – UPM pela UNESCO (OLIVEIRA, 2019), e 2005, com a publicação das recomendações sobre o Patrimônio Universitário Europeu pelo COE, transcritas no apêndice A desta pesquisa (COE, 2005; GRANATO; LOURENÇO, 2015).

A especificidade do Patrimônio Universitário, de caráter predominantemente coletivo, tem sido abordada em escala internacional desde o início do século XXI. O Patrimônio Universitário apresenta relevante significado histórico e sociocultural, requerendo instrumentos adequados para que possa ser identificado, classificado, valorizado e protegido. (OLIVEIRA, 2019, p. 38)

Durante a comemoração dos 900 anos da Universidade de Bolonha, em 1988, foi assinada a *Magna Charta Universitatum*. Esse documento possui signatários de vários países e tem como função afirmar os valores, missões e objetivos da existência das universidades, além de assumir seu papel como fator decisivo na formação das gerações futuras e na perpetuação do conhecimento e da cultura da humanidade

(OLIVEIRA, 2019). Hoje 904 universidades são signatárias da Carta, sendo que no Brasil as adeptas são: a Universidade Católica de Pelotas, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a UNICAMP, a Universidade Estadual de Ponta Grossa, a Universidade Estadual Paulista, a UFMG, a Universidade Federal de Santa Catarina, a UFC, a Universidade Federal do Espírito Santo, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a UFRGS, a Universidade Federal Fluminense e a USP.

Até a década de 80, a UNESCO já havia reconhecido bens isolados sob a gestão de universidades, devido à relevância que apresentavam, seja ela histórica, artística, arquitetônica ou paisagística (CAMPOS, 2018). Em 1989, a UNESCO criou o grupo das Universidades Patrimônio Mundial – UPM. As escolhidas foram protegidas pelo seu valor como instituição. Hoje o grupo é formado por cinco, como é mostrado pelo Quadro 2 (CAMPOS, 2018; CAMPOS; MURTINHO, 2018; OLIVEIRA, 2019).

Quadro 2 – Universidades Patrimônio Mundial

Tombamento UNESCO	Nome do bem	Localização
1987	Monticello e a Universidade de Virgínia	<i>Charlottesville</i> , Estados Unidos
1998	Universidade e Recinto Histórico de Alcalá de Henares	Alcalá de Henares, Espanha
2000	Cidade Universitária de Caracas	Caracas, Venezuela
2007	Campus Central da Cidade Universitária da Universidade Nacional Autónoma no México	Cidade do México, México
2013	Universidade de Coimbra – Alta e Sofia	Coimbra, Portugal

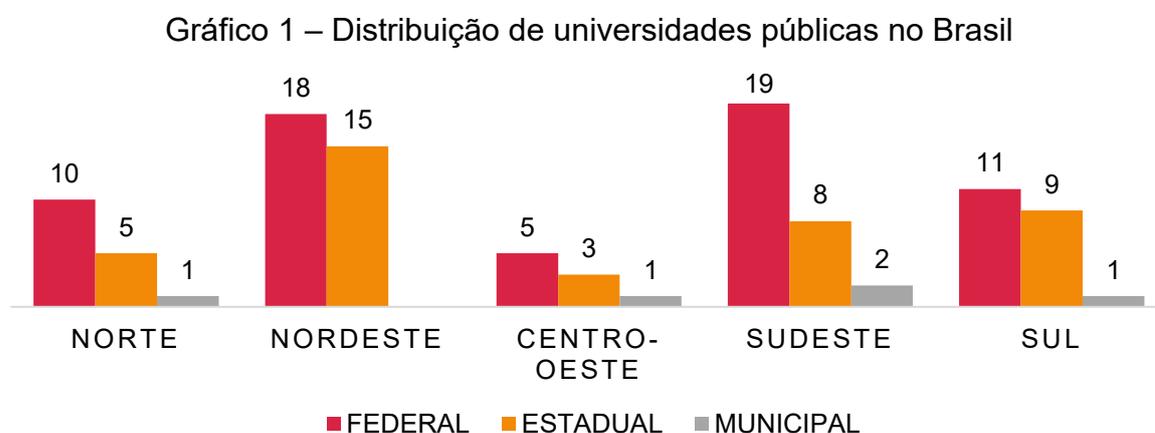
Fonte: Adaptado de CAMPOS; MURTINHO, 2018.

Anteriormente à criação da UPM, já era possível identificar bens reconhecidos pela UNESCO e que são propriedades de universidades, porém é a partir da criação deste grupo que o patrimônio universitário é reconhecido pelo seu valor como instituição.

De vinte e seis universidades identificadas na LPM, em atividade ou não, vinte e uma fazem parte de bens mais vastos e inscritos sob as categorias: Centro

histórico (8), Cidade histórica (6), Cidade colonial (1), Conjunto histórico (1), Conjunto religioso (1), Conjunto monumental de época (1), Sítio arqueológico (1), Monumento (1) e Jardim botânico (1). Para o caso ibérico, para além da URHAH e da UC-AS, foram inscritas: em 1985, a Universidade de Santiago de Compostela inserida na área PM denominada Cidade Histórica de Santiago de Compostela (Espanha); em 1986, a Universidade do Espírito Santo inserida na área Centro Histórico de Évora (Portugal); em 1988, a Universidade de Salamanca inserida na área Cidade Histórica de Salamanca (Espanha); e, em 2003, a Universidade Internacional da Andaluzia inserida na área Conjunto Monumental Renascentista de Úbeda e Baeza (Espanha). (CAMPOS; MURTINHO, 2018, p. 61)

Conforme dados do INEP (2020), em 2019 o Brasil possuía cento e oito universidades públicas⁶ espalhadas por todo o território nacional – Gráfico 1, sendo sessenta e três federais, quarenta estaduais e cinco municipais, cada uma tendo seu próprio momento na história, apresentando elementos distintos referentes a sua fundação, construção, estilos arquitetônicos, motivos de tombamento, estado de conservação e outras especificidades. Dessas, uma parcela considerável é gestora de bens protegidos, sejam eles móveis ou imóveis.



Fonte: Adaptado de INEP, 2020.

Atualmente os imóveis protegidos pelo tombamento estão sob a tutela de diversos tipos de órgãos públicos entre os quais se encontram as universidades

⁶ Neste total, não estão contempladas faculdades, IF's, CEFET's e centros universitários. Caso fossem considerados, o valor subiria para duzentos e noventa e nove.

públicas federais, estaduais e municipais. Para entender a dinâmica interna dessas instituições, é fundamental ter em mente que sua função é promover o ensino, a pesquisa e a extensão.

Por isso quando surgem adversidades, como cortes de orçamento, escassez de mão de obra, entre outras, observa-se a tendência de as universidades priorizarem ações para atender suas atividades fim. Como a conservação de imóveis tombados não necessariamente está interligada a essas atividades, sua conservação pode acabar por ficar em segundo plano. Segundo Borde e Bellinha (2015a, p. 13) “Hoje, a falta de dotação orçamentária para a manutenção e preservação de imóveis tombados da Universidade contribui para a deterioração do estado de conservação de muitos deles.”

[...] o problema parece residir na dificuldade de se pensar, entre nós, tanto uma política de estado que possa reconhecer a envergadura desse patrimônio, que desborda os muros acadêmicos e, por isso, não lhe é exclusivo, quanto e, sobretudo, medidas adequadas de apoio, capazes de contemplar as peculiaridades desses organismos, refratários à ingerência externa e resistentes aos princípios do mercado. (ARRUDA, 2014, p. 12).

Para Lira (2014b, p. 17), a “despeito de sua importância nos processos de modernização das nações e universalização da cultura [...] as universidades continuam pouco representadas nas listas e livros nacionais e internacionais de patrimônio cultural”. Essa afirmação pode passar uma falsa impressão de que estamos falando de um pequeno conjunto de imóveis, porém quando analisamos o todo verificamos que este grupo é extremamente amplo, diverso, de grande relevância e com um número significativo de imóveis. O que ocorre é que este patrimônio ainda está em um estágio em que foi pouco investigado e conseqüentemente pouco divulgado. No Brasil, as discussões sobre patrimônio cultural começaram a ocorrer no início do séc. XX, porém o que só teve início por volta dos anos 2000 foi a discussão sobre do patrimônio das universidades, sejam elas públicas ou privadas.

[...] fato é que ainda hoje parece difícil no Brasil discernimos com clareza um conjunto peculiar de bens, atitudes e objetos, materiais e imateriais, capazes de invocar os sentidos histórico-nacionais da formação de uma experiência universitária entre nós. (LIRA, 2014b, p. 18)

Não existe uma base de dados sobre o patrimônio universitário brasileiro, as informações que estão disponíveis se concentram nos estudos realizados sobre algumas universidades, principalmente USP, UFPE, UFRGS e UFRJ. Em busca de compilar as informações sobre o patrimônio da ciência e tecnologia Granato; Ribeiro e Araújo (2018) realizaram um levantamento de quais bens formariam o grupo.

O número de bens tombados identificados e que têm relação com o PCC&T é pequeno ao ser comparado ao universo de bens tombados nas esferas estudadas, totalizando 13 situações. No âmbito do IPHAN (federal), há três bens tombados: o campus do Observatório Nacional, a coleção de instrumentos científicos e alguns fundos arquivísticos; a Escola Nacional de Engenharia; e o Observatório Astronômico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Em nível estadual, há seis tombamentos igualmente distribuídos entre o Rio de Janeiro e São Paulo: o Observatório Nacional e seu acervo (RJ); a Escola Nacional de Engenharia (RJ); a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (RJ); a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – USP (SP); o Colégio Técnico da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (SP); e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Em Minas Gerais, há quatro tombamentos: a Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (Pavilhão); o Instituto de Química da UFMG; o Instituto de Eletrotécnica da UFMG; e o antigo Prédio do Museu de Mineralogia. No Espírito Santo, não foi identificado nenhum tombamento em nível estadual, relacionado ao PCC&T. (GRANATO; RIBEIRO; ARAÚJO, 2018, p. 216-217)

Entretanto, em levantamentos iniciais, verificamos que algumas observações precisam ser realizadas em relação ao estudo de Granato; Ribeiro e Araújo (2018). Em primeiro lugar, a consolidação do conjunto é fundamental para a construção de formas de gerenciamento desse patrimônio, portanto a iniciativa dos autores se mostra essencial nestes primeiros passos para uma visão nacional do patrimônio universitário. Em segundo, o pavilhão da Escola de Engenharia não é mais parte da UFMG, tendo sido vendido para financiar a transferência da Escola para o Campus Pampulha, no início dos anos 2000 (FIALHO, 2012; STARLING, 2019). E, por fim, o patrimônio das universidades é maior e mais amplo dos que esses treze imóveis apresentados, sendo possível identificar em um levantamento preliminar cerca de cento e vinte e cinco imóveis. Vale destacar que além desses imóveis, as universidades possuem uma enorme quantidade de bens móveis e integrados, que não contabilizamos aqui.

Para nos propiciar essa visão mais ampla do que seria o Patrimônio Universitário Brasileiro, foi realizado um levantamento preliminar sobre os imóveis que

formariam esse grupo, onde estão e a qual universidade estão vinculados. Para a realização do levantamento, foram identificadas as universidades públicas brasileiras e, em seguida, foi feita uma busca em seus sites institucionais sobre possíveis tombamentos e informações que conectam os imóveis da instituição aos órgãos de proteção patrimonial. O resultado desse trabalho pode ser visto no Quadro 3. Ressalta-se que este levantamento não tem o intuito de ser uma resposta definitiva ao que seria os imóveis tombados das universidades públicas brasileiras e sim servir de subsídio preliminar para uma discussão em nível nacional. Tendo em vista que a maior parte das instituições não possuem informações divulgadas sobre seus imóveis, existe uma grande probabilidade de que o grupo seja ainda maior que o demonstrado no Quadro 3.

Quadro 3 – Bens tombados em universidades públicas brasileiras

(Continua)

SIGLA	UNIVERSIDADE	DESCRIÇÃO
GO	Universidade Federal de Goiás	Sobrado (área da Faculdade de Medicina)
AL	Universidade Federal de Alagoas	Casa onde residiu o Poeta Jorge de Lima
AL	Universidade Federal de Alagoas	Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde – ICBS, antiga Faculdade de Medicina de Alagoas.
AL	Universidade Federal de Alagoas	Museu Théo Brandão
BA	Universidade Federal da Bahia	Faculdade de Medicina
BA	Universidade Federal da Bahia	Museu de Arte Sacra
CE	Universidade Federal do Ceará	Casa de José de Alencar
CE	Universidade Federal do Ceará	Sítio Alagadiço Novo
MA	Universidade Federal do Maranhão	Fábrica Santa Amélia
MA	Universidade Federal do Maranhão	Fórum Universitário
MA	Universidade Federal do Maranhão	Palacete Gentil Braga
MA	Universidade Federal do Maranhão	Palácio Cristo Rei
MA	Universidade Federal do Maranhão	Palácio das Lágrimas
PB	Universidade Federal da Paraíba	Faculdade de Direito
PE	Universidade Federal de Pernambuco	Faculdade de Direito do Recife
PE	Universidade Federal de Pernambuco	Rua Benfica, 157, Madalena, Recife
RN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Faculdade de Direito
SE	Universidade Federal de Sergipe	Campus da UFS em Laranjeiras

(Continua)

SIGLA	UNIVERSIDADE	DESCRIÇÃO
SE	Universidade Federal de Sergipe	Centro de Cultura e Arte
AM	Universidade Federal do Amazonas	Antiga sede da Faculdade de Direito
AM	Universidade Federal do Amazonas	Campus da Universidade do Amazonas
AM	Universidade Federal do Amazonas	Escola de Enfermagem
PA	Universidade Federal do Pará	Museu da UFPA
MG	Universidade Federal de Itajubá	Prédio Central da UNIFEI
MG	Universidade Federal de Juiz de Fora	Cine-Theatro Central
MG	Universidade Federal de Juiz de Fora	Escola de Artes Pró-Música
MG	Universidade Federal de Juiz de Fora	Fórum da Cultura
MG	Universidade Federal de Juiz de Fora	Prédio-sede do Diretório Central dos Estudantes
MG	Universidade Federal de Minas Gerais	Casa da Glória
MG	Universidade Federal de Minas Gerais	Casa de Cultura
MG	Universidade Federal de Minas Gerais	Centro Cultural
MG	Universidade Federal de Minas Gerais	Centro de Memória da Escola de Engenharia
MG	Universidade Federal de Minas Gerais	Conservatório Mineiro de Música
MG	Universidade Federal de Minas Gerais	Escola de Arquitetura
MG	Universidade Federal de Minas Gerais	Espaço do Conhecimento
MG	Universidade Federal de Minas Gerais	Estação Ecológica
MG	Universidade Federal de Minas Gerais	Faculdade de Medicina
MG	Universidade Federal de Minas Gerais	Fórum de Tiradentes
MG	Universidade Federal de Minas Gerais	Hospital Borges da Costa
MG	Universidade Federal de Minas Gerais	Museu Casa Padre Toledo
MG	Universidade Federal de Minas Gerais	Museu de História Natural e Jardim Botânico
MG	Universidade Federal de Minas Gerais	Museu de Sant'Ana
MG	Universidade Federal de Minas Gerais	Observatório Astronômico Frei Rosário
MG	Universidade Federal de Minas Gerais	Reitoria
MG	Universidade Federal de Minas Gerais	Sobrado Quatro Cantos
MG	Universidade Federal de Ouro Preto	Antiga Escola de Farmácia da UFOP (Atual Museu da Farmácia)
MG	Universidade Federal de Ouro Preto	Instituto de Ciências Humanas e Sociais (Mariana)
MG	Universidade Federal de Ouro Preto	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (Mariana)
MG	Universidade Federal de São João del-Rei	Fazenda do Pombal
MG	Universidade Federal de São João del-Rei	Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei
MG	Universidade Federal de São João del-Rei	Solar da Baronesa de Itaverava
MG	Universidade Federal de Viçosa	Edifício Arthur Bernardes

(Continua)

SIGLA	UNIVERSIDADE	DESCRIÇÃO
RJ	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Hospital Universitário Gaffrée e Guinle
RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Centro de Arte Hélio Oiticica
RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Colégio Brasileiro de Altos Estudos
RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Escola Nacional de Música
RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Faculdade Nacional de Direito
RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Hospital Escola São Francisco de Assis
RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Museu Nacional
RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Palácio Universitário
RJ	Universidade Federal Fluminense	Arquivo Central
RJ	Universidade Federal Fluminense	Cinema Icaraí
RJ	Universidade Federal Fluminense	Escola de Arquitetura e Urbanismo
RJ	Universidade Federal Fluminense	IACS
RJ	Universidade Federal Fluminense	Reitoria
RJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Conjunto arquitetônico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
SP	Universidade de São Paulo	Campus Ribeirão Preto
SP	Universidade de São Paulo	Casa de Dona Yayá
SP	Universidade de São Paulo	Centro Universitário Maria Antonia
SP	Universidade de São Paulo	Engenho São Jorge dos Erasmos
SP	Universidade de São Paulo	Escola de Educação Física e Esportes e Centro de Práticas Esportivas
SP	Universidade de São Paulo	Escola Politécnica — Departamento de Engenharia Mecânica, Mecatrônica, Naval e Oceânica
SP	Universidade de São Paulo	Escola Politécnica — Departamento de Engenharia Metalúrgica, de Materiais, de Minas e Petróleo
SP	Universidade de São Paulo	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
SP	Universidade de São Paulo	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
SP	Universidade de São Paulo	Faculdade de Direito
SP	Universidade de São Paulo	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas — Departamento de História e Geografia
SP	Universidade de São Paulo	Faculdade de Medicina
SP	Universidade de São Paulo	Instituto Oscar Freire
SP	Universidade de São Paulo	Museu de Arte Contemporânea
SP	Universidade de São Paulo	Museu de Zoologia

(Continua)

SIGLA	UNIVERSIDADE	DESCRIÇÃO
SP	Universidade de São Paulo	Museu Paulista
SP	Universidade de São Paulo	Museu Republicano “Convenção de Itu”
SP	Universidade de São Paulo	Parque de Ciência e Tecnologia
SP	Universidade de São Paulo	Solar da Baronesa de Limeira
SP	Universidade de São Paulo	Vila Penteado
SP	Universidade Estadual de Campinas	Colégio Técnico da Unicamp
SP	Universidade Estadual Paulista	Fazenda Lageado
PR	Universidade Federal do Paraná	Conjunto de edifícios da Reitoria
RS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul	Unidade da UERGS em Santana do Livramento
RS	Universidade Federal de Pelotas	Alfândega (Engenharias)
RS	Universidade Federal de Pelotas	Banco Nacional do Comércio (Centro de Integração do Mercosul)
RS	Universidade Federal de Pelotas	Casa Barão de Cacequi (Museu do Doce)
RS	Universidade Federal de Pelotas	Casa Senador Joaquim Assumpção (Prédio das Fundações e outros)
RS	Universidade Federal de Pelotas	Cervejaria Haertel (Brahma)
RS	Universidade Federal de Pelotas	Cosulã (Campus da Ciências Sociais)
RS	Universidade Federal de Pelotas	Cotada (Centro das Engenharias)
RS	Universidade Federal de Pelotas	Escola de Belas Artes D. Carmen Trápaga Simões
RS	Universidade Federal de Pelotas	Escola Eliseu Maciel (Prédio dos Conselhos Superiores)
RS	Universidade Federal de Pelotas	Faculdade de Agronomia
RS	Universidade Federal de Pelotas	Faculdade de Direito
RS	Universidade Federal de Pelotas	Faculdade de Odontologia
RS	Universidade Federal de Pelotas	Frigorífico Anglo (Campus Porto)
RS	Universidade Federal de Pelotas	Grande Hotel (Curso de Hotelaria)
RS	Universidade Federal de Pelotas	Instituto de Higiene Borges de Medeiros (Faculdade de Medicina)
RS	Universidade Federal de Pelotas	Laneira Brasileira Sociedade Anônima
RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Château
RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Engenharia Nuclear ou Castelinho
RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Escola de Agronomia
RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Escola de Engenharia
RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Faculdade de Direito

(Conclusão)

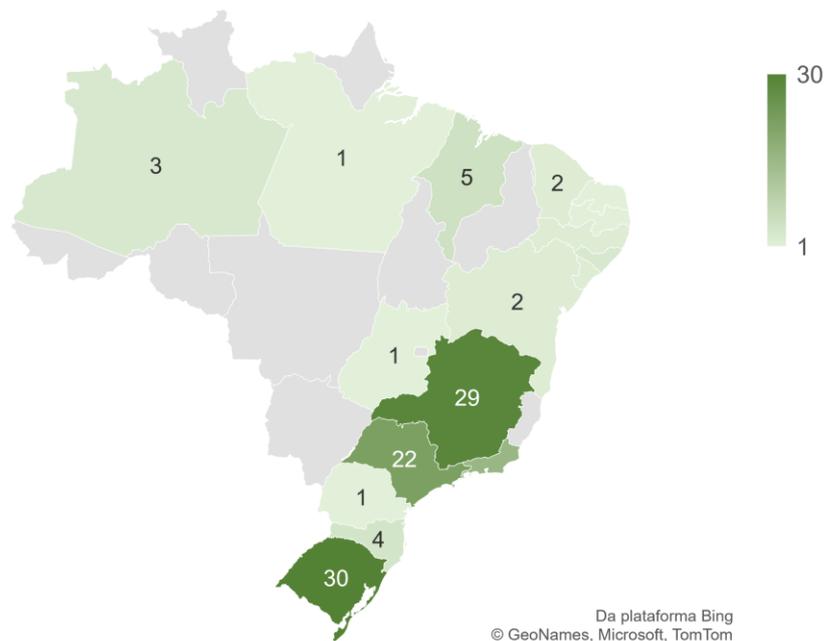
SIGLA	UNIVERSIDADE	DESCRIÇÃO
RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Faculdade de Medicina
RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Instituto de Eletrotécnica
RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Instituto de Química
RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Instituto Parobé
RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Instituto Tecnológico
RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Observatório astronômico
RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Rádio da universidade
RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Reitoria
SC	Universidade Federal da Fronteira Sul	Antigo quartel do exército
SC	Universidade Federal de Santa Catarina	Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim
SC	Universidade Federal de Santa Catarina	Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés

Fonte: Da autora, 2020.

O Quadro 3 apresenta os cento e vinte e cinco imóveis tombados nas esferas municipais, estaduais, IPHAN ou com reconhecimento junto à UNESCO que foram identificados. Vale salientar que dentro desses números existem alguns tombamentos de conjunto, como o ocorrido com o Campus da UFAM, onde todas as edificações foram tombadas como parte do conjunto e, desta forma, aqui foram contabilizadas como uma unidade.

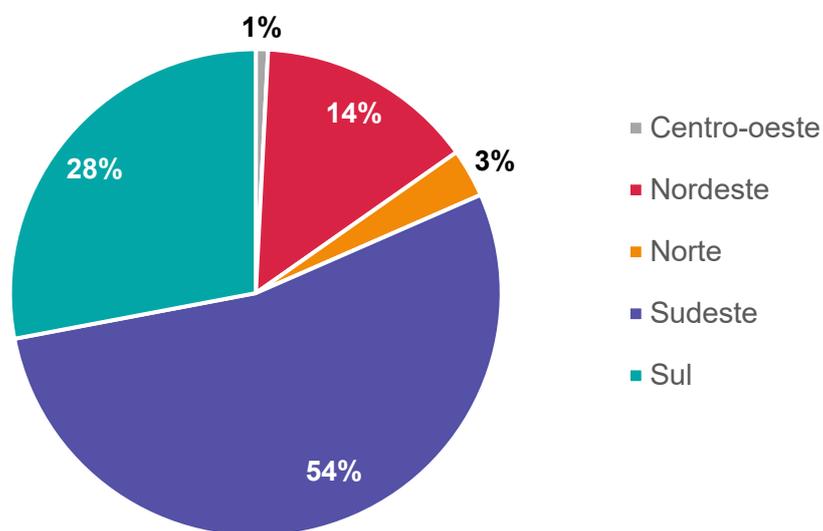
Entre as edificações arroladas, nota-se maior concentração na região Sudeste, que representa 54% do total de imóveis identificados – Gráfico 2. A universidade com mais imóveis tombados neste levantamento é a USP, com vinte imóveis. O estado com maior concentração é Minas Gerais (Figura 8), que possui vinte e nove bens distribuídos entre a UFMG, a Universidade de Juiz de Fora – UFJF, a Universidade Federal de Viçosa – UFV, a UFOP, a Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI e a Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ.

Figura 8 – Imóveis tombados em universidades por estado



Fonte: Da autora, 2020.

Gráfico 2 – Imóveis tombados em universidades por região do Brasil



Fonte: Da autora, 2020.

O Quadro 3 nos faz perceber dois aspectos: o quanto o patrimônio universitário é diverso no que diz respeito aos seus imóveis protegidos pelo Estado e a algumas semelhanças entre os desafios que as universidades enfrentam no gerenciamento

desses imóveis. O primeiro ponto indica que independente da universidade que decidimos analisar, as instituições que apresentam imóveis tombados possuem bens diversos entre si em aspectos como uso original e atual, época de construção, tipo e instância de tombamento, estilo arquitetônico e estado de conservação. O segundo, que os conjuntos de imóveis tombados em universidades públicas brasileiras possuem origens diversas, porém é possível classificá-los em três categorias:

1. Imóveis educacionais oriundos de Escolas Livres pré-existentes, que continuam a abrigar seus cursos originais. Exemplo: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da USP – Figura 12 (USP, 2018).

2. Prédios pré-existentes, onde o uso original foi modificado com o intuito de melhor atender à universidade. Exemplo: Museu Casa Padre Toledo da UFMG, que de residência se torna museu – Figura 25 (CRUZ, 2015).

3. Aqueles que já foram concebidos como parte da instituição e mantêm seu uso original. Exemplo: Reitoria da UFMG – Figura 28 (FIALHO, 2012; STARLING, 2019).

Outra característica relevante é que existe um número considerável de instituições ligadas à preservação de memória, como museus, centros de memória e acervos. Da listagem apresentada no Quadro 3, é possível verificar que 10,4% possuem a denominação de museu, porém ainda ocorrem situações como a da Escola de Arquitetura da UFMG, que abriga um museu em parte de suas instalações, o que nos indica que possivelmente esse número pode ser ainda maior (UFMG, 2017). Ainda analisando a situação da UFMG como exemplo, dos dezoito imóveis identificados,⁷ nove são ou abrigam em parte de suas dependências museus ou centros de memória.

Após as considerações sobre as semelhanças, avancemos para as diferenças. O ponto-chave das diferenças entre as instituições é a forma com que cada uma gerencia seus bens e o papel que esses imóveis assume dentro das universidades de que fazem parte. As demais diferenças partem desse ponto, como estado de conservação, visibilidade e participação na vida da comunidade acadêmica, fonte e quantidade de recursos, disponibilidade de equipe especializada para lidar com esses imóveis (desde a parte da criação de políticas até pessoas para realizar as obras),

⁷ A listagem de bens imóveis da UFMG que possuem proteção do Estado é o objeto desta pesquisa, pois até o momento não havia uma lista consolidada com todos os imóveis tombados ou em processo de tombamento da instituição. Cada um dos dezoito será analisado em detalhes no capítulo 3 desta dissertação.

entre outros. Desta forma, a seguir analisaremos algumas situações emblemáticas no cenário nacional.

2.2.1 Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

A UFRGS é uma das principais referências no Brasil quando tratamos de patrimônio das universidades públicas brasileiras, sendo que todas as outras instituições que apresentam algum tipo de estruturação do gerenciamento de seus imóveis recebem influência de suas políticas, em um grau maior ou menor, conforme cada universidade. Apesar de não ser a universidade mais antiga do Brasil⁸ ou a com mais imóveis protegidos pelo Estado,⁹ a UFRGS é pioneira em criar formas de lidar com seu patrimônio. Em sua trajetória, é possível distinguir fases, que ocorreram a partir do amadurecimento da instituição e da mudança de suas demandas (OLIVEIRA, 2019).

Durante as três últimas décadas do século XX, quatro iniciativas identificadas pela pesquisa tiveram grande relevância no processo que permitiu que o acervo edificado da UFRGS, especialmente o do Campus Centro, fosse elevado à categoria de patrimônio, adquirindo a dimensão que lhe é atribuída na atualidade: a Comissão da História (1977); o Museu da Universidade (1984); o Projeto Centro Cultural (1986); e o Projeto Resgate do Patrimônio Histórico da UFRGS (1998) (OLIVEIRA, 2019, p. 121).

A Comissão de História atuou entre 1977 e 1989, momento em que diversos cursos vão migrar do Campus Centro para o Campus Vale. Seu objetivo foi “recolher, classificar e recuperar a documentação e material pertinentes à origem e desenvolvimento da UFRGS” (OLIVEIRA, 2019, p. 122). Foram identificados, recolhidos e catalogados diversos tipos de documentos, como monografias, cartas e

⁸ A UFRGS tem sua origem na Universidade de Porto Alegre, que foi instituída através do Decreto Estadual 5.758, de 28 de novembro de 1934, sendo federalizada em 1950, quando passa a adotar sua atual denominação (OLIVEIRA, 2019).

⁹ De acordo com os dados disponíveis até o momento, esta posição é ocupada pela USP, que possui vinte imóveis protegidos (USP, 2018).

atas. Após a extinção da Comissão, seu acervo foi transferido para o Núcleo de Documentação e Memória Social (OLIVEIRA, 2019).

O museu da UFRGS, em funcionamento até os dias de hoje, foi fundado em 1984, após a universidade reconhecer a importância de seus acervos e a necessidade de organizar e exibir seu material. Em 1993, passou a integrar o Núcleo de Documentação e Memória Social da Universidade (OLIVEIRA, 2019). O desenvolvimento da sua atuação se dá através das linhas de “Memória e Identidade da UFRGS e na cidade de Porto Alegre, através da realização de exposições temáticas ou como local de pesquisa de acervo” (OLIVEIRA, 2019, p. 126).

O Projeto Centro Cultural teve início em 1986, sua origem reside no fato de que a UFRGS possui um grupo considerável de edificações históricas na região central de Porto Alegre, que na década de 1980 se encontravam em péssimo estado de conservação e seriam considerados obsoletos para abrigar as atividades fim da universidade. Desta forma, conclui-se que o melhor uso para as edificações seria adequá-las para um tipo de centro cultural a ser entregue na cidade (OLIVEIRA, 2019).

Para que essa meta se tornasse viável, o projeto dependia de duas ações “a Reestruturação dos Prédios Históricos e a Programação de Férias” (OLIVEIRA, 2019, p. 127). Para realizar as obras de recuperação dos edifícios, a UFRGS precisava de recursos, o MEC negou financiamento por se tratar de um projeto isolado, então foi necessário pensar em alternativas de captação de recursos. Foram formadas parcerias com o governo estadual e parcerias entre governo federal e empresas privadas. Porém, o Projeto do Centro Cultural foi de um reitorado só. Quando houve a troca da reitoria, a implantação do Centro foi paralisada e não se tornou uma das prioridades da próxima gestão (OLIVEIRA, 2019). O Projeto Resgate do Patrimônio Histórico da UFRGS é um dos mais importante no que se diz respeito ao Patrimônio Universitário Brasileiro e o mais premiado.¹⁰ Seu objetivo é definido pela:

[...] recuperação e preservação dos prédios históricos de forma a possibilitar seu uso pela comunidade acadêmica e geral, de forma integrada em atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de buscar soluções para as

¹⁰ Vencedor dos prêmios: “[...] Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, do IPHAN, nos anos 2000, 2001, 2002 e 2006; o IV Prêmio Joaquim Felizardo [...], em 2010; e o VII Prêmio Internacional Rainha Sofia de Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural, em 2011” (RODRIGUES; BEM; BERND, 2017, p. 38)

demandas referentes a espaço físico na universidade em seu constante processo de ampliação. (OLIVEIRA, 2019, p. 131-132)

Sua primeira ação foi um levantamento do estado em que se encontravam as unidades e das iniciativas necessárias para a requalificação. Neste momento, é identificado que algumas edificações se encontravam em um estado avançado de deterioração, chegando a extremos como o caso do *Chatêau*, que precisou ser interditado. Oliveira (2019, p. 132) aponta que parte desse cenário é fruto da “falta de manutenção, acessibilidade, estrutura, bem como, das modificações e adaptações anteriormente realizadas”. Diante dessa situação, tornou-se evidente que os recursos necessários seriam muito maiores que os disponíveis na instituição.

Em 1999, a UFRGS solicitou ao IPHAN o tombamento de doze de seus prédios, tendo conseguido a aprovação de dois: da Faculdade de Direito e do Observatório Astronômico – Figura 9. O pedido de tombamento tinha como objetivo obter financiamentos via Lei Rouanet para o “Projeto Resgate do Patrimônio Histórico”, meta alcançada neste mesmo ano (OLIVEIRA, 2019).

Figura 9 – Faculdade de Direito e Observatório Astronômico da UFRGS



Fonte: SPH/UFRGS, [s.d].

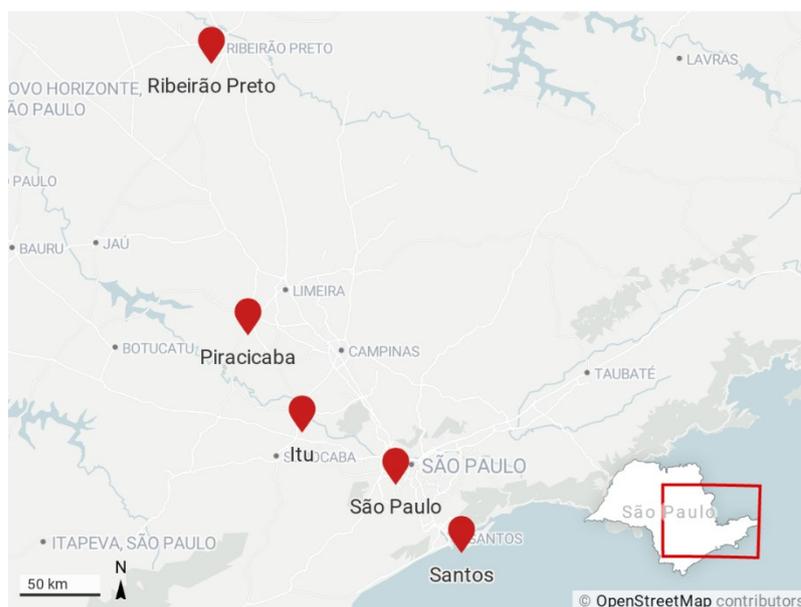
No início dos anos 2000, a UFRGS já se encontrava ajustada aos parâmetros legais para captar recursos externos, porém a execução do projeto demandaria algo mais amplo do que uma simples divisão ou comissão da universidade. Foi desta forma

que nasceu a Secretaria do Patrimônio Histórico da UFRGS, órgão multidisciplinar que atua até os dias de hoje na gestão do patrimônio da universidade. Desde sua fundação, a UFRGS já requalificou de maneira exemplar mais de oito prédios através da Lei Rouanet, de doações de pessoas físicas e jurídicas, além de emendas parlamentares (LIRA, 2014b; OLIVEIRA, 2019).

2.2.2 Universidade de São Paulo – USP

Conforme os dados disponíveis até o momento sobre o Patrimônio Universitário no Brasil, a USP é hoje a universidade com mais imóveis tombados, somando um total de vinte unidades distribuídas entre as cidades de São Paulo, Ribeirão Preto, Piracicaba, Itu e Santos – Figura 10 (USP, 2018).

Figura 10 – Atuação USP



Fonte: Da autora, 2020.

Em 16 de dezembro de 1986, a USP instituiu a Comissão de Patrimônio Cultural – CPC, que teve como motivador um pedido para venda do Edifício Paula Souza (CAMARGO, 2017; LIRA, 2014b; REIS FILHO, 1999). Em reuniões realizadas na

época, evidenciou-se que fatores além dos comerciais deveriam ser levados em conta para a decisão. A primeira ação da Comissão foi a criação de uma listagem dos imóveis tombados da USP. Em 1987, a CPC encaminhou ao reitor a primeira proposta para um Programa Integrado de Preservação e Restauração do Patrimônio Cultural da USP (LIRA, 2014b; REIS FILHO, 1999).

A universidade era possuidora de um número muito grande de edifícios de interesse cultural, que lhe colocava enormes responsabilidades, muitas vezes esquecidas no passado, mas observadas com atenção a partir da constituição da Comissão (REIS FILHO, 1999, p. 22).

Neste primeiro momento da CPC, destaca-se a identificação dos imóveis a seguir como parte do patrimônio da USP: o Engenho de São Jorge dos Erasmos, o Museu do Ipiranga (Figura 11), o Museu Republicano de Itu, a Escola Luiz de Queiroz (Figura 12) e a Faculdade de Arquitetura. Outro ponto que chama a atenção é a identificação de um dos maiores acervos da América Latina, reunido no Museu de Arte Contemporânea (REIS FILHO, 1999).

A enumeração desse patrimônio extraordinário tinha por objetivo trazer à consciência duas imagens contraditórias. De um lado, a de um conjunto riquíssimo de obras cuja importância deveria ser fonte de orgulho para os membros de qualquer instituição, e de outro, a consciência de que estávamos acompanhando a enumeração de um conjunto de obras insuficientemente protegidas ou até mesmo, em muitos casos, abandonadas (REIS FILHO, 1999, p. 23).

Figura 11 – Museu do Ipiranga



Fonte: Jovem Pan, 2020.

Figura 12 – Escola Luiz de Queiroz



Fonte: USP Imagens, [s.d.].

Em 1992, a USP começou a estruturar sua “base de dados de bens imóveis”, mas somente em 1993 estes passaram a ser efetivamente coletados, até aquele momento “[...] a Comissão contava apenas com listas incompletas de bens tombados da USP” (ALMEIDA, 1999, p. 27), que foram fornecidas pelos respectivos órgãos de tombamento. A própria universidade não dispunha de informações sobre esses imóveis, como demonstrado por Almeida (1999, p. 27): “Nenhum outro setor da Universidade dispunha de informações sobre esses bens, nem mesmo muitas vezes,

as próprias unidades detentoras dos edifícios e obras tombadas”. Diante dessa situação, a CPC estabeleceu uma metodologia para criar uma base de conhecimento sobre estes bens. Na primeira fase, foi elaborado um formulário com as informações que deveriam ser pesquisadas, sendo que os campos eram constituídos por:

Identificação do bem; Situação do bem nas três instâncias de tombamento (Condephaat, Conpresp e Iphan); Número e conteúdo dos processos nas três instâncias de tombamento, incluindo resumo de pareceres e indicação sobre documentação arquitetônica e imagens disponíveis; Histórico do bem; Bibliografia sobre o bem (ALMEIDA, 1999, p. 27-28)

Na etapa seguinte, uma equipe de estagiários da CPC foi incumbida da tarefa de coletar os dados nos respectivos órgãos de proteção patrimonial. Nesta etapa, foi diagnosticado que existiam situações em que o imóvel possuía tombamento em mais de uma esfera, como o Museu Paulista. Também foi identificado que em algumas ocasiões havia lacunas nas informações fornecidas pelas entidades responsáveis por realizar os tombamentos. Por fim, a CPC recorreu a outras publicações, como livros, para preencher as lacunas identificadas e verificar as informações encontradas (ALMEIDA, 1999).

Em 2002, a CPC foi elevada a grau de “órgão de cultura e extensão e passou a se chamar Centro de Preservação Cultural” (CAMARGO, 2017, p. 287). O Regimento da CPC, que foi aprovado em 1993, foi reformulado em 2003 (LIRA, 2014b). Quando Lira (2014b) faz uma análise do trabalho desenvolvido entre 1987 e 2013, torna-se possível identificar quatro linhas de atuação: 1 – trabalhos de documentação e valorização, que tem como exemplo de sua produção a formação do Banco de Dados de Bens e a publicação de uma série de livros denominada “Cadernos CPC”, que tem como objetivo a divulgação das informações sobre os bens, 2 – “a formulação e implantação de programas de intervenção direta do órgão na preservação física do patrimônio cultural da USP” (LIRA, 2014b, p. 28), 3 – ações de apoio, assessoramento, gerenciamento e educação patrimonial, 4 – “acompanhamento de projetos e obras de restauro e conservação arquitetônicos propriamente ditos” (LIRA, 2014b, p. 30). Na categoria de documentação e divulgação com informações sobre o patrimônio da USP, é importante ressaltar as seguintes ações:

- Cadernos CPC: são livros publicados em parceria com a Editora EDUSP, atualmente são dez volumes – Obras escultóricas em espaços externos da USP (1997), Direitos humanos em dissertações e teses da USP: 1934-1999 (2000), A Casa de Dona Yayá (2001), Bens imóveis tombados ou em processo de tombamento da USP (1999), Homenagem aos mestres: esculturas na USP (2002), Cidades universitárias: patrimônio urbanístico e arquitetônico da USP (2005), Meio ambiente: patrimônio cultural da USP (2005), Registros fotográficos, patrimônio e memória da USP (2010), História e cultura estudantil: revistas na USP (2012), Patrimônio construído da USP: preservação, gestão e memória (2014).
- Revista CPC: foi fundada em 2005, qualificada pela Qualis Periódicos em diversas áreas do conhecimento,¹¹ é dedicada à discussão de variadas faces do patrimônio cultural, com diversas publicações sobre a USP, mas abordando outros objetos.
- Guias CPC: são guias de bolso com informações compiladas sobre determinado tema. Já foi publicado o Guia dos Bens Tombados ou em Processo de Tombamento da Universidade de São Paulo (2018) e está sendo finalizado o Guia de Museus e acervos.
- CPC informa: boletim eletrônico mensal com informação sobre ações que o CPC está desenvolvendo ou irá desenvolver em breve.

Em 2017, a CPC produziu um importante documento para o Patrimônio da USP, a Carta do Patrimônio Cultural da USP (CAMARGO, 2017), que consta na íntegra no apêndice B desta pesquisa. Como apontado por Reis Filho (1999), a idealização do programa de proteção ao patrimônio da USP não é uma política de curto prazo, prova disso é que, através de algumas mudanças de nomenclatura e ajustes de escopo, a CPC já soma trinta e cinco anos de atuação, desde que foi fundada em 1987. Para Lira (2014b), o trabalho que mais se assemelha ao desenvolvido pela CPC é o desenvolvido pelo Setor de Patrimônio Histórico da UFRGS – SPH.

¹¹ Conforme avaliação Qualis para o quadriênio 2013-2016, a Revista CPC é classificada nas áreas Comunicação e Informação (B2), Interdisciplinar (B3), Arquitetura, Urbanismo e Design (B4), Artes (B4), Ciências Ambientais (B4), História (B4), Antropologia / Arqueologia (B5), Direito (B5), Engenharias I (B5), Geografia (B5), Planejamento Urbano e Regional / Demografia (B5).

A criação da Comissão de Patrimônio Cultural veio marcar um ponto de mudança, estabelecendo condições para o correto reconhecimento do valor deste patrimônio, inclusive do ponto de vista financeiro. A implantação do programa integrado surgiu, assim, como consequência normal de uma política mais eficiente. (REIS FILHO, 1999, p. 23)

2.2.3 Universidade Federal do Ceará – UFC

A Universidade Federal do Ceará – UFC tem se estruturado desde o segundo semestre de 2019 para a criação do Comitê de Patrimônio Cultural, que foi constituído através da Resolução de nº 25/CONSUNI, de 14 de agosto de 2019 e, posteriormente, modificado pela Resolução de nº 16/CONSUNI, de 24 de agosto de 2020. Segundo as resoluções mencionadas, o comitê é diretamente ligado à Reitoria da universidade e possui como obrigações a identificação do patrimônio cultural da universidade, seja ele tombado ou não, englobando neste conjunto paisagens, edificações, conjuntos urbanos, sítios históricos, museus, coleções, acervos, bens culturais móveis e agregados, entre outros (UFC, 2020; 2019). Também está entre as responsabilidades do Comitê:

VII - propor a elaboração de instrumentos e procedimentos relacionados à autorização para: a) execução de intervenções físicas em bens imóveis, conjuntos urbanos e rurais, bens móveis e agregados, e paisagens naturais e culturais; b) execução de serviços de conservação e restauro dos acervos museológicos, dos mobiliários de valor histórico e das peças tombadas constantes dos museus e das coleções; c) exposição fora da UFC, no todo ou em parte, dos acervos museológicos, dos mobiliários de valor histórico e das peças tombadas constantes dos museus e das coleções; d) execução de serviços de conservação e restauro de itens e obras constantes nos acervos arquivísticos, documentais e bibliográficos; e) incorporação de obras aos museus, coleções, acervos museológicos, arquivísticos, documentais e bibliográficos; f) doação de obras constantes dos museus, coleções, acervos museológicos, arquivísticos, documentais e bibliográficos; g) descarte de obras constantes dos museus, coleções, mobiliários de valor histórico, acervos museológicos e bibliográficos; (UFC, 2020, p. 2-3)

O Comitê da UFC ainda não produziu nenhum material que esteja disponível para o público. Em consulta realizada em 19 de outubro de 2020 ao responsável pelo Comitê, Professor Romeu Duarte Júnior, foi informado que o grupo atualmente

trabalha na montagem de pareceres e na organização de reuniões. Porém, é sabido que:

[...] nosso acervo é composto por bens de natureza material, imaterial, paisagens naturais e culturais, museológico-museográfica, documental e arquivística e bibliográfica. Alguns desses setores já têm inventários dos bens que lhes competem, outros estão começando a montá-los. (DUARTE JÚNIOR, 2020, [s.p.]

Um dos destaques do Patrimônio Universitário da UFC é a casa que pertenceu ao escritor José de Alencar (Figura 13).

Figura 13 – Casa de José de Alencar, vista externa e interna



Fonte: Museu Brasil, 2020.

2.2.4 Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Figura 14 – Campus da UFAM



Fonte: MIGLIANI, 2015.

Em sentido oposto ao relatado sobre a UFC, está a situação da UFAM. Em 2016, a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas tombou diversos imóveis na região de Manaus, entre eles o Campus da UFAM (AMAZONAS, 2016). O tombamento do Campus ocorreu devido às obras do arquiteto Severiano Mário Vieira de Magalhães Porto, que lá estão instaladas (Figura 14).

Em 2017, o então governador do Estado, José Melo, entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal solicitando que o Campus fosse destombado. Entre os seus argumentos, encontrava-se o de que o tombamento aumentaria as despesas do Estado. O ministro que ficou responsável pela análise do caso foi o Sr. Ricardo Lewandowski, que pediu maiores esclarecimentos à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

Até o momento, não foi encontrada uma decisão definitiva do STF sobre o caso, e o tombamento da UFAM permanece. O que é significativo neste caso é que enquanto existe uma luta pela valorização dos bens de interesse histórico, como anteriormente apresentado, há uma desvalorização desse mesmo patrimônio em outros locais, mesmo que a ação não tenha partido da UFAM.

3 PATRIMÔNIO UNIVERSITÁRIO DA UFMG

Para se discutir o patrimônio universitário da UFMG, é necessário antes fazer uma retrospectiva da formação da instituição, pois, como discutido no capítulo anterior, as universidades brasileiras vão ser formadas inicialmente pelo agrupamento de Escolas Livres pré-existentes e, com o tempo, pela criação de novos cursos, prédios e *campi*. A UFMG sendo uma das primeiras universidades brasileiras também irá passar pelo processo descrito e o entendimento desse processo é fundamental para perceber as ligações, ou falta delas, que ocorreram entre os imóveis sob sua gestão. A história da conformação do seu espaço físico é cheia de idas e vindas, sendo variada a forma como cada imóvel foi agregado à universidade.

Figura 15 – Locais onde a UFMG desenvolve atividades presenciais



Fonte: Da autora, 2020.

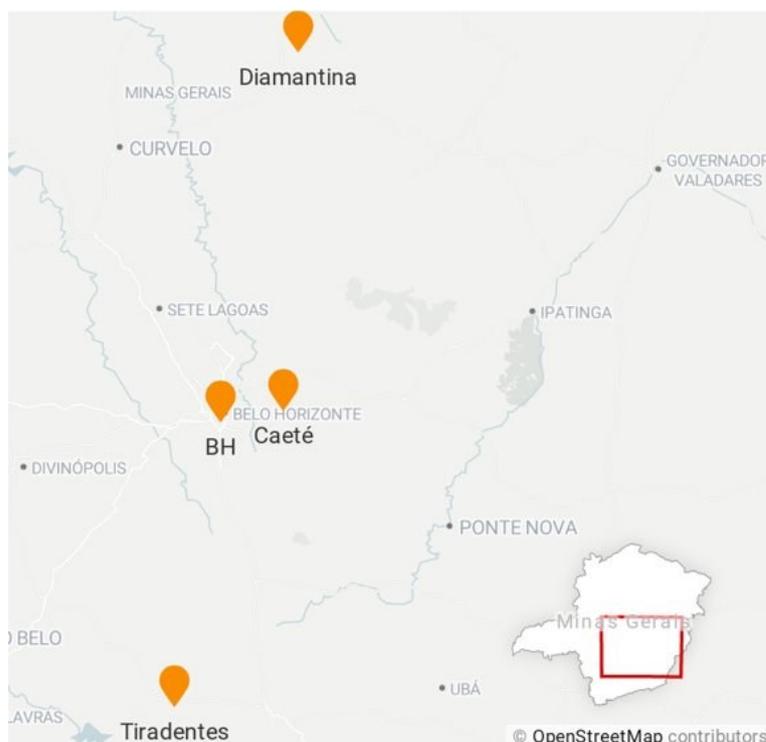
Apesar da venda de alguns imóveis que ocorreu ao longo do tempo, desde sua fundação em 1927 (FIALHO, 2012; STARLING, 2019), a UFMG cresceu em área construída e em área de terreno de forma expressiva. A expansão extrapolou os

limites da cidade de Belo Horizonte, a universidade se tornou presente em diversas cidades mineiras, entre elas Diamantina, Pedro Leopoldo, Igarapé, Tiradentes e Montes Claros – Figura 15. Hoje a universidade distribui nesses espaços atividades de ensino à distância ou presencial, pesquisa e extensão.

Muito se tem escrito e pesquisado sobre o espaço físico da UFMG. Os textos tratam da instituição de forma fragmentada, como Campus Pampulha, ou prédios isolados dentro e fora de Belo Horizonte. Porém, é praticamente inexistente uma abordagem da universidade em toda a sua abrangência de estrutura.

Entre as edificações que foram incorporadas à UFMG, podemos identificar prédios pré-existentes que tiveram seu uso alterado com o tempo, como os casos do Centro Cultural (IEPHA/MG, 2014a) e aqueles que já foram concebidos como parte da instituição, como a edificação da Reitoria (FIALHO, 2012; STARLING, 2019). Atualmente a UFMG possui imóveis tombados ou em processo de tombamento em Belo Horizonte, Diamantina, Caeté e Tiradentes (Figura 16).

Figura 16 – Mapa de cidades com imóveis tombados da UFMG



Fonte: Da autora, 2020.

Durante a constituição desse espaço físico, algumas edificações adquiridas foram recebidas com algum nível de proteção dos órgãos de patrimônio existentes, como o Museu Casa Padre Toledo (CRUZ, 2015), outras foram tombadas já como parte da universidade, como a Escola de Arquitetura.

A UFMG é responsável pela guarda de importante acervo de edificações históricas, que incluem prédios dos séculos XVIII e XIX situados nas cidades de Tiradentes (onde funciona o complexo do Campus Cultural de Tiradentes) e de Diamantina (onde funciona a Casa da Glória), um prédio da época da fundação de Belo Horizonte, onde funciona o Centro Cultural, além de prédios representativos da arquitetura modernista, como o prédio da Escola de Arquitetura e o prédio da Reitoria, ambos tombados. (UFMG, 2018, p. 241-242)

Quando falamos de espaço físico da UFMG, o que costuma vir ao imaginário é o Campus Pampulha. Porém, isso é só uma parcela do todo, como mostrado pelas Tabela 1 e 2: o Campus Pampulha representa 68,66% da área total construída e 22,10% da área total do terreno da universidade. É fundamental, dessa forma, que ampliemos nossos olhares para além dessas fronteiras e que busquemos alternativas para esse patrimônio da UFMG como um todo.

Tabela 1 – Área construída da UFMG em 2021

Campus	Área (m²)	%
Pampulha	486.980,87	68,66%
Saúde	108.935,24	15,36%
Museu de História Natural	6.313,00	0,89%
Unidades isoladas em BH	57.637,00	8,13%
Unidades isoladas fora de BH	17.272,00	2,44%
Diamantina	4.113,00	0,58%
Tiradentes	1.387,47	0,20%
Instituto de Ciências Agrárias (Montes Claros)	26.653,57	3,76%
	709.292,15	100,00%

Fonte: Da autora, 2022.¹²

Tabela 2 – Área de terreno da UFMG em 2021

Campus	Área (m²)	%
Pampulha	2.821.485,00	22,10%
Saúde	60.864,79	0,48%
Museu de História Natural	595.800,00	4,67%
Unidades isoladas em BH	19.296,00	0,15%
Unidades isoladas fora de BH	1.540,00	0,01%
Fazenda de Pedro Leopoldo	4.480.000,00	35,10%
Fazenda de Igarapé	2.430.000,00	19,04%
Diamantina	13.015,00	0,10%
Tiradentes	3.733,29	0,03%
Instituto de Ciências Agrárias (Montes Claros)	2.339.300,00	18,33%
	12.765.034,08	100,00%

Fonte: Da autora, 2022.

São mais de sessenta edificações só no Campus Pampulha (FIALHO, 2012; STARLING; DUARTE, 2009), entretanto ainda não é possível determinar um número aproximado de edificações somando-se todos os campi e unidades isoladas. Dentro deste grupo edificado, dezoito unidades são construções tombadas ou em processo de tombamento, conforme descrito no Quadro 4.

Quadro 4 – Imóveis tombados ou em processo de tombamento da UFMG

(Continua)

Nº	Descrição	Área¹³	Época de construção	Esfera de tombamento
Belo Horizonte – BH / MG				
1	Reitoria	C. Pampulha	1962	Municipal
2	Estação Ecológica	C. Pampulha	-	Municipal

¹² Os dados apresentados nas tabelas 1 e 2 foram encontrados no site da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento da UFMG (<https://www.ufmg.br/proplan/>) e na obra de Starling; Duarte, 2009. Segundo informações do DPP/UFMG em 2022, as áreas estão em processo de consolidação

¹³ Como área serão entendidos os Campi da UFMG: Pampulha, Saúde, Museu de História Natural e Jardim Botânico, Instituto de Ciências Agrárias, Cultural da UFMG em Tiradentes, além das unidades isoladas dentro e fora de BH.

(Conclusão)

Nº	Descrição	Área ¹⁴	Época de construção	Esfera de tombamento
3	Olaria ¹⁵	C. Pampulha	1955	Municipal
4	Museu de História Natural e Jardim Botânico	MHNJB	-	Municipal
5	Faculdade de Medicina	C. Saúde	Década de 1960	Municipal
6	Hospital Borges da Costa	C. Saúde	1922	Estadual
7	Centro Cultural	Isolada em BH	1906	Estadual / Municipal
8	Centro de Memória da Escola de Engenharia	Isolada em BH	1921	Estadual / Municipal
9	Conservatório Mineiro de Música	Isolada em BH	1926	Estadual / Municipal
10	Escola de Arquitetura	Isolada em BH	1954	Municipal
11	Espaço do Conhecimento	Isolada em BH	2010	Estadual / Municipal
Caeté / MG				
12	Observatório Astronômico Frei Rosário	Isolada fora de BH	1972	Mundial / Federal / Estadual / Municipal
Diamantina / MG				
13	Instituto Casa da Glória	Isolada fora de BH	Séc. XVIII	Mundial / Federal
Tiradentes / MG				
14	Casa de Cultura	C. Cultural em Tiradentes	Séc. XVIII	Federal
15	Casa de Câmara	C. Cultural em Tiradentes	Séc. XVIII	Federal
16	Museu Sant'Ana	C. Cultural em Tiradentes	Séc. XVIII	Federal
17	Museu Casa Padre Toledo	C. Cultural em Tiradentes	Séc. XVIII	Federal
18	Sobrado Quatro Cantos	C. Cultural em Tiradentes	Séc. XVIII	Federal

Fonte: Da autora, 2020.

As edificações que são apresentadas pelo Quadro 4 são extremamente diversificadas, justamente por esse motivo as alternativas precisam ser pensadas para a sobrevivência de todo o conjunto. Tendo em vista que fazem parte de uma instituição

¹⁴ Como área serão entendidos os Campi da UFMG: Pampulha, Saúde, Museu de História Natural e Jardim Botânico, Instituto de Ciências Agrárias, Cultural da UFMG em Tiradentes, além das unidades isoladas dentro e fora de BH.

¹⁵ Imóvel em processo de tombamento.

pública, estão sujeitas a interesses políticos, a corte de verbas, entre outras várias adversidades. Soma-se a isso a necessidade de disputar recursos com as outras unidades acadêmicas ou administrativas internas da UFMG.

A fim de traçar um panorama atual sobre as edificações que constam no Quadro 4, iremos dividi-las em dois grupos. No primeiro grupo, serão apresentados os imóveis tombados que estão localizadas fora de Belo Horizonte, neste caso será indicada somente a edificação, sua localização, quem a administra hoje e seus respectivos tombamentos. No segundo grupo, serão apresentados os imóveis localizados em Belo Horizonte, neste caso além das informações apresentadas no outro grupo, serão também apresentados a descrição física do imóvel e seu histórico. As razões para esta divisão foram, em primeiro lugar, poder avaliar de maneira mais específica as relações entre os imóveis que estão em Belo Horizonte, que já possuem grandes semelhanças em sua formação, a propriedade da UFMG, a proximidade física e o mesmo contexto urbano. Em segundo, essa divisão adequa-se tanto às dificuldades de acesso às documentações dos imóveis fora de Belo Horizonte, ampliadas pela pandemia Covid-19, quanto ao tempo previsto para o desenvolvimento desta pesquisa.

3.1 Imóveis localizados fora de Belo Horizonte

3.1.1 Caeté

Figura 17 – Mapa de localização de imóveis tombados da UFMG em Caeté



Fonte: Da autora, 2020.

O município de Caeté possui apenas um imóvel vinculado ao patrimônio da UFMG, o Observatório Astronômico Frei Rosário (Figura 17).

3.1.1.1 Observatório Astronômico Frei Rosário

Figura 18 – Observatório visto à noite



Fonte: Foto de Leonardo Barçante (OBSERVATÓRIO ASTRONÔMICO FREI ROSÁRIO – UFMG, 2015).

A) Identificação

- Identificação atual: Observatório Astronômico Frei Rosário.
- Outros nomes / usos: não possui outros nomes e usos.
- Localização: Serra da Piedade, Caeté / MG.

B) Construção e administração

- Data de construção: década de 1970.
- Data de inauguração: 1972 (MACIEL; MALARD, 2012).
- Data de incorporação à UFMG: 1972.
- Administrado por: UFMG.

c) Registros de tombamento

- Responsável pelo reconhecimento: UNESCO.
- Status: tombado.

- Identificação do processo: reserva de biosfera da Serra do Espinhaço.
- Inscrições: recentemente com a expansão da área protegida pela UNESCO denominada “Reserva de biosfera da Serra do Espinhaço”, a Serra da Piedade passou a integrar a área protegida. Em consulta ao escritório da UNESCO em Minas Gerais, realizada em 2020, foi informado que as edificações do alto da Serra da Piedade, entre elas o Observatório, também estavam englobadas na área protegida.
- Responsável pelo tombamento: IPHAN.
- Status: tombado.
- N° do processo: 0526-T-55.
- Identificação do processo: Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Santuário de Nossa Senhora da Piedade.
- Inscrições:

Quadro 5 – Inscrições do tombamento do Observatório pelo IPHAN

Livro	Data
Tombo Histórico	26/09/1956
Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	26/09/1956

Fonte: Da autora, 2022.

- Responsável pelo tombamento: IEPHA/MG.
- Status: tombado.
- N° do processo: Conjunto Paisagístico da Serra da Piedade.
- Identificação do processo: art. 84 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989.
- Inscrições:

Quadro 6 – Inscrições do tombamento do Observatório pelo IEPHAM/MG

Livro	Data
Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	19/05/2006
Tombo de Belas Artes	19/05/2006
Tombo histórico das obras de Artes Históricas e dos documentos paleográficos ou bibliográficos	19/05/2006

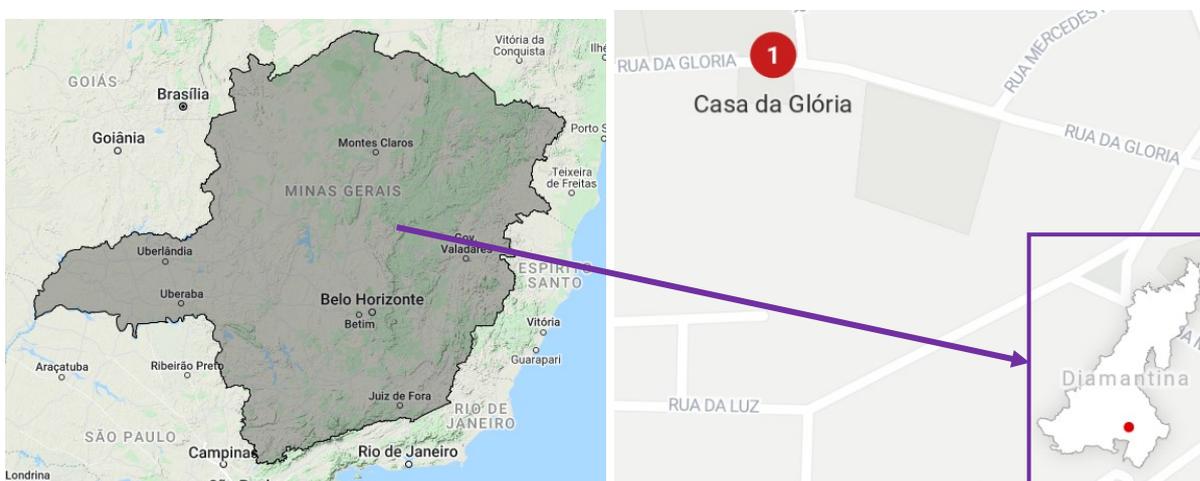
Fonte: Da autora, 2022.

- Responsável pelo tombamento: município de Caeté.
- Status: tombado.
- N° do processo: Lei Orgânica do Município de Caeté.
- Identificação do processo: conjunto cultural arquitetônico, paisagístico e natural da Serra da Piedade a partir da cota de 1.200 metros até o cume, dentro dos limites do município – Governo Federal (IPHAN).

3.1.2 Diamantina

O município de Diamantina possui apenas um imóvel vinculado ao patrimônio da UFMG, a Casa da Glória (Figura 19).

Figura 19 – Mapa da localização dos imóveis tombados em Diamantina



Fonte: Da autora, 2020.

3.1.2.1 Instituto Casa da Glória

Figura 20 – Passadiço da Casa da Glória



Fonte: Foca Lisboa (UFMG, 2020).

A) Identificação

- Identificação atual: Instituto Casa da Glória.
- Outros nomes / usos: Residência de Dona Josefa Maria da Glória, Residência dos Intendentes do Distrito Diamantino (1813-?), Colégio Nossa Senhora das Dores (1867-1966) (PINHEIRO, 1994).
- Localização: Rua da Glória, 298 – Centro, Diamantina / MG.

B) Construção e administração

- Data de construção: século XVIII (PINHEIRO, 1994).
- Autor do projeto e obra: desconhecido.
- Data de incorporação à UFMG: 1979 (MACIEL; MALARD, 2012).
- Administrado por: UFMG.

C) Registros de tombamento

- Responsável pelo reconhecimento: UNESCO.
- Status: tombado.
- Identificação do processo: Centro Histórico do Município de Diamantina.

- Responsável pelo tombamento: IPHAN.
- Status: tombado.
- N° do processo: 64-T-3.
- Identificação do processo: conjunto arquitetônico e urbanístico, município de Diamantina, estado de Minas Gerais.
- Inscrições:

Quadro 7 – Inscrições do tombamento do Instituto Casa da Glória pelo IPHAN

Livro	Data
Tombo das Belas Artes	16/05/1938

Fonte: Da autora, 2022.

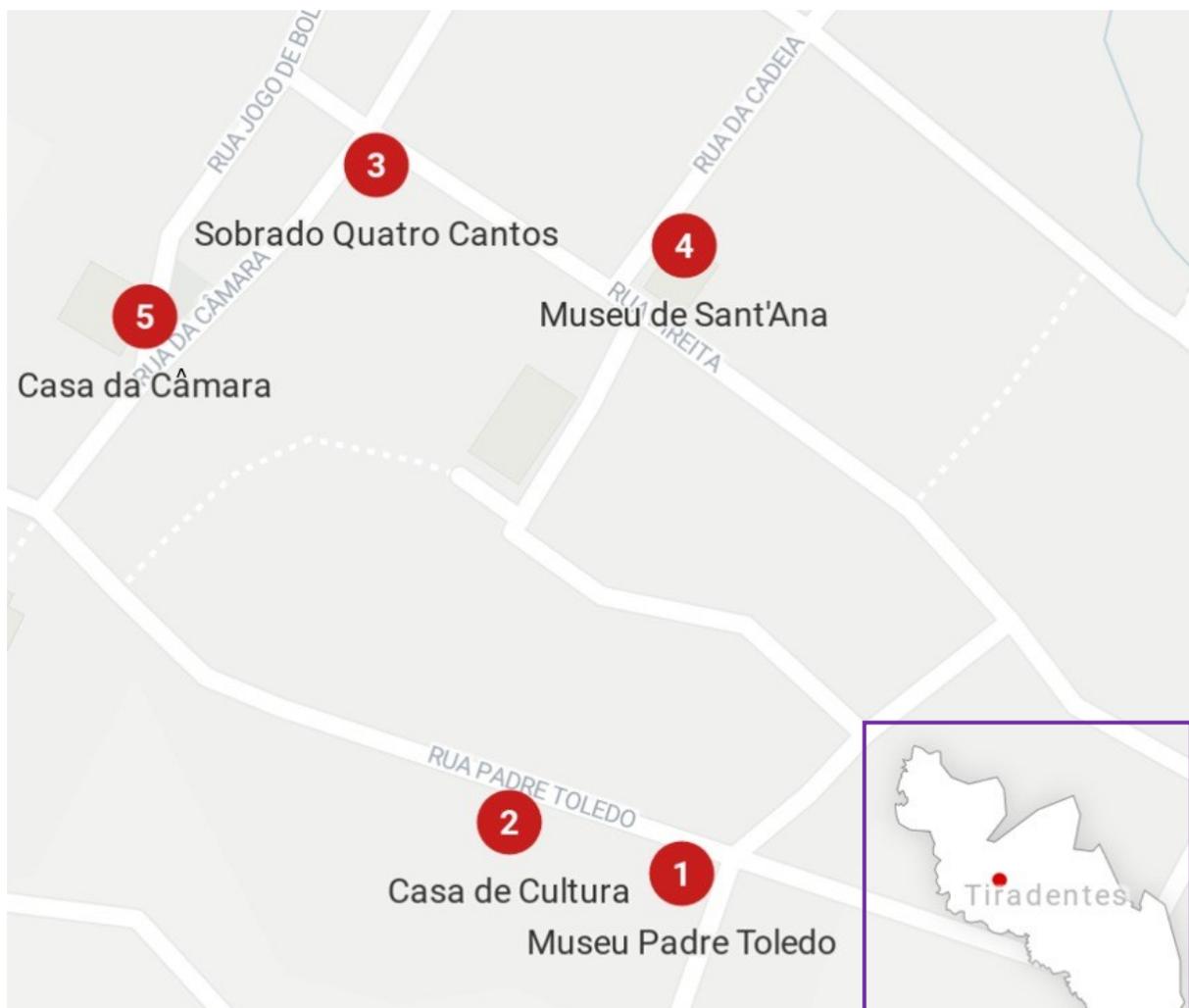
3.1.3 Tiradentes

Na década de 1960, a cidade de Tiradentes enfrentava dificuldades financeiras e seu patrimônio se encontrava em declínio. A situação levou o Governador do Estado de Minas Gerais, Senhor Israel Pinheiro, a buscar apoio junto à Senhora Maria do Carmo Mello Franco Nabuco. Ela juntamente a seu marido, Senhor José Thomas Nabuco, fundaram a Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade¹⁶ – FRMFA, instituída em 29 de maio de 1970. A Fundação possui entre seus objetivos o desenvolvimento do patrimônio cultural. Em 1997, a UFMG assumiu a presidência do conselho curador, cumprindo, assim, o papel de coordenadora e gestora da FRMFA.

A proposta de implantação de um campus cultural avançado na cidade de Tiradentes para a UFMG foi consequência do acordo firmado entre UFMG e FRMFA e já aparecia no PDI de 2008-2012. Nesse momento, a proposta era que o Campus seria composto pelos prédios da FRMFA, conjunto formado pelo Museu Casa Padre Toledo, a atual Casa de Cultura, a antiga Cadeia e o antigo Fórum (UFMG, 2008).

¹⁶ Rodrigo Mello Franco de Andrade foi presidente do IPHAN de 1937 a 1968.

Figura 21 – Mapa dos imóveis tombados da UFMG em Tiradentes



Fonte: Da autora, 2020.

No PDI do período de 2013-2017, a continuidade da implantação do Campus será novamente abordada como uma meta a ser alcançada (UFMG, 2013b). Hoje a UFMG possui ligação com cinco imóveis na cidade (Figura 21) além dos quatro originais da FRMFA. Em 2013, a UFMG firmou termo de sessão de uso para o Sobrado Quatro Cantos, de propriedade do IEPHA/MG.

3.1.3.1 Casa de Cultura

Figura 22 – Fachada da Casa de Cultura



Fonte: FRMFA-CEXP, 2020.

A) Identificação

- Identificação atual: Centro de Estudos e Biblioteca (desde 1997).
- Outros nomes / usos: Casa de Cultura, Centro de Estudos Históricos Brasileiros (1974-1997).
- Localização: Rua Padre Toledo, 158, Tiradentes / MG.

B) Construção e administração

- Data de construção: século XVIII.

- Data de inauguração: século XVIII.
- Autor do projeto e obra: desconhecido.
- Data de incorporação à UFMG: foi doada à Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade em 1971. Passou a ser administrada pela UFMG após 1997.
- Administrado por: UFMG.

C) Registros de tombamento

- Responsável pelo tombamento: IPHAN.
- Status: tombado.
- N° do processo: 66-T-38.
- Identificação do processo: Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Tiradentes – Minas Gerais.
- Inscrições:

Quadro 8 – Inscrições do tombamento da Casa de Cultura pelo IPHAN

Livro	Data
Tombo de Belas Artes	20/04/1938

Fonte: Da autora, 2022.

3.1.3.2 Casa da Câmara

Identificação

- Identificação atual: Câmara Municipal de Tiradentes.
- Outros nomes / usos: Casa da Câmara da Vila de São José del-Rei (Século XVIII), Fórum.
- Localização: Rua da Câmara, 53, Tiradentes / MG.

B) Construção e administração

- Data de construção: século XVIII.
- Autor do projeto e obra: desconhecido.
- Data de incorporação à UFMG: 1970 (MACIEL; MALARD, 2012).
- Administrado por: Prefeitura de Tiradentes.

Figura 23 – Fachada Principal da Casa da Câmara



Fonte: CÂMARA TIRADENTES, 2020.

C) Registros de tombamento

- Responsável pelo tombamento: IPHAN.
- Status: tombado.
- N° do processo: 66-T-38.
- Identificação do processo: Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Tiradentes – Minas Gerais.
- Inscrições:

Quadro 9 – Inscrições do tombamento da Reitoria pelo CDPCM/BH

Livro	Data
Tombo de Belas Artes	20/04/1938

Fonte: Da autora, 2022.

3.1.3.3 Museu de Sant'Ana

Figura 24 – Fachada principal do Museu de Sant'Ana



Fonte: Museu de Sant'Ana, [s.d.].¹⁷

A) Identificação

- Identificação atual: Museu de Sant'Ana (desde 2014).
- Outros nomes / usos: Cadeia Pública (século XVIII e século XIX).
- Localização: Rua Direita, 93, Tiradentes / MG.

B) Construção e administração

- Data de construção: século XVIII.
- Data de inauguração: século XVIII.
- Autor do projeto e obra: desconhecido
- Data de incorporação à UFMG: 1970 (MACIEL; MALARD, 2012).
- Administrado por: cedido pela FRMFA ao Instituto Flávio Gutierrez em 2014.

¹⁷ A foto está disponível no site oficial do museu: <https://museudesantana.org.br/conheca/historico/>.

C) Registros de tombamento

- Responsável pelo tombamento: IPHAN.
- Status: tombado.
- N° do processo: 66-T-38.
- Identificação do processo: Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Tiradentes – Minas Gerais.
- Inscrições:

Quadro 10 – Inscrições do tombamento do Museu de Sant’Ana pelo IPHAN

Livro	Data
Tombo de Belas Artes	20/04/1938

Fonte: Da autora, 2022.

3.1.3.4 Museu Casa Padre Toledo

A) Identificação

- Identificação atual: Museu Casa Padre Toledo.
- Outros nomes / usos: residência do inconfidente Padre Carlos Correia de Toledo e Melo (1777-1789), Prefeitura e Câmara Municipal de Tiradentes (1917-1959), Seminário Diocesano São Tiago (década de 1960) (CRUZ, 2015).
- Localização: Rua Padre Toledo, 190, Tiradentes / MG.

Figura 25 – Museu Casa Padre Toledo



Fonte: CRUZ, 2015.

B) Construção e administração

- Data de construção: século XVIII.
- Data de inauguração: século XVIII.
- Autor do projeto e obra: desconhecido.
- Data de incorporação à UFMG: foi doada à Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade em 1971. Passou a ser administrada pela UFMG após a criação do Campus Tiradentes em 2013.
- Administrado por: UFMG.

C) Registros de tombamento

- Responsável pelo tombamento: IPHAN.
- Status: tombado.
- N° do processo: 0431-T.
- Identificação do processo: Casa do Inconfidente Padre Toledo.

- Inscrições:

Quadro 11 – Inscrições do tombamento do Museu Casa Padre Toledo pelo IPHAN

Livro	Data
Tombo de Belas Artes	04/08/1952
Tombo histórico	04/08/1952

Fonte: Da autora, 2022.

- Responsável pelo tombamento: IPHAN.
- Status: tombado.
- N° do processo: 66-T-38.
- Identificação do processo: Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Tiradentes – Minas Gerais.
- Inscrições:

Quadro 12 – Inscrições do tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Tiradentes pelo IPHAN

Livro	Data
Tombo de Belas Artes	20/04/1938

Fonte: Da autora, 2022.

3.1.3.5 Sobrado Quatro Cantos

A) Identificação

- Identificação atual: Quatro Cantos Espaço Cultural.
- Outros nomes / usos: Sobrado Quatro Cantos (século XVIII).
- Localização: Rua Direita, 5, Tiradentes / MG.

Figura 26 – Fundos do Sobrado Quatro Cantos



Fonte: CIT/DPP/UFMG, 2020.

B) Construção e administração

- Data de construção: século XVIII.
- Data de inauguração: século XVIII.
- Autor do projeto e obra: desconhecido.
- Data de incorporação à UFMG: propriedade do IEPHA/MG, foi cedida à UFMG em 2013 por um período de vinte anos a contar desta data.
- Administrado por: UFMG.

C) Registros de tombamento

- Responsável pelo tombamento: IPHAN.
- Status: tombado.
- N° do processo: 66-T-38.
- Identificação do processo: Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Tiradentes – Minas Gerais.

- Inscrições:

Quadro 13 – Inscrições do tombamento do Sobrado Quatro Cantos pelo IPHAN

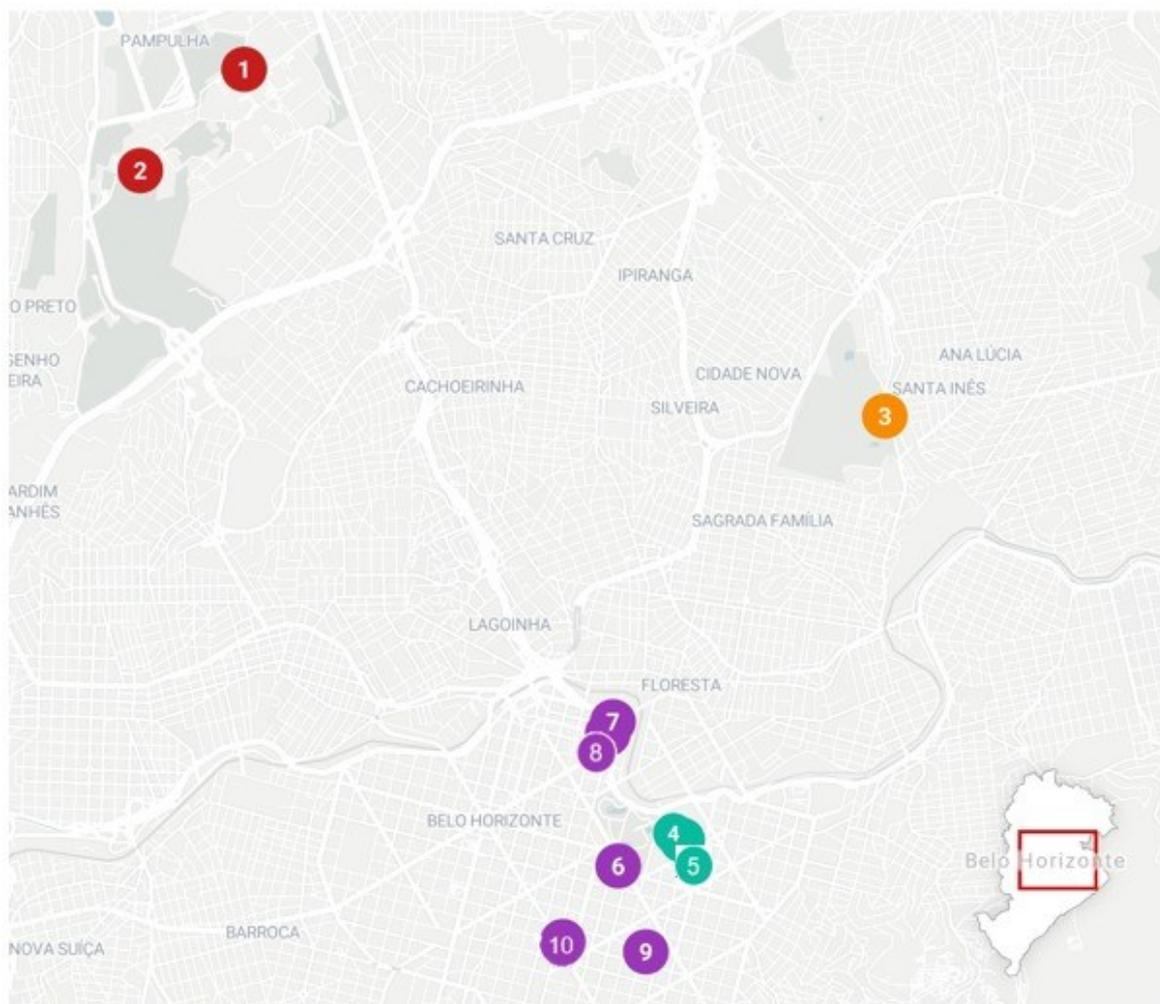
Livro	Data
Tombo de Belas Artes	20/04/1938

Fonte: Da autora, 2022.

3.2 Imóveis localizados em Belo Horizonte

Em Belo Horizonte, a UFMG divide sua atuação entre o Campus Pampulha, Campus Saúde, Museu de História Natural e Jardim Botânico e as unidades isoladas (Figura 27).

Figura 27 – Mapa de localização dos imóveis tombados ou em processo de tombamento em BH



LEGENDA

CAMPUS PAMPULHA

- 1 Reitoria
- 2 Estação Ecológica e Olaria

MHNJB

- 3 MHNJB

CAMPUS SAÚDE

- 4 Hospital Borges da Costa
- 5 Faculdade de Medicina

ISOLADAS EM BH

- 6 Conservatório de Música
- 7 Centro de Memória da Escola de Engenharia
- 8 Centro Cultural
- 9 Escola de Arquitetura
- 10 Espaço do Conhecimento

Fonte: Da autora, 2020.

3.2.1 Reitoria

Figura 28 – Vista da fachada principal da Reitoria em 2020



Fonte: Da autora, 2020.

A) Identificação

- Identificação atual: Reitoria UFMG.
- Outros nomes / usos: não possui outros nomes e usos.
- Localização: Campus Pampulha UFMG – Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627 – Pampulha, Belo Horizonte / MG.

B) Construção e administração

- Data de construção: 1958 a 1962 (FIALHO, 2012; MOREIRA NETO, 2019).
- Data de inauguração: 26/10/1962 (DAL PONT, 2008; DUARTE; SARTORI; MOTTA, 2009; MACIEL; MALARD, 2012; SOARES, 2016; STARLING, 2019).
- Autor do projeto e obra: Eduardo Mendes Guimarães Júnior, Gaspar Ferdinando Garreto e Ítalo Pezzuti (FIALHO, 2012).
- Data de incorporação à UFMG: a reitoria sempre foi parte da UFMG, sendo o terreno que ocupa transferido para a então Universidade de Minas Gerais – UMG em 1942 e sua inauguração feita em 1962 (DUARTE; SARTORI; MOTTA, 2009; FIALHO, 2012).
- Administrado por: UFMG.

C) Descrição

A Reitoria da UFMG é um importante exemplar da arquitetura modernista da capital mineira (FIALHO, 2012). Sua implantação foi pensada para ser o coração do Campus Pampulha da UFMG. Foi o primeiro edifício a ser construído no Campus. Está implantada em platô elevado e retificado na principal via do Campus, a Avenida Reitor Mendes Pimentel.

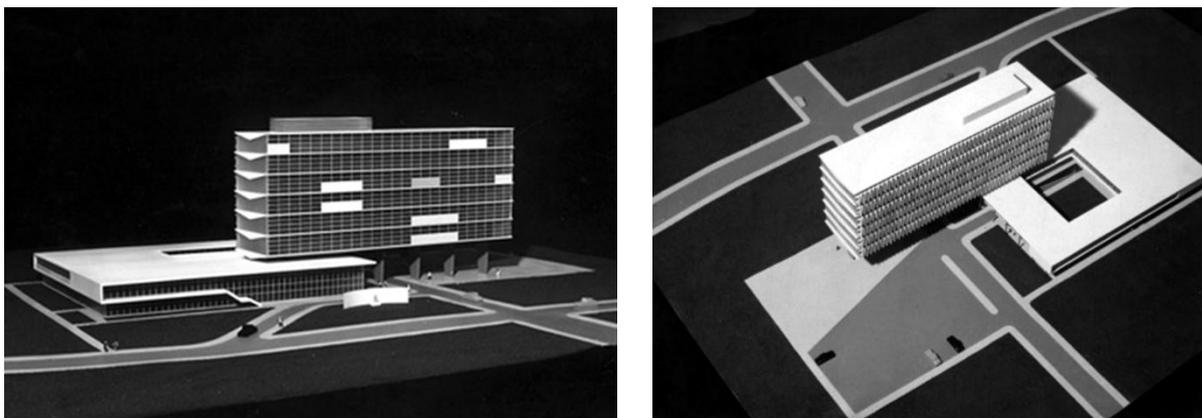
O local de sua implantação foi alvo de controvérsias na época de sua construção, sendo alvo inclusive de manifestações contrárias do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB, que entre seus questionamentos colocava que a Reitoria “além de obstruir a visão panorâmica e monumental, reduziu a capacidade de escoamento do tráfego” (FIALHO, 2012, p. 90), sendo também levantado que a região possui um terreno propício para alagamentos. Para Moreira Neto (2019), a escolha da localização do prédio no Campus e sua volumetria aliados a sua altimetria são símbolos da importância do prédio da Reitoria dentro da UFMG.

A edificação possui 13.648,00m² divididos em dois prismas – Figura 29. O primeiro transmite a ideia de horizontalidade, possui a forma de um quadrado com dois pavimentos e um vazio na região central, é através dessa região que ocorre o acesso principal ao edifício. O segundo reforça a ideia de verticalidade, com planta retangular, possui pilotis e seis pavimentos, foi construído com uma robusta estrutura de concreto armado, lajes em “V” e fachadas em amplos panos de vidro. Em seu pilotis, destacam-se os grandes pilares brutalistas em “V”, centralizados na edificação – Figura 30 (FIALHO, 2012; MOREIRA NETO, 2019; SOARES, 2016).

Os largos panos de vidro sustentados por um trecho de pilotis monumentais fornecem imponência ao edifício, bem como transparência, visibilidade e leveza e inundam de luz seu interior, além de vinculá-lo à revolução arquitetônica e urbanística proposta pela Pampulha. (STARLING, 2019, p. 26-27)

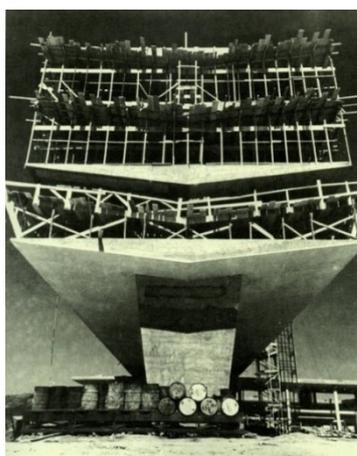
O edifício, desde a sua fundação, abriga essencialmente atividades de caráter administrativo, com destaque ao gabinete do reitor. Em seu interior, no hall de entrada, destacam-se a escada que liga o primeiro ao segundo pavimento e os murais de Yara Tupinambá, obra essa tombada pelo município de Belo Horizonte – Figura 31.

Figura 29 – Maquete da Reitoria vista a partir da frente (esq.) e dos fundos (dir.)



Fonte: MOREIRA NETO, 2019.

Figura 30 – Reitoria em construção entre 1958 e 1962



Fonte: DUARTE, 2009.

Figura 31 – Mural "Inconfidência mineira", 1960, de Yara Tupinambá, localizado no saguão da Reitoria



Fonte: Da autora, 2020.

O lago artificial construído em frente ao prédio é o principal destaque da área externa, sua forma foi escolhida para representar “[...] simbolicamente a bandeira do Brasil. Está lá o losango, o círculo, a faixa que atravessa e até as estrelas evocadas pelas pedras empilhadas a partir do fundo do lago” (STARLING, 2019, p. 27).

A edificação e sua sua área externa adjacente sofreram inúmeras reformas ao longo de sua história, entre elas a construção da escada da rota de fuga, localizada na parte posterior do prédio, pintada em vermelho, e a instalação de *brises* na década de 80 (SOARES, 2016). Apesar disso, é considerada a mais bela edificação do Campus (STARLING, 2019).

Ainda hoje, o atual Plano Diretor, parâmetro normativo que orienta o uso e ocupação do espaço-físico no Campus Pampulha, instrumentaliza as novas concepções arquitetônicas de modo a garantir que a Reitoria seja a figura principal da paisagem. A equipe permanente de planejamento físico-ambiental, garantida pela administração central, trabalha no sentido de manter a concepção original preservando a qualidade do espaço-físico conquistada e que é reconhecida pelos fruidores. (MOREIRA NETO, 2019, [s.p.]

D) Histórico

Para discutir a história da Reitoria, precisamos necessariamente de tratar da história da UFMG, em especial da construção da cidade universitária. Como abordado anteriormente, o sonho de uma universidade federal mineira remonta ao fim do séc. XIX. Com a criação da nova capital, Belo Horizonte, Escolas Livres se instalaram na região. A união das “Quatro Grandes” escolas, Odontologia e Farmácia, Medicina, Direito, Engenharia, formou a Universidade de Minas Gerais – UMG, em 1927 (FIALHO, 2012; MOREIRA NETO, 2019; STARLING, 2019).

As Escolas Livres possuíam sedes próprias isoladas umas das outras, em pontos distintos do centro de Belo Horizonte. Nesse primeiro momento, a Reitoria da então UMG foi alocada em duas salas do prédio da Faculdade de Direito¹⁸ e, posteriormente, em parte do prédio da Sociedade Mineira de Agricultura. Os quarenta anos que se seguiram à criação da UMG foram marcados pela consolidação de um

¹⁸ A edificação que abrigou a Faculdade de Direito na década de 20 foi demolida em 1958 para a instalação de um prédio mais moderno para o curso. (UFMG, 2017a)

espaço físico para a universidade e pelo esforço em fazer com que a instituição se tornasse única no lugar de várias pequenas escolas autônomas (FIALHO, 2012; SOARES, 2016).

Os primeiros terrenos escolhidos para acolher a UMG foram desapropriados em 1928 e se localizavam na região da Faculdade de Medicina. No mesmo ano, essa proposta foi abandonada e novos terrenos foram desapropriados na região dos bairros Santo Antônio e Lourdes. Para esses terrenos, foram desenvolvidos estudos de implantação, feitos pelo escritório de Eduardo de Vasconcellos Pederneiras. O contrato com Pederneiras foi rescindido em 1932 e os preparativos para a construção da cidade universitária foram paralisados até 1937, quando foi retomada a ideia da implantação próximo à Faculdade de Medicina. Questionamentos sobre o dimensionamento da cidade universitária e seu impacto fizeram com que a ideia da implantação na região central de BH fosse abandonada permanentemente (FIALHO, 2012).

Em 1942, um terreno então denominado Fazenda Dalva, localizado na região da Pampulha, foi desapropriado pelo governo mineiro, ele iria abrigar o que hoje é o Campus Pampulha da UFMG. As obras de terraplanagem começaram em 1947, mas o primeiro edifício de grande porte só seria inaugurado quinze anos mais tarde, ele seria a Reitoria. O evento de sua inauguração ocorreu em 26 de outubro de 1962 com a presença do Presidente João Goulart, o que demonstra a relevância desse passo no cenário nacional (DAL PONT, 2008; DUARTE; SARTORI; MOTTA, 2009; FIALHO, 2012).

Em 2003, a Reitoria foi tombada em nível municipal, pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte – CDPCM/BH, como parte do conjunto urbano da Lagoa da Pampulha (SOARES, 2016). O Conjunto Urbano da Pampulha possui tombamento em outras esferas de proteção, IEPHA/MG, IPHAN e reconhecimento junto à UNESCO, e o conjunto a ser protegido é composto pela Casa do Baile, pelo Clube de Tênis, pela Igreja de São Francisco de Assis, pelo Museu de Arte da Pampulha (edifícios e jardins), além do espelho d'água e da orla da lagoa. Desta forma, a Reitoria não possui tombamento nas demais esferas (FMC, 2014; IEPHA/MG, 2014a).

E) Registros de tombamento

- Responsável pelo tombamento: CDPCM/BH.

- Status: tombado.
- N° do processo: 01.118070.99.04.
- Identificação do processo: Conjunto Urbano Lagoa da Pampulha e Adjacências.
- Inscrições:

Quadro 14 – Inscrições do tombamento da Reitoria pelo CDPCM/BH

Livro	Data
Tombo Histórico	12/08/2003
Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	12/08/2003
Tombo Belas Artes	12/08/2003

Fonte: CDPCM/BH, 2003.

3.2.2 Estação Ecológica

Figura 32 – Estação Ecológica



Fonte: Foca Lisboa/UFMG, 2019.

A) Identificação

- Identificação atual: Estação Ecológica da UFMG (desde 1992).
- Outros nomes / usos: Mata da UFMG (1960-1992).

- Localização: Campus Pampulha UFMG – Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627 – Pampulha, Belo Horizonte / MG.

B) Construção e administração

- Data de construção: não se aplica.
- Data de inauguração: 1988 (STARLING, 2019).
- Autor do projeto e obra: não se aplica.
- Data de incorporação à UFMG: 1942, juntamente com o restante da área que se tornaria o atual Campus Pampulha da UFMG (DAL PONT, 2008).¹⁹
- Administrado por: UFMG.

C) Descrição

A Estação Ecológica (Figura 32) é uma unidade de conservação urbana inserida no Campus Pampulha da UFMG. Sendo uma das maiores áreas verdes de Belo Horizonte, tem papel crucial na integração de “ilhas verdes” dentro do Campus e na região da Pampulha (DAL PONT, 2008; STARLING, 2019).

A abrangência da área é de 114 hectares, com 13 biótopos mapeados, nove ordens de mamíferos, 220 espécies de aves, além de répteis, anfíbios e invertebrados, contando com uma grande diversidade de espécies nativas e exóticas de flora. (DAL PONT, 2008, p. 14)

A área ocupa uma parcela significativa do Campus Pampulha (Figura 35), mas está localizada em uma porção mais distante do prédio mais importante do Campus, a Reitoria, desta forma, apesar da EECO estar em terreno elevado e a Reitoria ser o prédio mais alto do Campus, não é possível visualizar a edificação a partir da unidade de conservação. Ocupa seu espaço predominantemente com a conservação da fauna e flora, porém possui algumas construções de pequeno porte: a antiga Olaria, existente no terreno antes mesmo de ele ser parte da UFMG, viveiro de mudas e

¹⁹ O terreno que se tornou a Estação Ecológica foi transferido para a UMG em 1942, como tratado anteriormente. A UFMG deu diversas utilizações ao espaço, sempre pensando na região como uma área de preservação, com exceção de quando foi cogitada a implantação de unidades acadêmicas no local, no início dos anos 90. A Estação propriamente dita foi criada em 1988, mas o tombamento municipal ocorrido em 92 teria papel fundamental em sua consolidação.

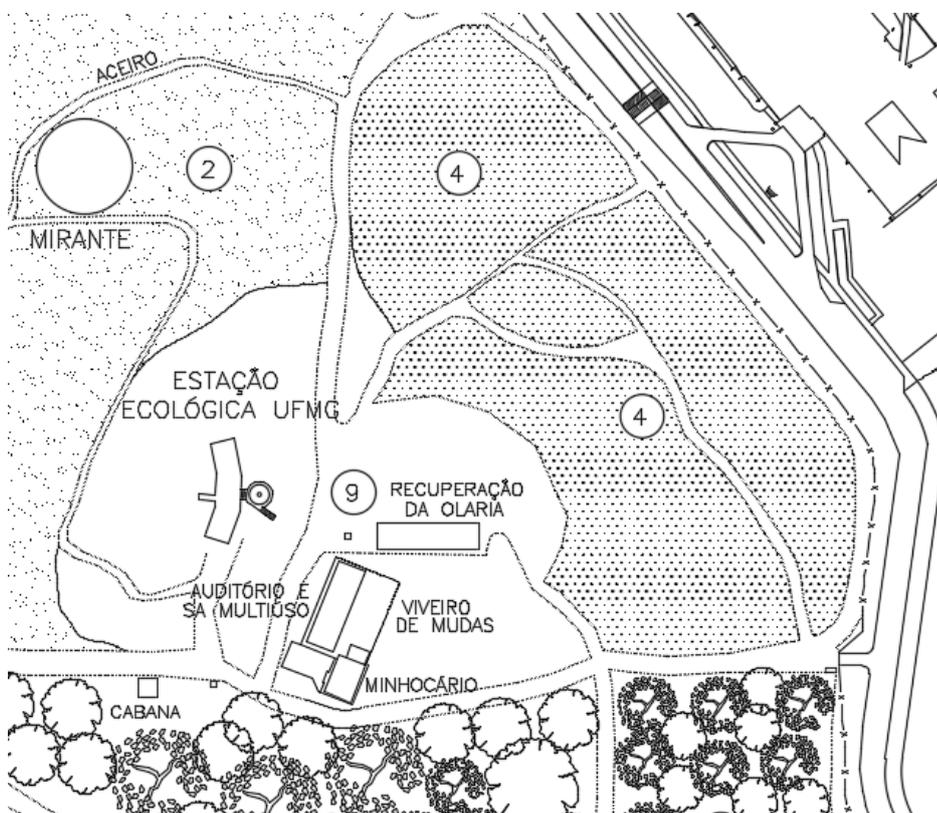
minhocário, auditório / sala multiuso, que podem ser visualizados ao centro das Figuras 33 e 34. O tombamento municipal da área em 1992 (Figura 36) teve papel essencial em sua consolidação, como veremos a seguir.

Figura 33 – Vista aérea da EECO



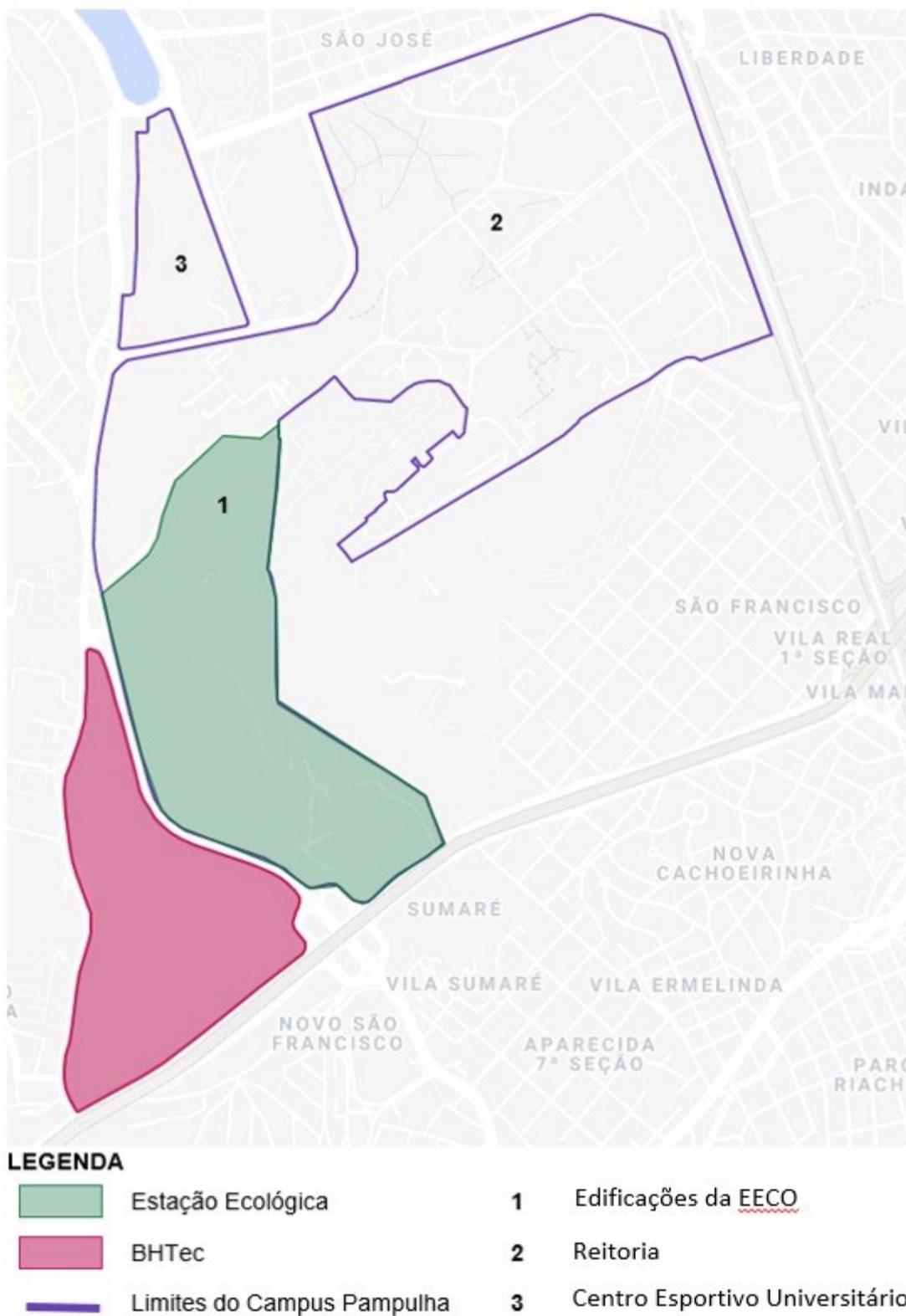
Fonte: Estação Ecológica UFMG, 2019.

Figura 34 – Implantação das edificações da EECO



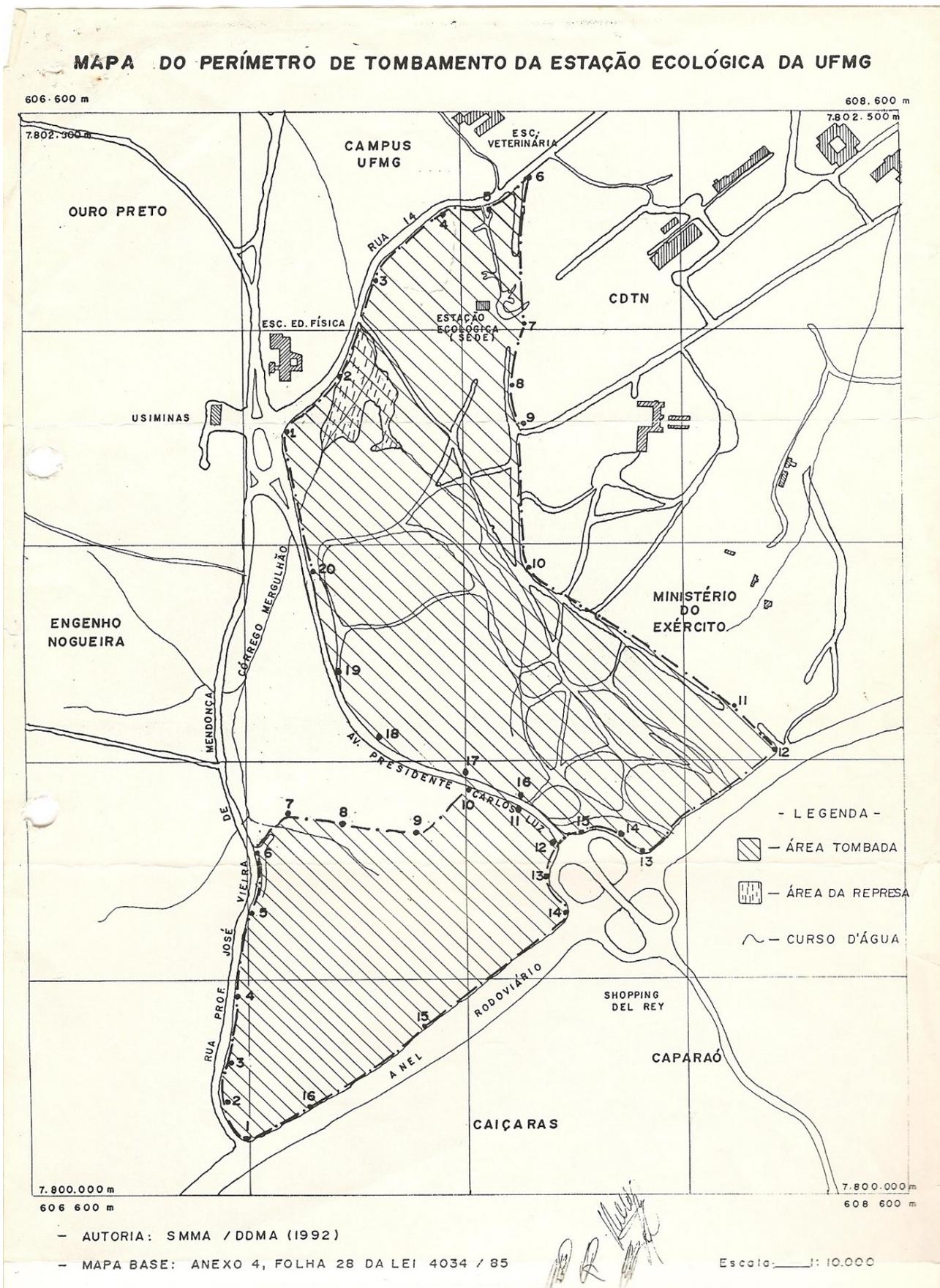
Fonte: CIT/DPP/PRA, 2006.

Figura 35 – Mapa de relação da Estação Ecológica com o Campus Pampulha



Fonte: Da autora, 2022.

Figura 36 – Mapa do perímetro de tombamento da Estação Ecológica



D) Histórico

A Estação foi idealizada com o objetivo de estimular a consciência conservacionista da comunidade e de desenvolver processos de aprendizado sobre processos de sucessão ecológica em meio urbano, manejo e estudo de fauna e flora (STARLING, 2019).

A criação de uma política ambiental dentro da UFMG remonta a sua criação em 1969 e ao primeiro plano de elaboração para a formação da Cidade Universitária, o “Plano Pederneiras”. A primeira ideia de um plano ecológico foi apresentada durante o reitorado do Prof. Eduardo Osório Cisalpino (1974-1978). Foi somente na reitoria do Prof. Celso Vasconcelos Pinheiro (1979-1982) que o “Programa Ecológico do Campus da Pampulha” ganharia uma normativa (DAL PONT, 2008).

Devido à divergência dos interesses entre reitorados, a área ficou abandonada por quase toda década de 1980, tendo sido o interesse pela região retomado somente em 1988, quando foi definida como área de proteção permanente em 1988 (DAL PONT, 2008; STARLING, 2019).

A retomada das discussões sobre a área ocorreu como fruto da disputa que a construtora Fayal realizou contra a UFMG na justiça. A construtora alegava que a UFMG não utilizava o espaço e que gostaria de adquirir os terrenos que hoje englobam o quarteirão 14 e 15 do Campus. No fim, a UFMG ganhou a disputa, cercou o terreno e construiu uma guarita com uma placa indicando a Estação Experimental (STARLING, 2019). Houve uma escala de tensões em 1992. A UFMG decidiu que iria trazer as Faculdades de Farmácia e Odontologia para o Campus e a área escolhida foi exatamente onde estava a Estação Experimental. Esta foi uma época propícia para discussões ambientalistas na instituição, por uma série de fatores, sendo o principal deles a Rio 92 (DAL PONT, 2009, 2008; STARLING, 2019).

Desta forma, iniciou-se o processo de tombamento mais polêmico da história da UFMG. Vários grupos, provenientes principalmente do Instituto de Ciências Biológicas – ICB, abraçaram a causa de preservar a natureza existente e escolher outro local para os novos prédios. A reitora da UFMG na época, Professora Vanessa Guimarães Pinto, juntamente com o Conselho Universitário não queria ceder às reivindicações (STARLING, 2019).

Foi então que um pequeno grupo decidiu entrar com um pedido no CDPCM/BH, pois não tinha nada a perder e, enquanto o processo estivesse em análise, a UFMG não poderia modificar o local. A UFMG não aceitou bem a interferência de um órgão

externo para resolver uma questão interna, como define Starling (2019, p. 54): “o pedido de tombamento foi um gesto de desafio – provavelmente a primeira e a última vez que se tentou uma alternativa desse tipo na história da UFMG”.

O CDPCM/BH concedeu o tombamento para a área (Figura 36). Arranjos precisaram ser feitos, a Faculdade de Odontologia e de Farmácia precisaram ser instaladas em novos locais do Campus. A Odontologia mudou-se para o outro lado da rua. A Farmácia para um local um pouco mais à frente na mesma rua. A Estação Ecológica foi instalada e hoje a grande maioria da comunidade acadêmica concorda que foi a melhor solução para o espaço (STARLING, 2019).

A universidade eventualmente é um local onde existem questões de discordância sobre a gestão do patrimônio cultural. A Estação pagou por sua ousadia e, apesar de ganhar o espaço, ficou sem uma estrutura administrativa e recursos (STARLING, 2019).

Dessa forma é que constatamos que a maior luta da EECO não foi aquela de 1992, mas que ainda permanece. Mesmo sem recursos, sem um espaço no organograma administrativo, inserida num mosaico urbano de transformações e interesses diversos, a área continua fragilizada ao manter apenas como ferramenta de proteção um tombamento realizado em 1992. (DAL PONT, 2009, p. 212)

Atualmente a Estação oferece programas de extensão para a Universidade, além de atividades e visitas para o público em geral.

E) Registros de tombamento

- Responsável pelo tombamento: CDPCM/BH.
- Status: tombado.
- N° do processo: 01.100765.95.34 e Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte de 1990.
- Identificação do processo: Mata do Campus da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.
- Inscrições:

Quadro 15 – Inscrições do tombamento da Estação Ecológica pelo CDPCM/BH

Livro	Data
Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	21/05/1992

Fonte: Da autora, 2022.

3.2.3 Olaria

Figura 37 – Chaminé da Olaria



Fonte: CIT/DPP/UFMG, 2021.

A) Identificação

- Identificação atual: Olaria.
- Outros nomes / usos: apesar de sua identificação não se alterar ao longo de sua história, foi utilizado como olaria de 1955 a 1975 e, a partir desta data, seu uso foi sendo adequado conforme as necessidades da Mata da UFMG, que viria a ser consolidada com a Estação Ecológica da UFMG em 1992.
- Localização: Estação Ecológica – Campus Pampulha UFMG – Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627 – Pampulha, Belo Horizonte / MG.

B) Construção e administração

- Data de construção: 1955 (SOUZA, 2001).

- Data de inauguração: 1955 (SOUZA, 2001).
- Autor do projeto e obra: desconhecido.
- Data de incorporação à UFMG: 1956 (SOUZA, 2001).
- Administrado por: UFMG.

C) Descrição

Construída em arquitetura vernacular, a Olaria é formada por uma edificação na qual antes funcionava o forno para produção de tijolos e uma chaminé com tijolos aparentes.

A região do forno possui altura de 3,30 metros (externo) e é formada por um retângulo de aproximadamente 33 x 6 metros, com cinco saídas em cada lado de sua extensão e uma frontal coroadas com arcos e sem fechamentos em cada lado – Figura 38. É possível identificar em fotos anteriores do espaço que em alguns momentos de sua história houve a construção de uma área com telhado e laterais abertas sobre a região do forno – Figura 39, em 2021 essa cobertura não estava presente – Figura 38.

Figura 38 – Forno da Olaria



Fonte: CIT/DPP/UFMG, 2021.

A chaminé está implantada em nível superior à base do forno, possui o formato de tronco de pirâmide de base quadrada medindo 1,60 metros em cada lado. Toda

construída com tijolos aparentes, possui uma altura de aproximadamente 6,50 metros – Figura 37.

Figura 39 – Região do forno da Olaria com cobertura



Fonte: CIT/DPP/UFMG, 2012

D) Histórico

O Lar dos Meninos foi uma instituição criada em 1944 a partir de um pedido do então prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek, com o intuito de oferecer abrigo e serviços básicos a menores desvalidos. Inicialmente no local foram construídos alojamentos, oficinas, posto de saúde e a Olaria (DAL PONT, 2008).

Ligado ao Departamento de Saúde e Assistência de Belo Horizonte, o Lar dos Meninos estava incumbido de dar, nos limites de sua possibilidade, assistência aos menores desvalidos. Sua função de solucionar os casos de desajustamento social do município, envolvendo crianças e adolescentes pobres, completava-se com uma lista de outras competências citadas na própria Lei 367 Assim, manter, alimentar, alfabetizar, assistir educacional e moralmente, dar assistência médico e odontológica, eram algumas dessas competências. (SOUZA, 2001, p. 174)

Em 1948, a prefeitura de Belo Horizonte criou uma comissão para que fosse investigada a situação social e econômica do local, sendo também solicitado que este grupo emitisse um parecer sobre a utilidade prática do local (SOUZA, 2001). Inicialmente a instituição estava ligada ao Departamento de Saúde e Assistência de Belo Horizonte, passando a ser administrada de maneira definitiva aos orionitas da Pequena Obra da Divina Providência.

Os entendimentos para que os orionitas assumissem o Lar, aconteceram com negociações realizadas entre o prefeito sucessor de Juscelino Kubitschek, Otacílio Negrão de Lima e o Provincial da Pequena Obra da Divina Providência, Carlos Pensa, em 1948, cuja intermediação foi feita pelo Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte, Dom Antônio dos Santos Cabral. (SOUZA, 2001, p. 175)

A área de doze alqueires ocupada pelo Lar dos Meninos foi desapropriada em 1956 para receber parte das instalações da cidade universitária da UFMG, porém a desapropriação de maneira definitiva foi adiada até 1974, quando a nova sede da instituição foi construída em outro local, ainda na região da Pampulha (SOUZA, 2001).

Figura 40 – Olaria no fim da década de 1950



Fonte: Estação Ecológica UFMG, [s.d.].

A Olaria foi inaugurada em 1955 sendo patrocinada pelo Rotary Club de Belo Horizonte – Figura 40. Possuía o papel dentro do Lar dos Meninos de ensinar as crianças órfãs uma profissão e assegurar renda à instituição através da fabricação de telhas e tijolos. Apesar de não ser a única fonte de renda, durante seu funcionamento, foi uma das principais formas de arrecadação de recursos. As atividades da edificação como olaria foram definitivamente encerradas em 1974, junto com a desapropriação definitiva do Lar dos Meninos (SOUZA, 2001; STARLING, 2019).

[...] a produção de tijolos na olaria, à qual se fez referência anteriormente, foi o sustentáculo da instituição de 1955 até sua transferência para outro local. À olaria se juntavam outras atividades práticas profissionalizantes: o cultivo da terra na horta, oficina mecânica, gráfica, tapeçaria, cartonagem (caixas de papelão), marcenaria, carpintaria e produção de sapatos, entre outras. O principal objetivo dos educadores orionitas, ao implantarem a iniciação profissional, era a formação de empregados de categoria, embora pensassem também na possibilidade de alguns desses assistidos alcançarem a categoria de proprietários. Com o tempo, as atividades como a oficina mecânica, a cartonagem, e a carpintaria foram perdendo ímpeto, à medida que a produção de tijolos apresentava-se indispensável para o Lar. A olaria, além de ter sido a atividade de maior significado econômico, foi ainda a de maior importância para a formação profissional dos assistidos, que recebiam, ali, as instruções necessárias para se tornarem exímios oleiros. Funcionando em um amplo terreno, os assistidos, orientados pelos padres-instrutores, chegaram a produzir de oito a doze mil tijolos comuns por dia. (SOUZA, 2001, p. 270)

A Olaria hoje compõe o circuito de atrações oferecidas pela Estação Ecológica. Entre as atividades que aconteceram no espaço, destaca-se o Cineclube Olaria – Figura 41, que esteve ativo entre os anos de 2012 e 2015 e oferecia sessões de cinema de forma gratuita e acesso livre ao público (ESPÍNDOLA, 2013).

Figura 41 – Cineclube Olaria



Fonte: UFMG, 2015.

E) Registros de tombamento

- Responsável pelo tombamento: CDPCM/BH.
- Status: em processo de tombamento desde 21/10/2011, sem previsão de conclusão.
- N° do processo: 01-167.598/11-02.
- Identificação do processo: Antiga Olaria da Universidade Federal de Minas Gerais.

3.2.4 *Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG*

A) Identificação

- Identificação atual: Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG (desde 1968).
- Outros nomes / usos: Fazenda dos Guimarães (séc. XIX), Fazenda do Cercado (séc. XIX), Fazenda Boa Vista (séc. XIX), Horto Florestal (1898-1912), Estação Experimental de Agronomia de Minas Gerais (1912-1953), Estação Arqueológica do Horto (1938-1953), Instituto Agrônomo (1953-1968).
- Localização: Rua Gustavo da Silveira, 1035 – Santa Inês, Belo Horizonte / MG.

B) Construção e administração

- Data de construção: não se aplica.
- Data de inauguração: 1968.
- Autor do projeto e obra: não se aplica.
- Data de incorporação à UFMG: 1968.
- Administrado por: UFMG.

Figura 42 – Entrada do MHNJB



Fonte: Foto de Soraia Magalhães (UFMG, 2020).

C) Descrição

O MHNJB é um órgão suplementar da UFMG que recebe cerca de sessenta mil visitantes anuais, destes a maioria são alunos de ensino médio e fundamental (UFMG, 2015). Atua principalmente com atividades ligadas à extensão e divulgação da ciência, entre as suas competências se encontra a realização de pesquisas e publicações.

São aproximadamente 600.000m² de terreno, que em 2015 dispunham de 49 espaços destinados às exposições fechadas e a “céu aberto”, que juntos possuem 7.392,00m² – Figura 43 (UFMG, 2015). Em 2020, seu acervo era composto por mais de 24.000 itens das áreas de Cartografia Histórica, Arqueologia, Paleontologia,

Geologia, Botânica, Zoologia, Etnografia e Arte Popular e uma biblioteca com mais de 3.700 livros e mais de 19.000 números de periódicos, nacionais e estrangeiros.

Figura 43 – Mapa chave da implantação do MHNJB



Fonte: LIMA; MENEZES, 2021.

Figura 44 – Mapa chave do núcleo de edificações do MHNJB



Fonte: LIMA; MENEZES, 2021.

O conjunto arquitetônico presente possui mais de 30 construções espalhadas na área, sendo possível identificar maior adensamento próximo à Sede Administrativa, também conhecida por Casa Vermelha – Figura 44. Essas edificações são de modo geral de pequeno porte, tendo entre um e dois pavimentos. O período em que foram construídas é variado, sendo que a maior parte foi edificada após a década de 1950.

Ao longo dos anos, o uso das edificações mudou, sendo possível identificar que algumas delas foram usadas como residências de técnicos na época do Instituto Agrônomo e hoje possuem outras destinações, como a Casa Azul e a Casa Amarela. Entre todas as edificações se destaca o Palacinho – Figura 45, construído em estilo eclético no início do século XX (UFMG, 2015).

Do referido conjunto arquitetônico, a única edificação que possui inegável valor histórico é aquela conhecida como “Palacinho”, onde funciona hoje o Centro de Referência em Cartografia Histórica, exemplar da arquitetura

eclética e cujo codinome deriva de que se encontrava em um sítio privilegiado pela fauna e flora locais, vindo a servir de residência aos governadores do estado de Minas Gerais em períodos de férias e fins-de-semana, assim como local de reuniões políticas às vésperas da Revolução de 1930. (UFMG, 2015, p. 50)

Figura 45 – Palacinho



Fonte: CIT/DPP/UFMG, 2005

D) Histórico

No século XIX, a família Guimarães era proprietária de amplas porções de terra na região que hoje está o Bairro Santa Inês. Essa região era conhecida como Fazenda dos Guimarães, também denominada como Fazenda do Cercado. Essas fazendas foram subdividas no final do século XIX em outras fazendas menores, entre elas a Fazenda da Boa Vista. Em 1897, a parte correspondente à Fazenda Boa Vista foi desapropriada pela Comissão Construtora da Capital (OLIVEIRA, 2018; POSSAS, 2006; UFMG, 2015).

A ocupação do espaço se iniciou em 1898 “com a criação da Colônia Agrícola Córrego da Mata [...], depois chamada Colônia Américo Werneck” (OLIVEIRA, 2018, p. 48). No período compreendido entre o final do século XIX até 1912, funcionou no local o Horto Florestal (OLIVEIRA, 2018; POSSAS, 2006; UFMG, 2015).

Em 1912, o governo estadual visando ao crescimento de atividades agroindustriais instalou no local a Estação Experimental de Agricultura. Entre suas

atividades estava a distribuição de “[...] mudas variadas aos lavradores do estado e da nova capital, incentivando a ocupação das terras e o desenvolvimento da agricultura” (POSSAS, 2006, [s.p.]). Essa iniciativa manteria suas atividades até 1953 (OLIVEIRA, 2018; POSSAS, 2006; UFMG, 2015).

Entre o fim da década de 1930 e 1940, foram descobertos itens de interesse arqueológico na região e com isso também foi instalada na área a Estação Arqueológica do Horto, que funcionou no local até 1953 (OLIVEIRA, 2018; UFMG, 2015).

Na década de 1920, foi construído o edifício hoje conhecido como Palacinho – Figura 45. Por volta de 1930, a construção era casa de veraneio dos governadores de Minas Gerais. Durante as décadas de 1950 e 1960, foi utilizada como residência do diretor do Instituto Agrônomo (OLIVEIRA, 2018). Desde 1999, funciona como Centro de Referência em Cartografia Histórica. No início dos anos 2000, passou por sua última grande reforma.

Em 1953, a área se tornou o Instituto Agrônomo, que tinha como objetivo “promover experimentações e pesquisas em agronomia, para melhorar a produção agrícola do Estado de Minas Gerais” (POSSAS, 2006, [s.p.]). Durante sua existência, foram construídas diversas edificações no local, entre elas estão a Casa Vermelha, a Casa Azul e a Casa Amarela (OLIVEIRA, 2018). Suas atividades se encerraram em 1968 e sua “área foi dividida em várias partes com diferentes entidades, que foram FEBEM, SERPRO, SENAI, CETEC e UFMG” (OLIVEIRA, 2018, p. 51).

O Museu de História Natural da UFMG foi criado a partir do Decreto nº 62.317, de 28 de fevereiro de 1968, que Aprova o Plano de Reestruturação da Universidade Federal de Minas Gerais. Demorou anos para consolidar a extensão de sua área, sendo a primeira parte do terreno adquirida em 1968²⁰ e a última em 1979. O Jardim Botânico seria criado apenas em 1979, após solicitação feita pelo Instituto de Experimentação e Pesquisas Agropecuárias de Minas Gerais – EPAMIG como condição de doação de parte do terreno que hoje forma o MHNJB (POSSAS, 2006).

Em 1953, a estação experimental deu lugar ao Instituto Agrônomo, extinto em 1968. Em seguida, a área do instituto seria desmembrada e parte desta

²⁰ O terreno inicialmente foi cedido à UFMG no regime de comodato, sendo doado de forma definitiva para a UFMG em 1979 (POSSAS, 2006).

com 439.000 m² seriam repassadas à UFMG pelo Governo de Minas Gerais em 1969 sendo posteriormente instalado o Museu. Em 1973, um Contrato de Comodato firmado entre a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) e a UFMG anexaria mais 150.000 m² de mata nativa contígua à área do Museu de História Natural, para a criação de um Jardim Botânico. Em 1979, a área total do museu, incluindo a do Jardim Botânico, seria finalmente doada à UFMG. (UFMG, 2015, p. 13)

Em 1983, o Presépio do Pípiripau foi entregue à UFMG por Raimundo Machado Azeredo, autor da obra (MACIEL; MALARD, 2012). O presépio é composto por 45 cenas e 586 figuras articuladas que se movem para contar a história da vida e da morte de Jesus Cristo. O presépio é tombado pelo IPHAN desde 1984. Foi totalmente restaurado pelo Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis da Escola de Belas Artes da UFMG em 2014 através de recursos obtidos pela Lei Rouanet – Figura 46 (UFMG, 2017b).

Figura 46 – Presépio do Pípiripau

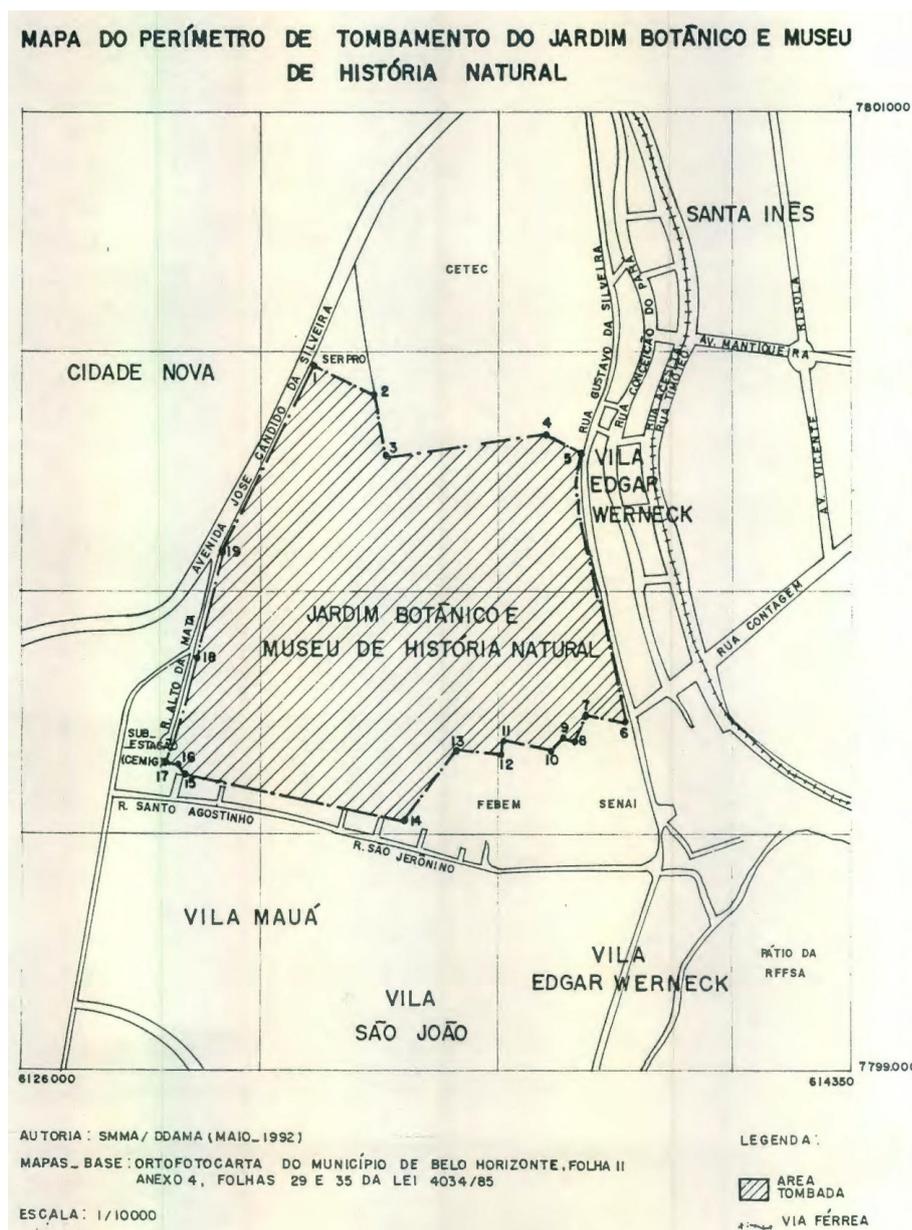


Fonte: UFMG, 2017.

Inicialmente vinculado ao ICB e ao Instituto de Geociências – IGC, o MHNJB só viria a alcançar sua independência em 1986 quando se tornou Órgão Suplementar e passou a responder diretamente à Reitoria. Sua importância na cidade de Belo

Horizonte foi reconhecida através do tombamento da área realizado inicialmente pela Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte de 1990 e, posteriormente, em 1992, com seu tombamento através de processo individual – Figura 47 (POSSAS, 2006).

Figura 47 – Mapa do perímetro de tombamento do MHNJB



Fonte: CDPCM/BH, 1992.²¹

²¹ Elaborado e publicado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte.

Em 15 de junho de 2020, a construção conhecida como Casa Vermelha foi tomada por incêndio de grandes proporções – Figura 3, que destruiu uma grande parcela do acervo localizado na Reserva Técnica 1. O local era utilizado para armazenamento da maior parte do acervo, que não estava sendo exibido. Como resposta ao incidente, foram criadas duas comissões, a Comissão Emergencial de Resgate e o Comitê de Governança, que estão sendo responsáveis entre outras ações pela recuperação do acervo atingido, criação de estratégias de proteção e captação de recursos (UFMG, 2021b).

Outra ação desenvolvida como resposta ao incêndio foi o projeto “Renasce Museu”, que propõe a arrecadação de recursos junto à comunidade, sejam pessoas físicas ou jurídicas, para a criação de uma plataforma virtual, de acesso público e gratuito, que disponibilize imagens e informações de cada item que compõe o acervo. A meta inicial do projeto era arrecadar R\$ 300.000,00 até fevereiro de 2021. Como ela foi atingida no prazo estipulado, foi ampliada para a arrecadação de R\$ 391.000,00. A quantia final recebida do “Renasce Museu” foi de R\$ 410.564,00. Como recompensa aos doadores, foram feitas ofertas que variavam de ter o nome inserido no site da instituição como doador até a realização de um evento corporativo para até sessenta pessoas no espaço do Museu (UFMG, 2021a).

E) Registros de tombamento

- Responsável pelo tombamento: CDPCM/BH.
- Status: tombado.
- N° do processo: 01-100.787/95-77.
- Identificação do processo: Jardim Botânico e Museu de História Natural da UFMG.
- Inscrições:

Quadro 16 – Inscrições do tombamento da MHNJB pelo CDPCM/BH

Livro	Data
Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	21/05/1992
Tombo Histórico	21/05/1992

Fonte: Da autora, 2022.

- Responsável pelo tombamento: IPHAN.
- Status: tombado.
- N° do processo: T-1115.
- Identificação do processo: Presépio do Pípiripau.
- Inscrições:

Quadro 17 – Inscrições do tombamento do Presépio do Pípiripau pelo IPHAN

Livro	Data
Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	07/1984

Fonte: Da autora, 2022.

3.2.5 Faculdade de Medicina

Figura 48 – Fachada frontal do Edifício Oscar Versiani após a reforma de 2011



Fonte: Foto de Bruna Carvalho (NUNES, 2011).

A) Identificação

- Identificação atual: Faculdade de Medicina da UFMG.

- Outros nomes / usos: Edifício Oscar Versiani Caldeira (desde a década de 1960).
- Localização: Avenida Alfredo Balena, 190 – Santa Efigênia, Belo Horizonte / MG

B) Construção e administração

- Data de construção: fim da década de 1950 até 1967 (MACIEL; MALARD, 2012; RICARDO, 2012; SOARES, 2016).
- Data de inauguração: 1967 (RICARDO, 2012).
- Autor do projeto e obra: Rafaello Berti (RICARDO, 2012).
- Data de incorporação à UFMG: assim como ocorre com a Reitoria, o prédio da Faculdade de Medicina sempre foi parte da UFMG, sendo o terreno cedido à Faculdade de Medicina de Belo Horizonte em 1911, que ingressou na UMG em 1927 e com um prédio original construído na época. A atual sede foi construída na década de 1960 (RICARDO, 2012).
- Administrado por: UFMG.

C) Descrição

Localizado na região hoje conhecida como “região hospitalar”, o terreno que sedia o Campus Saúde da UFMG com suas diversas edificações, entre elas a Faculdade de Medicina, foi doado à UMG no início do século XX (MARQUES, 2011). Essa área inicialmente integrava o Parque Municipal de Belo Horizonte. Para alguns autores, a escolha do local se deve em parte aos benefícios que a proximidade às áreas verdes poderia trazer à saúde (SILVEIRA *et al.*, 2011).

Na esteira da consolidação das cadeiras do curso médico iam, ao mesmo tempo ampliando-se as especialidades e o número de instituições para o atendimento da população, tanto da capital quanto do interior. Assim, a Escola se entranhava cada vez mais no espaço físico originalmente destinado ao parque da cidade, transformando-o com o passar dos anos, e ressignificando-o com o passar dos anos, e ressignificando o espaço projetado para o lazer em referência da assistência à saúde da capital. (SILVEIRA, 2011, p. 151)

A Faculdade de Medicina da UFMG – FME hoje ocupa o Edifício Oscar Versiani Caldeira. Esse edifício é formado por um complexo de três edificações distintas, o

bloco principal, o bloco posterior e o bloco intermediário, que foram concluídos em momentos distintos, em um espaço de tempo compreendido entre 1957 e 1967 – Figura 49 (RICARDO, 2012).

O bloco posterior foi o primeiro a ser finalizado, havendo relatos de estar concluído em 1957. Ele é fruto do projeto datado de 26 de outubro de 1954 de autoria do arquiteto Raffaello Berti. Possui três pavimentos e um subsolo totalizando 5.928m² (RICARDO, 2012).

A principal referência da arquitetura hospitalar em Belo Horizonte foi Raffaello Berti, responsável pela construção de um significativo patrimônio edificado da saúde na capital mineira. [...] Além da Faculdade de Medicina, concebeu importantes construções na capital como o Minas Tênis Clube, a Santa Casa, o Instituto Izabela Hendrix (SILVEIRA *et al.*, 2011, p. 141).

Figura 49 – Edifício Oscar Versiani na década de 1960



Fonte: RICARDO, 2012.

O bloco intermediário é formado por quatro pavimentos. O bloco principal é composto por dez pavimentos, totalmente revestido em pastilhas, passou por uma ampla revitalização das fachadas em 2011 – Figura 48. Durante a demolição do prédio original em 1967, a porta de madeira maciça da entrada principal foi doada ao Museu Histórico Abílio Barreto. Em 1981, a porta foi devolvida ao Centro de Memória da Faculdade de Medicina e durante as reformas realizadas em 2011 em função das

comemorações do centenário da FME, a entrada principal do Edifício Oscar Versiani foi adequada para recebê-la (NUNES; SANTOS, 2011; RICARDO, 2012).

A decisão de instalar a porta antiga no prédio erguido sobre as ruínas da primeira sede construída na avenida Alfredo Balena revela o esforço da Faculdade em se reconciliar com seu passado. A peça estava guardada no Centro de Memória da Medicina, depois de ter sido localizada no Museu Histórico Abílio Barreto. (NUNES; SANTOS, 2011, p. 4)

D) Histórico

A Faculdade de Medicina é uma das quatro Escolas Livres originais que deram início ao que hoje conhecemos como UFMG, tendo sido criada em 05 de março de 1911 (CHAVES, 2011; RICARDO, 2012; SILVEIRA, 2011; STARLING, 2019). Em um primeiro momento, pairou a dúvida se a estrutura, ainda precária da capital no início do século XX, seria capaz de sediar uma instituição de tal importância para Minas Gerais. Após diversas discussões, realizadas principalmente entre a comunidade médica mineira, prevaleceu a ideia de que a Faculdade realmente deveria ser estabelecida em BH (SILVEIRA, 2011). Porém, no momento de sua criação, ela ainda não possuía um local para sua sede definitiva. Em 1911, foi cedida à UMG parte do terreno que formava o Parque Municipal, atitude que foi alvo de diversas críticas na época, e foi lançada a pedra fundamental da sede com projeto que seria finalizado posteriormente, de autoria do arquiteto Francisco Izidoro Monteiro²² – Figura 50 (RICARDO, 2012).

Enquanto a sede era construída, a Faculdade ocupou provisoriamente o primeiro pavimento do Palacete Thibau, localizado na Avenida Afonso Pena – Figura 51. Em 1913, a FME mudou-se para o primeiro pavilhão da sede, tendo a inauguração oficial do edifício ocorrido somente em 8 de setembro de 1914, com a construção ainda incompleta. Em 1915, foram concluídos mais dois pavilhões (RICARDO, 2012; SILVEIRA, 2011).

²² Francisco Izidoro Monteiro também é o arquiteto responsável pelo projeto da Maternidade Hilda Brandão e do atual Centro de Cultura de Belo Horizonte (RICARDO, 2012).

Figura 50 – Antiga Faculdade de Medicina



Fonte: UFMG em imagens, 2017.²³

Figura 51 – Palacete Thibau no período que sediou a Faculdade de Medicina de Belo Horizonte



Fonte: UFMG, 2017.

²³ Quando a UFMG completou 90 anos, em 2017, foram publicadas várias fotos da universidade, no decorrer de seu desenvolvimento. Essas fotos estão disponíveis na página comemorativa “90 anos UFMG: 1927-2017”: <https://www.ufmg.br/90anos/>.

Durante o surto de gripe espanhola, a instituição teve papel fundamental no combate à doença em Belo Horizonte (SILVEIRA, 2011). “Em 1918, face ao surto de gripe espanhola que assolou a capital, o edifício da faculdade foi transformado em enfermaria para atender os doentes, tendo sido criados 420 leitos.” (RICARDO, 2012, p. 404).

Na década de 1950, iniciam-se as discussões sobre um novo prédio para a sede da FME. O primeiro projeto apresentado data de 26 de outubro de 1954 e possui autoria do arquiteto Raffaello Berti. O atual complexo de construções que compõem a FME, denominado Edifício Oscar Versiani Caldeira, é composto por três blocos de altimetrias distintas, o bloco posterior é fruto do projeto apresentado em 54. Em 1957, o prédio original foi demolido – Figura 52, para dar espaço ao bloco principal e ao intermediário, sendo que neste momento a construção do bloco posterior já havia sido concluída.

A construção dos outros dois blocos ocorreu durante o fim da década de 1950 e ao longo da década de 1960 – Figura 53, sendo que o prédio já se encontrava em funcionamento desde 1961, mesmo com as obras inacabadas. A construção só foi finalizada em 1967 (RICARDO, 2012).

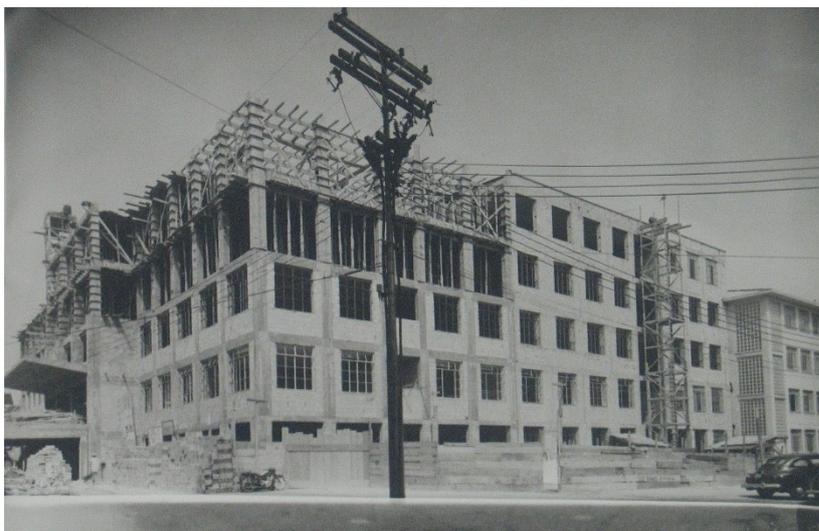
A demolição da antiga sede foi consequência, principalmente, do crescimento do curso de Medicina, que formava, por ano, 60 profissionais. Em 1960, já no novo edifício, construído no mesmo local da demolição, foi possível ampliar o corpo discente. Em menos de uma década, a quantidade de universitários pulou de 60 para 320, número que mantém até hoje e fez da Faculdade de Medicina da UFMG a instituição pública que mais recebe estudantes no país: foram mais de 15 mil médicos formados, ao longo desses cem anos. (NUNES; SANTOS, 2011, p. 4)

Figura 52 – Demolição do prédio original da FME



Fonte: RICARDO, 2012.

Figura 53 – Construção do Edifício Oscar Versiani, entre 1958-1959



Fonte: RICARDO, 2012.

E) Registros de tombamento

- Responsável pelo tombamento: CDPCM/BH.
- Status: em processo de tombamento.
- N° do processo: 01-100.778/95-86 e Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte de 1990.

- Identificação do processo: Prédio e Área Adjacente da Faculdade de Medicina da UFMG.
- Inscrições:

Sobre o tombamento específico da Faculdade de Medicina, é necessário fazer um adendo. A Faculdade foi tombada inicialmente pela Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte de 1990, juntamente com mais três imóveis da UFMG: o MHNJB, a Estação Ecológica e a Escola de Arquitetura. Posteriormente, essa lei foi revogada e se tornou necessária a abertura de processos individuais para o tombamento de cada imóvel. No momento, todos os imóveis da UFMG citados pela Lei Orgânica já possuem seu processo individual concluído e seu devido tombamento definitivo.

Porém, a FME é uma situação à parte e seu processo permanece em aberto. Segundo informações do CDPCM/BH, repassadas em reunião realizada em março de 2022, ao se iniciar o processo da Faculdade de Medicina, foi evidenciado que o Campus Saúde possui outras edificações de valor singular, com isto foi aberto um novo processo de tombamento, que foi denominado Alameda Professor Alfredo Balena, 190, cujo número de processo é 01.142540.15.16. Esse segundo processo corre em aberto juntamente com o primeiro, porém o CDPCM/BH não soube informar quais serão as áreas e as edificações impactadas por ele ou o prazo para conclusão de ambos os processos.

- Responsável pelo tombamento: CDPCM/BH.
 - Status: tombado.
 - N° do processo: 01-059.222/95-45.
 - Identificação do processo: Conjunto Urbano Av. Carandaí e Av. Alfredo Balena.
- Inscrições:

Quadro 18 – Inscrições do tombamento da FME pelo CDPCM/BH

Livro	Data
Tombo Histórico	10/11/1994

Fonte: Da autora, 2022.

3.2.6 Hospital Borges da Costa

Figura 54 – Fachada do Hospital Borges da Costa



Fonte: IEPHA/MG, 2014a.

A) Identificação

- Identificação atual: Hospital Borges da Costa.
- Outros nomes / usos: Instituto de Câncer e Radium (1922-1945), Instituto Radium, Instituto Borges da Costa (1950-2005), Moradia Estudantil (1980-1998), Hospital Borges da Costa (desde 2005), Ambulatório Borges da Costa (desde 2005).
- Localização: Avenida Alfredo Balena, 190 – Belo Horizonte / MG.

B) Construção e administração

- Data de construção: 11/06/1920 a 1922 (MARTINS, 2013).
- Data de inauguração: 07/07/1922 (CHAVES, 2011; IEPHA/MG, 2014b; MACIEL; MALARD, 2012; MARQUES, 2011; SILVEIRA *et al.*, 2011).
- Autor do projeto e obra: desconhecido.
- Data de incorporação à UFMG: assim como a FME, ingressou na UMG em 1927.
- Administrado por: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH.

C) Descrição

O terreno em que o prédio está localizado, nos fundos da Faculdade de Medicina, foi doado pela Prefeitura de Belo Horizonte no início do século e, na época, fazia parte do Parque Municipal. Hoje, a área integra parte do Campus Saúde da UFMG. (CHAVES, 2011; IEPHA/MG, 2014a; MARQUES, 2011; MARTINS, 2013).

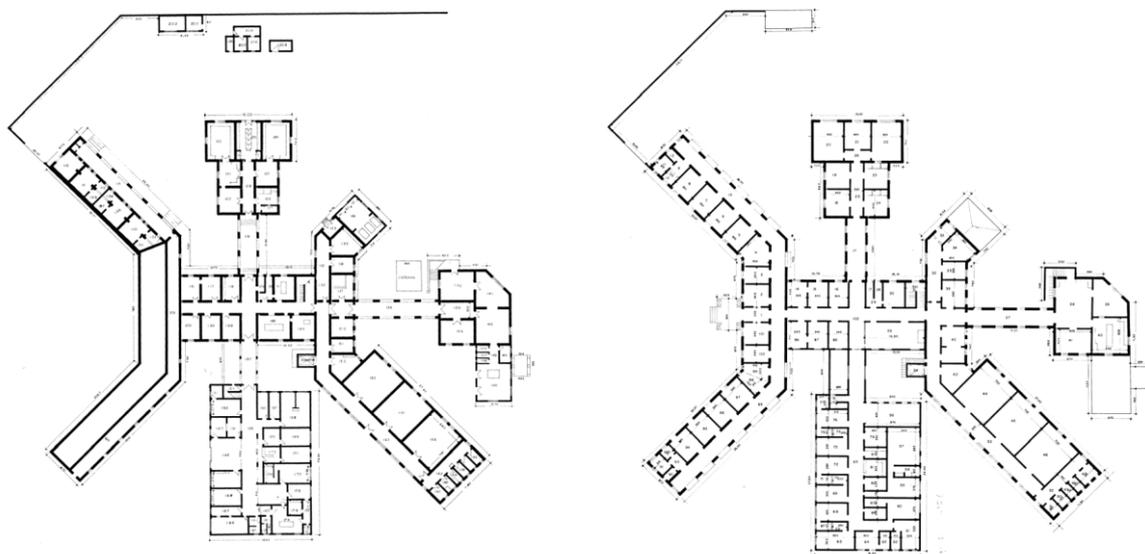
A edificação foi construída nos fundos da FME, no meio do Campus, em uma região mais próxima ao Parque Municipal. Seu estilo arquitetônico neoclássico foi guiado pelo gosto do então diretor da FME, Dr. Eduardo Borges da Costa, e se tornou um dos principais exemplos de arquitetura hospitalar em Minas Gerais no início do século XX e a primeira instituição dedicada ao tratamento do câncer na América Latina, tornando-se referência para as construções posteriores destinadas ao mesmo fim (CHAVES, 2011; IEPHA/MG, 2014a; SILVEIRA *et al.*, 2011).

A construção possui dois pavimentos – Figura 55, que utilizam o sistema pavilhonar, “compondo-se de três pavilhões de piso térreo e porão alto, ligados em ângulo agudo, criando, assim, uma forma côncava facetada, demarcada em sua área central pela fachada principal e um pequeno lago ajardinado” (SILVEIRA *et al.*, 2011, p. 136). Esses pavilhões são intercalados com jardins, o que segundo o IEPHA/MG (2014a) demonstra a preocupação higienista do período.

O maior destaque está em sua fachada – Figura 56, que possui um “pórtico central suportado por dois pares de colunas jônicas, arrematadas por arquitrave e frontão simples” (IEPHA/MG, 2014a, p. 263). O estilo neoclássico está fortemente presente na composição da fachada, branca, sóbria, simétrica e com ritmo claramente marcado através de janelas e colunas de estilo jônico.

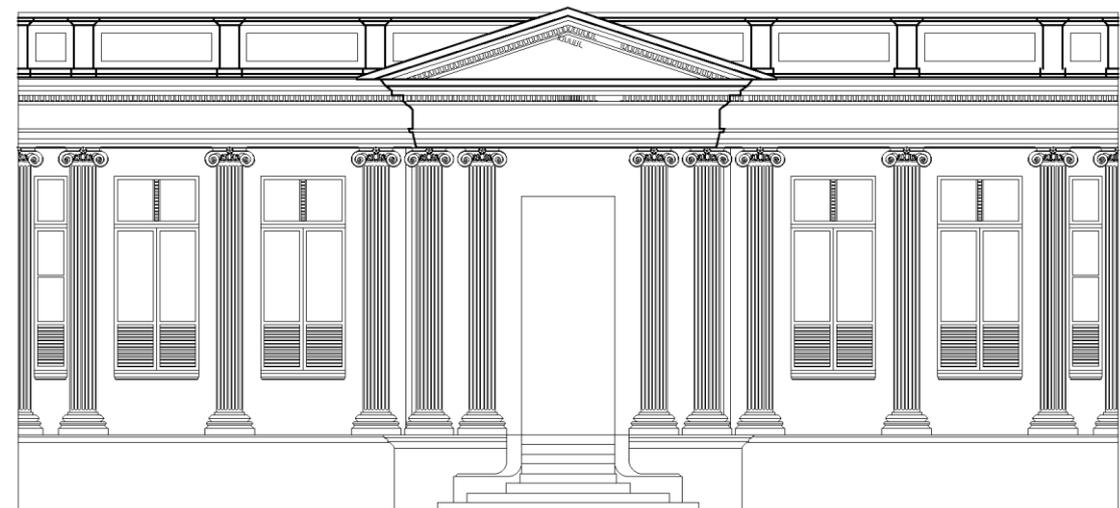
O estilo, influenciado pela antiguidade clássica, pode ser percebido no uso de pilastras jônicas, que fazem a marcação ritmada da fachada simétrica e sóbria – apesar da monumentalidade – e, mais abertamente, nos acabamentos de clara inspiração grega emoldurando as iniciais IR – Instituto de Radium na porta principal (IEPHA/MG, 2014a, p. 203).

Figura 55 – Planta 1º (esq.) e 2º (dir.) pavimentos Hospital Borges da Costa



Fonte: CIT/DPP/UFMG, 19??.

Figura 56 – Trecho da fachada (portaria principal) do Hospital Borges da Costa



Fonte: CIT/DPP/UFMG, 2005.

D) Histórico

As discussões sobre a criação de uma instituição para o combate ao câncer, que seria sediada na nova capital se iniciaram em 1919. O Dr. Eduardo Borges Ribeiro da Costa²⁴ teve papel fundamental na idealização deste espaço, sendo seu principal idealizador (CHAVES, 2011; IEPHA/MG, 2014a; MARQUES, 2011). Foi inaugurado em 07 de setembro de 1922, sendo primeiro instituto dedicado ao câncer no Brasil – Figura 57 (CHAVES, 2011) .

Figura 57 – Inauguração do Instituto Radium em 1922



Fonte: MARQUES, 2011.

Pensado em 1920, o Instituto Radium foi inaugurado em 1922 graças ao empenho não só da classe médica, como do governador Artur Bernardes, que apoiou a execução dos planos de construção que lhes foram apresentados. O Instituto Radium foi o primeiro hospital do Brasil dedicado ao câncer, e seu pioneirismo gerou prestígio para a cidade e incentivou novos e diferentes empreendimentos da classe médica. (MARQUES, 2011, p. 171)

O Instituto Radium começou a ganhar fama nacional e internacional, logo após a sua inauguração, tanto que Beatriz Martins, filha de Eduardo Borges Ribeiro da

²⁴ Eduardo Borges Ribeiro da Costa era médico e químico. Foi diretor da Faculdade de Medicina e do Instituto Radium (IEPHA/MG, 2014a; MARTINS, 2013).

Costa, em seu livro de memórias, atribui esse reconhecimento à ocorrência de um dos momentos mais ilustres de sua história, que ocorreu em 1926, quando recebeu a visita da cientista Marie Curie.²⁵ Na Figura 58, podemos ver a cientista ao centro, acompanhada de sua filha Irène, em pé junto às moças os médicos Eduardo Borges Ribeiro da Costa, Carlos Pinheiro Chagas, Flávio Marques Lisboa, Paulo Mascarenhas Tamm, João Barbará, José Baeta Viana, Luiz Adelmo Lodi, a futura deputada federal, Carlota Pereira de Queiroz e a Bertha Maria Júlia Lutz (IEPHA/MG, 2014a; SILVEIRA, 2011; SIMAL; PARISOTTO, 2011).

Ela chegou a Belo Horizonte no dia 16 de agosto de 1926, acompanhada de uma de suas filhas, Irene, trazendo três tubos de radium para serem acrescentados aos já existentes, nesse hospital, para o tratamento dos cancerosos. *Mme.* Curie ficou realmente impressionada com tudo que viu no hospital: sua construção, suas instalações e sua aparelhagem... (MARTINS, 2013, p. 88).

Figura 58 – Visita de Marie Curie ao Instituto Radium em 1926



Fonte: MELO, 2017.

²⁵ A polonesa Marie Curie foi vencedora do Prêmio Nobel de Física, em 1903, e de Química, em 1911. Responsável pela descoberta dos elementos químicos rádio e polônio (IEPHA/MG, 2014a).

Em 1950, em decorrência do falecimento de seu fundador, o Instituto Radium passou a se chamar Instituto Borges da Costa (CHAVES, 2011; MARTINS, 2013). Foi somente em 1960 que foi criado um convênio entre a FME e o Instituto Borges da Costa “[...] para utilização de seus serviços para fins de ensino clínico e de tratamento de neoplastias” (SIQUEIRA; BRASILEIRO FILHO; VIANA, 2012, p. 75).

Na década de 1980 e 1990, passou por um período de decadência, ocorrida de maneira gradual, até ser abandonado completamente e seria cogitada a possibilidade de sua demolição por ser considerada uma edificação obsoleta para abrigar serviços de saúde. Foi ocupado entre 1980 e 1998 por estudantes, que o transformaram em sua residência. Esses discentes eram originários principalmente da Faculdade de Medicina, mas havia também alunos de outros cursos e até mesmo pessoas que não eram universitárias. Os moradores que habitaram o prédio durante esse período passaram a ser conhecidos como “Geração Borgeana” – Figura 59 (MARTINS, 2013; SIQUEIRA; BRASILEIRO FILHO; VIANA, 2012). Como demonstrado a seguir, a desocupação ocorrida no fim da década de 1990 não foi um processo simples e gerou diversas consequências para a UFMG.

Figura 59 – Alunos fazem do Hospital Borges da Costa sua moradia na década de 1980



Fonte: Evoe, [s.d.].

Várias foram as tentativas de retirar os alunos do local e de devolver ao hospital sua missão original de atender pessoas cancerosas. Em 28/04/93, a Congregação da Faculdade de Medicina decidiu solicitar à Reitoria da UFMG: a) reintegração de posse do edifício; b) adotar medidas para solucionar a questão da moradia estudantil da universidade; c) articular ações para obter recursos financeiros para viabilizar o retorno das atividades do Hospital Borges da Costa. Em 22/06/1995, o Conselho Universitário da UFMG deliberou que o hospital voltasse a ser hospital de oncologia, como era sua origem, ao mesmo tempo em que a Universidade deveria encontrar maneiras de resolver a moradia estudantil. Após isso, foram feitas tentativas de saída espontânea dos estudantes do prédio, inclusive com o compromisso da Reitoria de abrigar os alunos da UFMG em apartamentos alugados pela Universidade, até a construção de edifícios próprios para este fim. Diante da recusa dos estudantes a desocupar o prédio, a UFMG moveu ação judicial para reintegração de posse. A desocupação, ocorrida no segundo semestre de 1998, envolveu participação policial, com confronto entre as partes, resultando em estudantes feridos e processos judiciais contra alguns deles. A partir de então, foram tomadas várias providências no sentido de conseguir recursos financeiros para a reconstrução do hospital, o que levou alguns anos. Hoje, o Hospital Borges da Costa atua no atendimento ambulatorial a pacientes oncológicos, em pequenas cirurgias e algumas clínicas (p.ex., nutrição). A UFMG construiu, em bairros próximos ao *Campus Pampulha*, alguns edifícios onde hoje funciona a moradia estudantil da Universidade. (SIQUEIRA; BRASILEIRO FILHO; VIANA, 2012, p. 88–89)

Em 2005, o imóvel passou pelo processo de restauração completa, sendo a partir desse momento denominado Ambulatório Borges da Costa, sendo também possível encontrar a denominação Hospital Borges da Costa. Desde então retornou as suas funções originais dedicadas à oncologia (IEPHA/MG, 2014a; MARQUES, 2011).

E) Registros de tombamento

- Responsável pelo tombamento: CDPCM/BH.
- Status: tombado.
- N° do processo: 01-059.222/95-45.
- Identificação do processo: Conjunto Urbano Av. Carandaí e Av. Alfredo Balena.
- Inscrições:

Quadro 19 – Inscrições do tombamento do Hospital Borges da Costa pelo CDPCM/BH

Livro	Data
Tombo histórico	10/11/1994

Fonte: Da autora, 2022.

- Responsável pelo tombamento: IEPHA/MG.
- Status: tombado.
- N° do processo: decreto estadual n° 23.809, de 14 de agosto de 1984.
- Identificação do processo: Praça Hugo Werneck, Maternidade Hilda Brandão e Hospital Borges da Costa.
- Inscrições:

Quadro 18 – Inscrições do tombamento do Hospital Borges da Costa pelo IEPHA/MG

Livro	Data
Tombo Histórico	14/08/1984
Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	14/08/1984
Tombo Belas Artes	14/08/1984

Fonte: Da autora, 2022.

3.2.7 Centro Cultural

Figura 60 – Fachada do Centro Cultural



Fonte: Escola de Belas Artes/ UFMG, 2019.

A) Identificação

- Identificação atual: Centro Cultural da UFMG (desde 1989).
- Outros nomes / usos: Hotel Antunes (1906), 2ª Brigada da Polícia Mineira (1906-1911), Escola Livre de Engenharia (1911-1927), Instituto de Eletrotécnica (1927-1981), Edifício Alcindo da Silva Vieira.
- Localização: Av. Santos Dumont, 174 – Centro, Belo Horizonte / MG.

B) Construção e administração

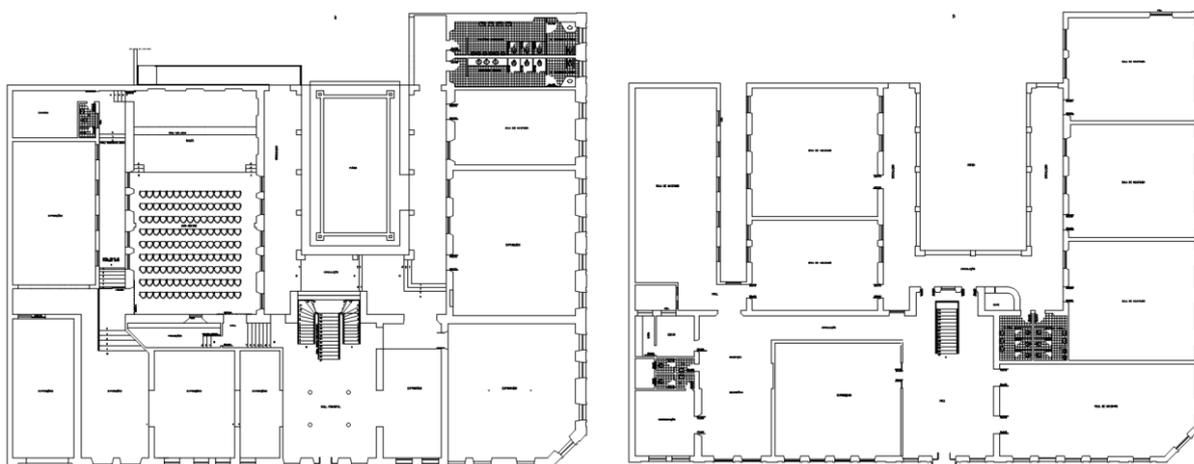
- Data de construção: 1906 (MACIEL; MALARD, 2012).
- Data de inauguração: 14/06/1906 (BORGES, 2019).
- Autor do projeto e obra: Comissão Construtora (CARSALADE, 2016).
- Data de incorporação à UFMG: 30/09/1927 (BORGES, 2019; BRAGA, 2012).
- Administrado por: UFMG.

C) Descrição

O edifício de dois pavimentos de 3.260,34m², localizado na esquina da Av. Santos Dumont com a Rua da Bahia, nivelado com a rua, não possui afastamentos laterais, escolhendo o estilo eclético e partido em “L” – Figura 61 (IEPHA/MG, 2014a). Sua tipologia cria um pátio interno circundado por varandas dos dois pavimentos – Figura 62. Em sua área interna, destacam-se as amplas salas com piso em tábuas corridas e a escada localizada no hall principal, que pode ser visualizada logo da porta de entrada.

A edificação possui duas fachadas de destaque: a da Avenida Santos Dumont, onde ocorre o acesso principal à edificação e a da Rua da Bahia, composta exclusivamente por janelas – Figuras 63 e 64. Nas duas fachadas, há um ritmo marcado, com o eixo vertical e horizontal claramente definidos, porém não há uma simetria perfeita em nenhum dos casos. Podemos visualizar que as janelas são levemente desalinhadas, seguindo o desnível das avenidas. Também é notável que a simetria da quantidade e posicionamento das janelas se mantém próximo ao eixo, mas que nas extremidades isso deixa de ser respeitado.

Figura 61 – Planta 1º (dir.) e 2º (esq.) pavimento



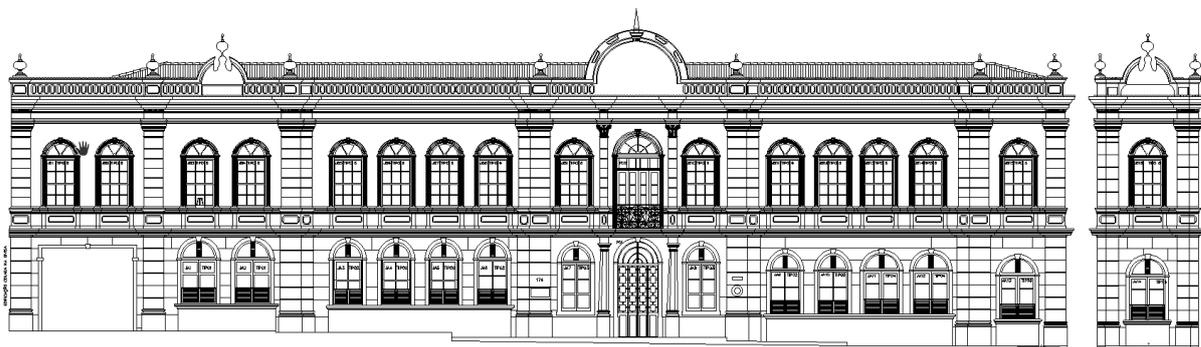
Fonte: CIT/DPP/UFMG, [s.d.].

Figura 62 – Pátio interno do Centro Cultural



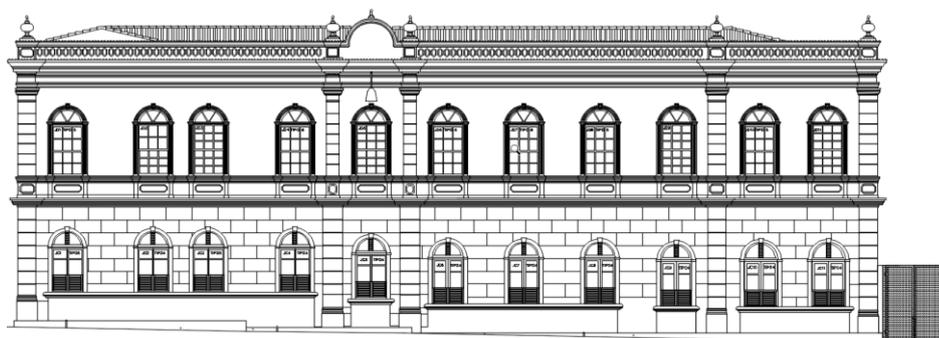
Fonte: Centro Cultural UFMG, [s.d.].

Figura 63 – Fachada da avenida Santos Dumont



Fonte: CIT/DPP/UFMG, 2012.

Figura 64 – Fachada da rua da Bahia



Fonte: CIT/DPP/UFMG, 2012.

Durante a recuperação das janelas, realizada entre 2012-2013, foi descoberta uma porta que foi transformada em pórtico, o que levantou a suspeita de que as janelas do primeiro pavimento possam ter sido portas nos primórdios da edificação (ROCHA, 2014).

D) Histórico

O primeiro proprietário da edificação foi Sr. Antônio Maria Antunes imaginou que o lote em localização privilegiada, de frente a porta principal da nova capital – a Praça da Estação seria um local adequado para a construção de um Hotel, que receberia o seu nome – o Hotel Antunes. Para esta empreitada foi contratado o arquiteto Silas Raposo (BORGES, 2019), porém o seu proprietário não foi capaz de arcar com os custos para finalizar a construção.

Foi a primeira construção do hipercentro de Belo Horizonte, quando a cidade ainda dava início ao processo de urbanização, mas devido aos altos investimentos e tendo em vista a arquitetura grandiosa do prédio o empresário não conseguiu concluir a edificação e, antes mesmo da finalização da obra, vendeu o imóvel para o governo do estado de Minas Gerais (BORGES, 2019, p. 26)

A destinação dada pelo Estado ao edifício seria sediar a 2ª Brigada da Polícia Mineira, para ser destinado a este fim o edifício ainda em obras precisou passar por adaptações feitas pelo engenheiro Honório Soares de Couto, sendo inaugurado em 1906. A Brigada permaneceu no local por cinco anos, sendo posteriormente transferida para Juiz de Fora. Em 1911 o local também abrigou a Junta Comercial de Minas Gerais e o Registro Militar do Ministério de Guerra (BORGES, 2019; BRAGA, 2012; CARSALADE, 2016).

Ainda em 1911 o edifício foi escolhido para sediar a recém-criada Escola Livre de Engenharia de Belo Horizonte. Para atender a este fim o prédio passou novamente por reformas coordenadas novamente pelo engenheiro Honório Couro, desta vez auxiliado pelo pintor Emílio Gomes Regatas. Sendo as aulas iniciadas em 08 de abril

de 1912. Em 1927 foi incorporado a então UMG26, quando foi decidido que ali funcionaria o Instituto de Eletrotécnica, que tornou-se sua destinação até 1981 (BORGES, 2019; CARSALADE, 2016).

No início dos anos 80 estava sendo desenvolvida a criação de um Centro Cultural para a UFMG, sendo a ideia aprovada em 1985 e instituída em 1986, sendo que o órgão seria ligado à Pró-Reitoria de Extensão. O local escolhido foi o edifício do antigo Instituto de Eletrotécnica, que para abrigar o Centro Cultural precisou passar novamente por reformas que se iniciaram em 1987 e incluíam a restauração de sua fachada. Sua reinauguração com o novo uso ocorreu em 1988 (BORGES, 2019; MACIEL; MALARD, 2012).

A partir dos anos 2000 a edificação passou por diversas obras, entre elas estão a reforma das instalações elétricas, o restauro das escada de madeira que dá acesso ao segundo pavimento, a reforma do hall principal, a reforma do telhado e o restauro das fachadas (MOREIRA; LAGUARDIA, 2012; ROCHA, 2014).

O Centro Cultural tornou-se importante espaço cultural na capital e cumpre plenamente os seus objetivos de promover, produzir e divulgar a cultura em todas as suas esferas, estimular a criação artístico-cultural, o fortalecimento da identidade cultural da comunidade acadêmica e a cidadania cultural da comunidade em geral (IEPHA/MG, 2014a, p. 259)

E) Registros de tombamento

- Responsável pelo tombamento: CDPCM/BH.
- Status: tombado
- N° do processo: 01-059.213/95-54 (Rua dos Caetés) e 01-059.210/95-66 (Rua da Bahia)
- Identificação do processo: Conjunto Urbano Rua dos Caetés e Adjacências com sobreposição ao Conjunto Urbano Rua da Bahia e Adjacências.
- Inscrições:

²⁶ A Escola Livre de Engenharia foi incorporada a UMG em 30 de setembro de 1927, com ela vieram as edificações que sediavam suas atividades.

Quadro 19 – Inscrições do tombamento do Centro Cultural pelo CDPCM/BH

Livro	Data
Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	12/01/1995

Fonte: Da autora, 2022.

- Responsável pelo tombamento: IEPHA/MG.
- Status: tombado.
- N° do processo: Decreto Estadual n° 27.927, de 15 de março de 1988.
- Identificação do processo: Conjunto Paisagístico e Arquitetônico da Praça Rui Barbosa.
- Inscrições:

Quadro 20 – Inscrições do tombamento do Centro Cultural pelo IEPHA/MG

Livro	Data
Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	15/03/1988
Tombo de Belas Artes	15/03/1988

Fonte: Da autora, 2022.

3.2.8 Centro de Memória da Escola de Engenharia

Figura 65 – Fachada principal do Centro de Memória da Escola de Engenharia na década de 1980



Fonte: PLAMBEL, 1981.

A) Identificação

- Identificação atual: Centro de Memória da Escola de Engenharia.
- Outros nomes / usos: Instituto de Química (1921-1939).
- Localização: Rua da Bahia, 52, Centro – Belo Horizonte / MG.

B) Construção e administração

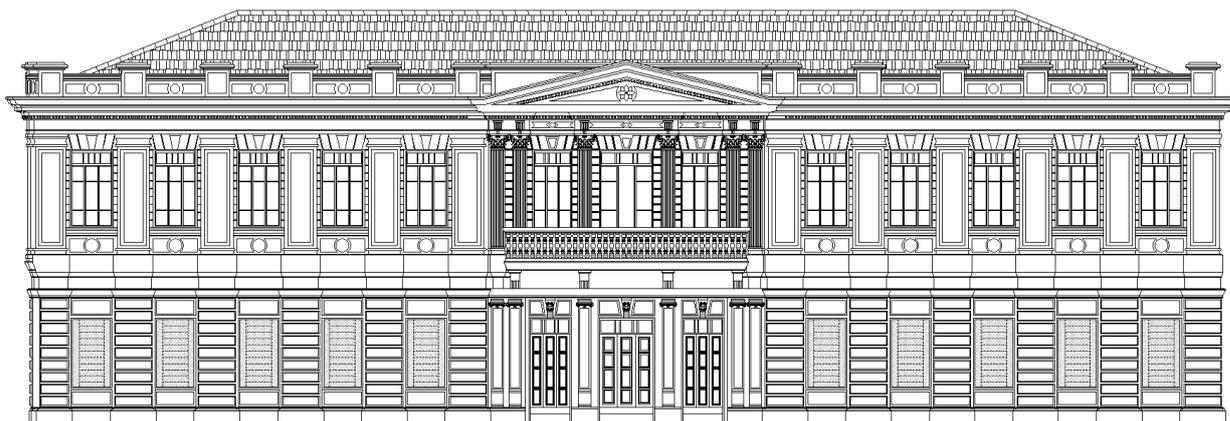
- Data de construção: 1921 (CARSALADE, 2016).
- Data de inauguração: 1921 (BRAGA, 2012).
- Autor do projeto e obra: Não definido (CARSALADE, 2016).
- Data de incorporação à UFMG: 30/09/1927 (BRAGA, 2012).
- Administrado por: Associação de Ex-Alunos da Escola de Engenharia.

C) Descrição

O prédio do antigo Instituto de Química foi construído em estilo eclético e toma partido de plantas em forma de “U” e dois pavimentos, sem recuos laterais (IEPHA/MG, 2014a) – Figuras 68 e 69. Suas fachadas são simétricas, com eixos vertical e horizontal claramente marcados, especialmente na fachada que possui a

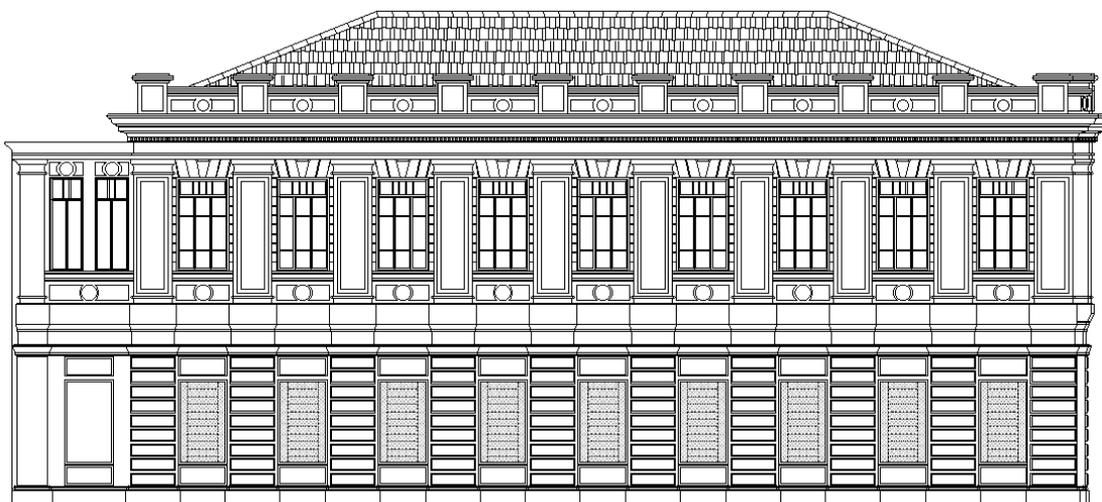
entrada principal da edificação localizada na Rua da Bahia – Figuras 66 e 67. O maior destaque da parte interna da edificação está na escada localizada no hall principal.

Figura 66 – Fachada da Rua da Bahia do Centro de Memória da Escola de Engenharia



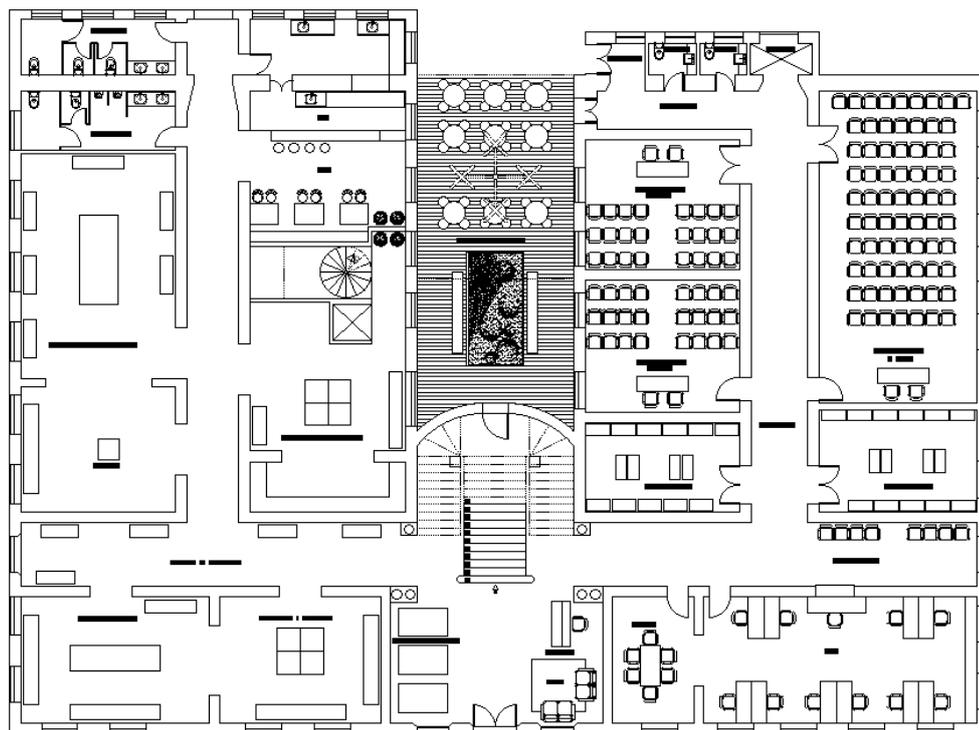
Fonte: CIT/DPP/UFMG, 2013

Figura 67 – Fachada da Rua Guaicurus do Centro de Memória da Escola de Engenharia



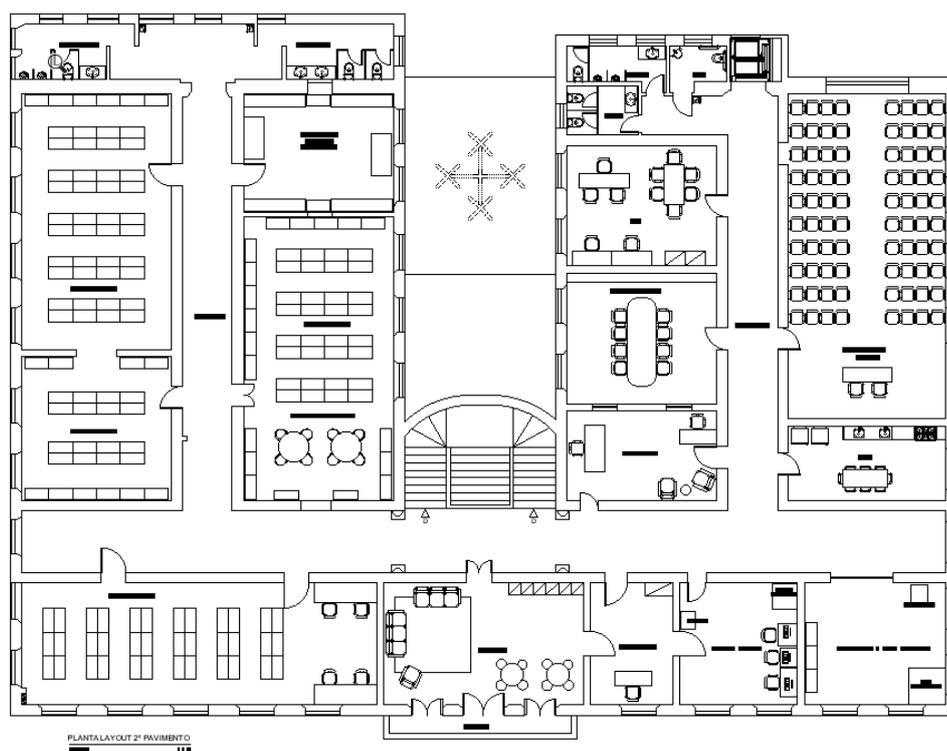
Fonte: CIT/DPP/UFMG, 2013

Figura 68 – Planta 1º pavimento do Centro de Memória da Escola de Engenharia



Fonte: CIT/DPP/UFMG, 2013.

Figura 69 – Planta 2º pavimento Centro de Memória da Escola de Engenharia



Fonte: CIT/DPP/UFMG, 2013.

Até alguns anos atrás, foi um dos prédios em piores condições de conservação entre as construções tombados da UFMG, chegando a parte do forro de uma de suas salas desabar em decorrência das chuvas – Figura 6. Por volta de 2011, foi contratado um projeto de reforma de edificação da empresa Aptar Arquitetura, que propunha a requalificação do prédio e de suas respectivas adequações para abrigar o Centro de Memória dos Ex-Alunos da Escola de Engenharia da UFMG – Figura 70.

Figura 70 – Imagem ilustrativa do projeto de requalificação realizado em 2011



Fonte: APTAR, 2011.

A) Histórico

O curso de química industrial da Escola Livre de Engenharia foi criado em 1921, com forte incentivo do governo federal, iniciando suas atividades em uma sede provisória. O prédio construído com o objetivo de sediar o curso começou a funcionar em 1924 e foi denominado Instituto de Química. O curso funcionou até 1939, quando foi descontinuado. O curso de Engenharia Química é apontado como seu sucessor e foi iniciado em 1957 (BRAGA, 2012).

Em 2002, a UFMG recebeu autorização para aliená-lo, através de contrato de compra e venda, juntamente com as demais edificações que compunham o antigo complexo da Escola de Engenharia, incluindo aqui, entre outras construções, o Centro Cultural, o Edifício Álvaro da Silveira e o Edifício Arthur da Costa Guimarães. Não foram encontrados registros sobre a utilização deste espaço no período compreendido entre a década de 1940 e 2017.

Em 2017, foi realizado um termo de Cessão de Uso, no qual a UFMG cedeu sem custos a utilização do espaço para a Associação de Ex-Alunos da Escola de Engenharia por vinte anos a contar desta data.

Apesar do convênio firmado, a UFMG ainda tem responsabilidades sobre a edificação. Conforme Oliveira (2016), a responsabilidade pelo provimento de recursos é da Associação de Ex-alunos, porém a UFMG ainda poderia ajudar na captação de recursos junto ao Poder Público. Foi possível identificar que a UFMG atua com sua equipe na realização de obras de manutenção na edificação, como a que foi feita para recuperar o forro que havia parcialmente caído em 2019.

B) Registros de tombamento

- Responsável pelo tombamento: CDPCM/BH.
- Status: tombado.
- N° do processo: 01-059.213/95-54.
- Identificação do processo: Conjunto Urbano Rua dos Caetés e Adjacências com sobreposição do Conjunto Urbano Rua da Bahia e Adjacências.
- Inscrições:

Quadro 21 – Inscrições do tombamento do Centro de Memória pelo CDPCM/BH

Livro	Data
Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	12/01/1995

Fonte: Da autora, 2022.

- Responsável pelo tombamento: IEPHA/MG.
- Status: tombado.
- N° do processo: Decreto Estadual nº 27.927, de 15 de março de 1988.
- Identificação do processo: Conjunto Paisagístico e Arquitetônico da Praça Rui Barbosa
- Inscrições:

Quadro 22 – Inscrições do tombamento do Centro de Memória pelo IEPHA/MG

Livro	Data
Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	15/03/1988
Tombo Belas Artes	15/03/1988

Fonte: Da autora, 2022.

3.2.9 Conservatório Mineiro de Música

Figura 71 – Fachada do Conservatório Mineiro de Música



Fonte: IEPHA/MG, 2020.

A) Identificação

- Identificação atual: Conservatório UFMG (desde 2000).
- Outros nomes / usos: Conservatório Mineiro de Música (1926-1962), Escola de Música da UFMG (1962-1997), Casarão do Centenário de Belo Horizonte (1997).
- Localização: Av. Afonso Pena, 1534, Centro – Belo Horizonte / MG.

B) Construção e administração

- Data de construção: Década de 1920.
- Data de inauguração: 05/09/1926 (IEPHA/MG, 2014a; REIS, 1993; UFMG, 2000).
- Autor do projeto e obra: Companhia Construtora Nacional (IEPHA/MG, 1987).
- Data de incorporação à UFMG: 30/11/1962 (REIS, 1993).
- Administrado por: UFMG (UFMG, 2020).

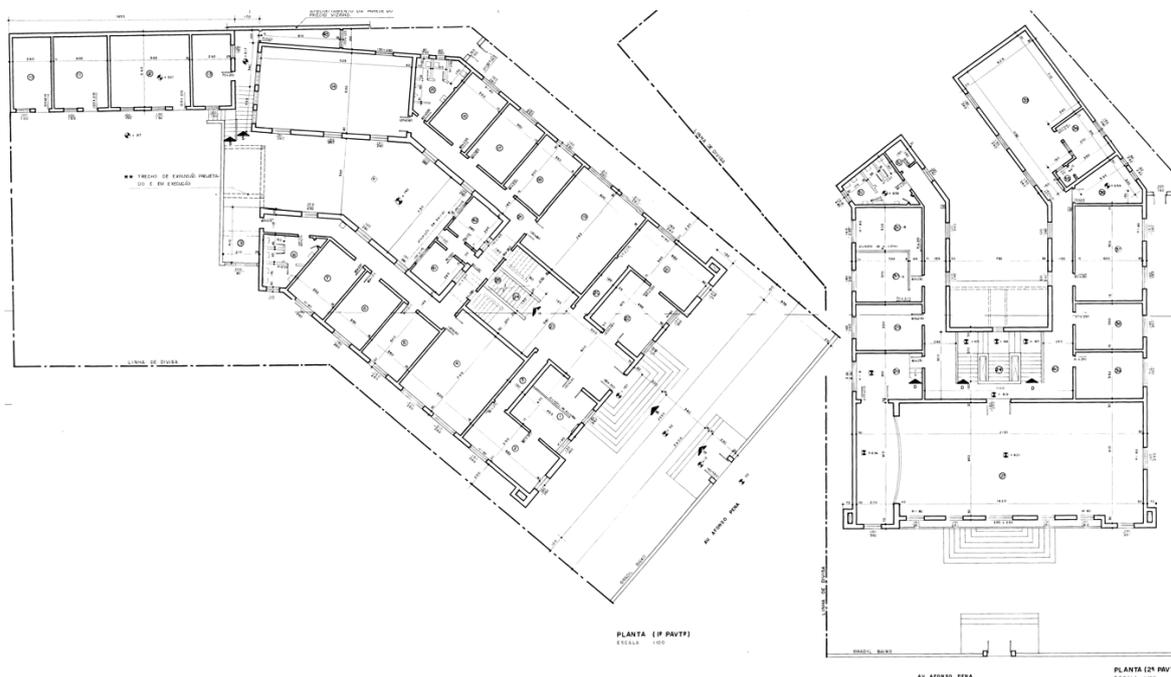
C) Descrição

O conjunto formado pela Conservatório é composto pelo edifício principal com acesso pela Avenida Afonso Pena e um anexo construído posteriormente com acesso pela Rua dos Guajajaras.

O edifício principal foi construído em 1926 em estilo neoclássico, pela Companhia Construtora Nacional, sendo Alfredo Carneiro Santiago o responsável pela obra. Hoje “[...] é um dos poucos remanescentes da arquitetura dos 1os anos da Capital que conserva integralmente suas características originais.” (IEPHA/MG, 1987, [s.p.]).

Possui cerca de 1.500m² (UFMG, 2000), divididos em dois pavimentos. Em um primeiro momento, o projeto previa um partido retangular, mas devido a mudanças na previsão de necessidade de uso da edificação, optou-se pela implantação de uma construção com recuos frontais e laterais, levemente alteada em relação ao acesso principal e em forma de U, com quebras, em função do formato do lote – Figura 72 (IEPHA/MG, 2014; 1987).

Figura 72 – Planta 1ª (esq.) e 2º pavimento (dir.) do Conservatório



Fonte: CIT/DPP/UFMG, 1978.

O maior destaque da arquitetura da edificação original é a fachada da Avenida Afonso Pena – Figura 73, com 12,5 metros de altura e 24 metros de largura, simétrica e com ritmo bem marcado, possui seis colunas colossais coroadas com capitéis coríntios. O acesso à edificação é realizado através de um pórtico que abriga a porta principal. No alto, uma arquitrave com a inscrição “Conservatório Mineiro de Música”. Coroando a composição está a cimalha ornamenta e uma platibanda em alvenaria vazada. As demais fachadas não possuem nenhum destaque estético (IEPHA/MG, 2014a; 1987; REIS, 1993).

Em seu interior, o que mais chama atenção é a escadaria principal e o vitral do hall principal (Figura 74). O prédio conta com dois auditórios, um no primeiro pavimento com capacidade de 60 lugares e outro no segundo pavimento, o auditório principal, com 160 lugares, onde está localizada a pintura de maior destaque do prédio, do artista Antônio Parreiras (Figura 75), datada da inauguração do prédio (IEPHA/MG, 2014a; UFMG, 1999).

Figura 73 – Fachada Av. Afonso Pena



Fonte: CIT/DPP/PRA, 2014.

Figura 74 – Escadaria e vitral do hall principal CMM



Fonte: Conservatório UFMG, 2020.²⁷

²⁷ A página do Conservatório está disponível em:
https://www.ufmg.br/conservatorio/paginas/nossos_espacos_apresentacao.html.

Figura 75 – Painel do auditório do Conservatório



Fonte: Escola de Belas Artes/ UFMG, 2020.

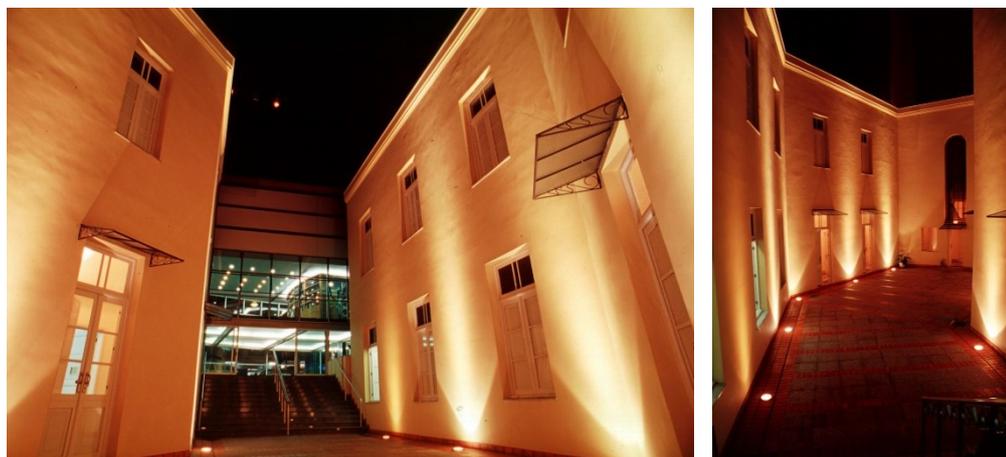
Entre os anos de 1998 e 1999, o edifício principal passou por uma grande reforma, que tinha como objetivo melhorar aspectos tecnológicos do prédio, como a climatização e o sistema de teleconferências (IEPHA/MG, 2014a; UFMG, 2000). Seguindo as obras de modernização do espaço, em 2001 foi inaugurado o prédio anexo, concebido para abrigar eventos culturais, exposições, uma livraria e um restaurante (IEPHA/MG, 2014a; UFMG, 2000) e elaborado pelos arquitetos Gaston Oporto e Fernanda Vasconcellos. A nova construção se esconde atrás da fachada da edificação mais antiga, tornando impossível visualizá-la a partir da entrada principal na Avenida Afonso Pena e mantendo a fachada histórica intocada. Ao mesmo tempo, o usuário que acessa o Conservatório a partir da Rua dos Guajajaras é apresentado com uma fachada moderna que o convida a entrar no local – Figura 76. Integrado de maneira harmônica com o prédio principal, o pátio interno foi criado pelo formato das duas edificações (Figura 77), é um espaço amplamente utilizado para a realização de eventos culturais.

Figura 76 – Fachada Rua dos Guajararas



Fonte: ACTA, [s.d.].

Figura 77 – Pátio interno CMM



Fonte: ACTA, [s.d.].

D) Histórico

O Conservatório tem sua origem na Lei nº 800, de 27 de setembro de 1920, que “Reorganiza o ensino primário do Estado e contém outras disposições”. Em seu artigo 60, determina que seria criada em Belo Horizonte uma Escola de Música e Pintura. Sua regulamentação foi realizada somente cinco anos depois, através do Decreto Estadual nº 6828, de 17 de março de 1925, que “Aprova o regulamento provisório do conservatório mineiro de música”.

O Conservatório foi inaugurado em 29 de abril de 1925, em uma sede provisória, recebendo o nome de Conservatório Mineiro de Música. O primeiro local que ocupou foi o velho casarão no Parque Municipal, permanecendo por pouco tempo, devido ao grande número de matrículas recebidas, chegando a 403 alunos em

questão de dias. Logo, o Conservatório mudou-se para um local com condições mais adequadas, desta vez na Avenida João Pinheiro, onde ocupou até sua sede definitiva ser construída (IEPHA/MG, 1987; REIS, 1993). O prédio oficial do Conservatório foi inaugurado em 5 de setembro de 1926, o significado desse evento é demonstrado a seguir:

É sem dúvida um dos maiores atos com que, no tocante ao ensino, procurou o governo do presidente Mello Viana ir ao encontro dos que reclamavam com justiça aos foros de cultura. A Minas faltava e já há muito se sentia essa lacuna – um instituto onde se evidencie o culto da arte musical. [...] De como foi essa medida recebida pela nossa sociedade é testemunho eloquente a enorme afluência de alunos que, à primeira notícia de abertura de matrículas, logo inscreveram seus nomes nos registros do Instituto. O êxito, de sumamente significativo, passara a ser surpreendente. (REIS, 1993, p. 19)

O ano de 1962 é muito importante em sua história. Primeiro porque, em 30 de novembro, foi incorporado à UFMG e passou a sediar a Escola de Música. Segundo, porque o prédio, que ainda não havia completado 40 anos, em setembro precisou ser interditado, devido ao risco de desabamento, causado em função de rachaduras geradas pela construção de uma edificação vizinha. Nesse período, as atividades da Escola de Música foram transferidas para o prédio da Reitoria no Campus Pampulha, ali permanecendo até 1967. O retorno à Avenida Afonso Pena aconteceu de maneira emergencial, após intensa luta judicial com a Justiça Federal, que solicitava que pudesse usufruir das instalações, em função de sua localização estratégica no centro da capital (REIS, 1993).

Em 1988, o Conselho Universitário da UFMG aprovou a construção de um novo prédio para acolher a Escola de Música, desta vez no Campus Pampulha (REIS, 1993), sendo que a unidade só seria inaugurada em 29 de abril de 1997. Com a transferência da Escola de Música para o Campus, ainda em 97, o espaço do Conservatório foi cedido temporariamente para abrigar o Casarão do Centenário de Belo Horizonte (UFMG, 2017c).

Como citado anteriormente, entre os anos de 1998 e 1999, o edifício principal passou por uma grande reforma, sendo reinaugurado em 2000 com o nome de Conservatório UFMG. (IEPHA/MG, 2014a; UFMG, 2000). Desse momento até 2014, o espaço foi administrado pela Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa –

FUNDEP. A partir de 2014, o Conservatório voltou a ser administrado pela UFMG, agora vinculado à Diretoria de Ação Cultural – DAC, órgão ligado à Reitoria, sendo hoje responsável por uma intensa programação cultural, com mais de 100 apresentações musicais por ano de diferentes estilos, além de sediar exposições, lançamentos editoriais, seminários, entre outras atividades (UFMG, 2020).

E) Registros de tombamento

- Responsável pelo tombamento: CDPCM/BH.
- Status: tombado.
- N° do processo: 01.059220.95.10.
- Identificação do processo: Conjunto Urbano Avenida Afonso Pena / Rua da Bahia.
- Inscrições:

Quadro 23 – Inscrições do tombamento do Conservatório pelo CDPCM/BH

Livro	Data
Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	10/11/1994

Fonte: CDPCM/BH, 2014.

- Responsável pelo tombamento: IEPHA/MG.
- Status: tombado.
- N° do processo: Decreto Estadual nº. 27.927, de 15 de março de 1988.
- Identificação do processo: Conservatório de Música da UFMG.
- Inscrições:

Quadro 24 – Inscrições do tombamento do Conservatório pelo IEPHA/MG

Livro	Data
Tombo de Belas Artes	15/03/1988
Tombo Histórico das obras de Arte Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos.	15/03/1988

Fonte: IEPHA/MG, 2014a.

F) Razões de tombamento

No âmbito estadual, o Conservatório foi tombado individualmente. Diversos fatores levaram o IEPHA/MG a esta decisão. São elas:

a. É um dos últimos exemplares de arquitetura dos primeiros anos de Belo Horizonte, que preserva suas características originais (IEPHA/MG, 1987).

b. Junto com outros imóveis do início do século XX, como o Tribunal de Justiça, o Parque Municipal e o Automóvel Clube, forma “um importante conjunto representativo da evolução histórica e arquitetônica da cidade.” (IEPHA/MG, 1987, [s.p.]

c. Seu valor cultural e histórico como educandário é significativo, sendo considerado um dos mais tradicionais do país e responsável pela formação de várias gerações de músicos mineiros (IEPHA/MG, 1987).

3.2.10 *Escola de Arquitetura*

Figura 78 – Escola de Arquitetura na década de 70



Fonte: CIT/DPP/UFMG, 1970.

A) Identificação

- Identificação atual: Escola de Arquitetura da UFMG.

- Outros nomes / usos: Escola de Arquitetura da UFMG.
- Localização: Rua Paraíba, 697 – Savassi, Belo Horizonte / MG.

B) Construção e administração

- Data de construção: década de 1950 (UFMG, 2009).
- Data de inauguração: 1954 (MACIEL; MALARD, 2012).
- Autor do projeto e obra: Shakespeare Sachetto Gomes e Eduardo Mendes Guimarães Júnior (CORRÊA *et al.*, 2010a).
- Data de incorporação à UFMG: criada em 1930, a Escola de Arquitetura foi incorporada à UMG em 1946, porém sua sede definitiva só seria construída na década seguinte, desta forma já fazendo parte do espaço físico da instituição (CORRÊA *et al.*, 2010b).
- Administrado por: UFMG.

C) Descrição

Ao analisarmos a consolidação do espaço físico da Escola de Arquitetura da UFMG – EAQ (Figura 78), é possível identificar claramente três fases de sua evolução: o da sua implantação em 1954, quando os princípios da arquitetura modernista são os norteadores da proposta, a primeira expansão em 1955 e a segunda expansão entre os anos de 1964 e 1967, sendo que durante as ampliações houve distanciamento dos preceitos inicialmente seguidos (CORRÊA *et al.*, 2010c; UFMG, 2009).

A necessidade de uma sede mais ampla e que melhor atendesse as atividades realizadas na EAQ se tornou evidente no fim da década de 1940. Para esse fim, optou-se por utilizar o terreno que foi doado pela Prefeitura de Belo Horizonte e onde funcionava a Escola no momento, o prédio do Mercadinho, localizado na esquina da Rua Paraíba e Rua Gonçalves Dias. Os responsáveis por esta etapa do projeto foram Shakespeare Sachetto Gomes e Eduardo Mendes Guimarães Júnior (CORRÊA *et al.*, 2010c).

O edifício sede da Escola de Arquitetura apresenta como autores os arquitetos Shakespeare Sachetto Gomes (1915-1997) e Eduardo Mendes Guimarães Júnior (1920-1968). Contudo, vale registrar novamente que essa dupla autoria é motivo de indagações por algumas fontes que afirmam que o projeto foi desenvolvido única e exclusivamente por Gomes, tendo Guimarães participado apenas da execução da maquete. Entretanto, outras fontes

defendem que o último participou ativamente da elaboração da proposta inicial do projeto, que recebeu algumas alterações volumétricas e programáticas após sua primeira exposição pública. Segundo esses autores, a indefinição em relação à autoria surgiu porque Guimarães não participou dos projetos subsequentes a essa primeira proposta como os realizados para a primeira e segunda expansões do edifício, tendo sido estes de autoria apenas de Shakespeare Gomes.(CORRÊA *et al.*, 2010a, p. 138)

A implantação da edificação precisou seguir uma premissa fundamental: o prédio do Mercadinho precisava continuar a acolher as atividades da EAQ enquanto sua nova sede estivesse sendo construída. Desta forma, o novo prédio adotou um partido em L envolvendo a construção existente – Figura 79. A antiga sede da Escola posteriormente foi demolida e em seu lugar foi construída uma praça com jardins e espelho d’água (CORRÊA *et al.*, 2010c).

Figura 79 – Sede da EAQ em construção com o antigo prédio do Mercadinho à frente



Fonte: CIT/DPP/PRA, década de 1950.

Também era uma premissa fundamental do projeto que este estivesse alinhado com as premissas do movimento Moderno. Para seus idealizadores, “O prédio deveria comunicar o espírito de seu tempo, instituindo-se como um singular símbolo da arquitetura de Minas Gerais”(CORRÊA *et al.*, 2010b, p. 42). Essa escolha mostra um

forte contraste com as sedes que a Escola havia habitado até o momento (Figuras 79, 81, 82 e 83), uma quebra com o passado e um alinhamento com que se produzia de mais inovador no Brasil e no mundo naquele momento.

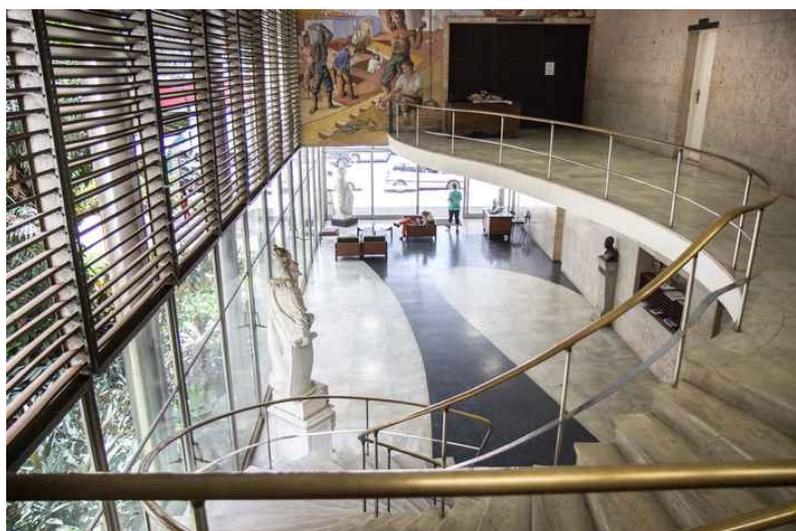
O prédio foi implantado em um terreno que possui um suave aclive, inicialmente os dois prismas possuiriam alturas distintas. Porém, o programa de necessidades inicial sofreu alteração: o espaço onde era previsto um salão deveria passar a acolher um auditório. Devido a este novo bloco perpendicular à Rua Paraíba, o pé direito precisou ser adequado, desta forma apesar de possuir dois pavimentos, sua altura se tornou equivalente aos três pavimentos (CORRÊA *et al.*, 2010b). Em sua volumetria, não podemos deixar de citar a opção do uso de empena cega em uma das extremidades do “L”, das amplas vidraças do hall de acesso e de *brises-soleis* verticais e horizontais formando uma espécie de colmeia (CORRÊA *et al.*, 2010c).

O bloco apresenta uma parede cega voltada para a Rua Paraíba, para a qual estava previsto um painel no primeiro projeto apresentado pelos arquitetos em 1947. Contudo, este painel não foi de fato construído, o que pode ser considerado uma grande perda, uma vez que, de acordo com a estética modernista, é fundamental a existência de uma intervenção artística quando o projeto apresenta uma superfície sem qualquer interlocução com o entorno. (CORRÊA *et al.*, 2010c, p. 153)

O projeto para a primeira expansão foi apresentado em 1955, ano seguinte à inauguração do prédio original, e a construção da segunda e última expansão do espaço físico da EAQ ocorreu na década de 1960. Ambas as etapas possuem autoria somente de Shakespeare Gomes e visavam à criação de novos espaços para salas de aula, laboratórios, oficinas e lazer. Para a primeira ampliação, foram adquiridos terrenos adjacentes à área original, no interior do quarteirão, estes chegavam até a Rua Cláudio Manoel. Foi nesta fase que foram concebidos o pátio interno e as fachadas internas da Escola. As ampliações são caracterizadas pela construção do bloco posterior ao “L” original, esse anexo possui quatro pavimentos e demarcações claras entre o que é o prédio original e suas ampliações, como a transição através de pequena escada ou rampa e um passadiço, além da mudança de tipo e cor do piso. Foi durante a segunda ampliação que foram construídas as edificações na região do pátio interno (CORRÊA *et al.*, 2010c).

Em sua área interna, destaca-se o hall de acesso principal, com sua icônica escada e o painel no mezanino de autoria de Aroldo de Matos – Figura 80. Este espaço “foi palco de importantes acontecimentos da Escola, além do fato de que sua beleza ao mesmo tempo harmônica e monumental destaca e singulariza o edifício” (CORRÊA *et al.*, 2010b, p. 77).

Figura 80 – Hall de acesso principal da EAQ



Fonte: Lucas Braga (Escola de Arquitetura/ UFMG, 2019).

Considerada um exemplar de “excepcional qualidade” da arquitetura modernista na capital, foi tombada inicialmente em 1990 pela Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte (BELO HORIZONTE, 1990). Em 2009, recebeu seu tombamento individual e foi inscrita no livro do Tombo Histórico (UFMG, 2009).

D) Histórico

A Escola de Arquitetura de Belo Horizonte foi criada em 1930, sendo a primeira escola de arquitetura independente do Brasil. Porém, precisou de uma árdua batalha para obter seu reconhecimento junto ao governo federal, sendo obtido somente em 1944. Em 1946, foi, por fim, vinculada à UMG (CORRÊA *et al.*, 2010b; OLIVEIRA; PERPÉTUO, 2005; SOARES, 2016).

[...] nessa conjuntura a Universidade apenas incorporava Instituições que apresentavam uma certa “maturidade”, resultado de alguns anos de experiência anterior. No caso da Escola de Arquitetura, sua trajetória, desafios e conquistas foram determinantes para a vinculação à Universidade, que não apenas reconheceu os esforços que vinham sendo empreendidos até então, como também valorizou seu legado, acreditando que esta Escola muito teria para contribuir na formação do espírito universitário. (CORRÊA *et al.*, 2010b, p. 41)

Como a princípio a Escola possuía “um número reduzido de estudantes e a proposta pedagógica não exigia um diversificado conjunto de salas, [...] não havia uma demanda por áreas demasiadamente grandes e especializadas” (CORRÊA *et al.*, 2010b, p. 76), sendo assim a EAQ acabou por passar por uma série de endereços até a construção da sua sede na década de 1950 (Figuras 81 a 83), sendo elas:

[...] primeiro o número 547, na Avenida Afonso Pena, quadra situada entre a Rua dos Tupinambás e a Praça Sete. Em seguida, a Escola teria funcionado em outros locais, como a Rua da Bahia, 1149, esquina com a Avenida Augusto de Lima, edifício atual do Centro Cultural de Belo Horizonte; um barracão coberto de zinco ao lado do antigo Mercado Municipal, próximo à Estação Ferroviária; a “Casa do Parque”, localizada ao lado de jaulas de animais pertencentes ao Jardim Zoológico que se encontrava provisoriamente no Parque Municipal; um espaço residencial situado na Avenida Amazonas, 491, terreno atualmente ocupado pelo Edifício Dantes; um na Rua Rio de Janeiro, 680, esquina com Rua Tamoios, local que hoje se encontra o Banco Mercantil S/A; uma edificação residencial na Avenida Carandaí, próxima ao Colégio Arnaldo. Após ter passado por essas instalações e endereços, a Escola voltou a funcionar na “Casa do Parque”, sendo em seguida transferida para o mercadinho localizado à Rua Paraíba nº 697, esquina com a Rua Gonçalves Dias, no Bairro Funcionários. Esta edificação foi doada pela prefeitura à Escola de Arquitetura no ano de 1945 e daí em diante, ela se estabeleceu neste local. (CORRÊA *et al.*, 2010b, p. 76)

Figura 81 – Residência adaptada para funcionamento da EAQ no Parque Municipal entre 1930 e 1937



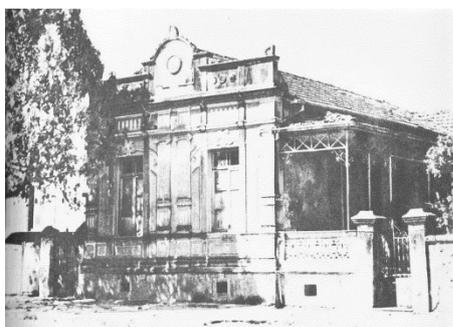
Fonte: CORRÊA *et al.*, 2010b.

Figura 82 – Segunda sede da EAQ e atual Centro de Cultura de Belo Horizonte



Fonte: IEPHA/MG, 2014a.

Figura 83 – Sede da EAQ na Avenida Carandaí, em 1945



Fonte: CORRÊA *et al.*, 2010b.

No fim da década de 40, as funções que a EAQ desempenhava estavam em expansão, tornando evidente a necessidade de uma nova sede. Como demonstrado anteriormente, neste momento a Escola tinha como sede o Mercadinho. Em 1954, foi inaugurada sua sede definitiva e nos anos seguintes foram realizadas duas ampliações: uma em 1955 e outra na década de 1960 (CORRÊA *et al.*, 2010b).

É possível identificar em diversos momentos a discussão para a transferência da EAQ para o Campus Pampulha, como em 1954 (quando se previa que a EAQ se mudaria para a Cidade Universitária, que então estava em construção) e em 1978 (ano no qual houve uma greve de setenta dias dos estudantes que reivindicavam melhores instalações) (CORRÊA *et al.*, 2010b). Em 2013, foi aprovada a transferência para a Pampulha por 65% dos votos dos técnicos administrativos, estudantes e professores da EAQ, tendo sua localização já definida no Campus antes mesmo da votação (UFMG, 2013a). Porém, até o momento, não existe um projeto para a nova sede ou uma data definida para que a mudança ocorra.

E) Registros de tombamento

- Responsável pelo tombamento: CDPCM/BH.
- Status: tombado.
- N° do processo: 01-182.721/08-47.
- Identificação do processo: Rua Paraíba, 697 – Escola de Arquitetura da UFMG.
- Inscrições:

Quadro 25 – Inscrições do tombamento da EAQ pelo CDPCM/BH

Livro	Data
Tombo Histórico	25/06/2009

Fonte: CDPCM/BH, 2009.

3.2.11 Espaço do Conhecimento UFMG

A) Identificação

- Identificação atual: Espaço do Conhecimento UFMG (desde 2016).

- Outros nomes / usos: Reitoria da Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG (1961-indefinido)²⁸, Espaço TIM UFMG do Conhecimento (2010-2015).
- Localização: Praça da Liberdade, 700 – Funcionários, Belo Horizonte / MG.

Figura 84 – Espaço do Conhecimento UFMG



Fonte: Portal Belo Horizonte, 2019.

B) Construção e administração

- Data de construção: prédio original em 1961 com grande reforma em 2010 (BRAGA; SORICE, 2020).
- Data de inauguração: 21/03/2010 (GUIMARÃES; DINIZ, 2019; MACIEL; MALARD, 2012; SEGANTINI; JULIÃO, 2017).
- Autor do projeto e obra: Projeto original Galileu Reis. Projeto de reforma – Jô Vasconcellos (LEMOS JÚNIOR, 2016).
- Data de incorporação à UFMG: 2010.
- Administrado por: UFMG.

C) Descrição

O local que hoje é conhecido como Espaço do Conhecimento da UFMG – EPC não teve sempre essa utilização. O prédio mais antigo, tendo sido construído em 1961,

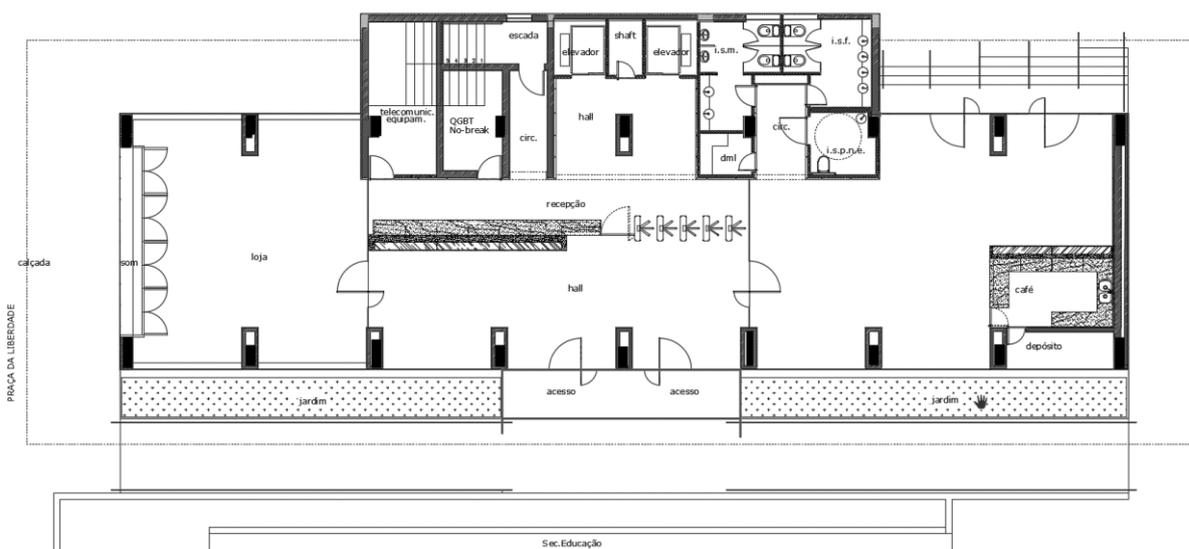
²⁸ Não foi possível identificar a data exata da transferência do imóvel para a UFMG.

acolheu a Reitoria da UEMG até o início dos anos 2000, quando passou por uma ampla reforma para poder integrar o Circuito Liberdade e se tornar o Espaço TIM UFMG do Conhecimento (BRAGA; SORICE, 2020).

Trata-se de um projeto que cria intervenções com caráter dinâmico, revitalizando as estruturas do ambiente antigo, reencontrando funções culturais abertas à maioria e atraindo a participação da população. Para isto, foi necessário intervir com formas e conteúdos verdadeiramente contemporâneos, demonstrando que o contexto antigo não impede, de forma alguma, a vida e o progresso. Pelo contrário: é seu verdadeiro estímulo. (ARCHDAILY BRASIL, 2014, [s.p.]

O projeto para o novo uso possui linhas contemporâneas da arquiteta Jô Vasconcellos, seu edifício possui 2.525,70m² distribuídos em cinco pavimentos e quinze espaços abertos à visitação (LEMOS JÚNIOR, 2016). Internamente toda a estrutura permanece aparente (ARCHDAILY BRASIL, 2014) e os pavimentos foram pensados de maneira a ter o mínimo de barreiras para, desta forma, permitir o máximo de flexibilidade para as exposições (Figuras 85 a 89).

Figura 85 – Planta 1º Pavimento EPC



Fonte: CIT/DPP/UFMG, 2010.

Figura 86 – Planta 2º Pavimento EPC



Fonte: CIT/DPP/PRA, 2010.

Figura 87 – Planta 3º Pavimento EPC



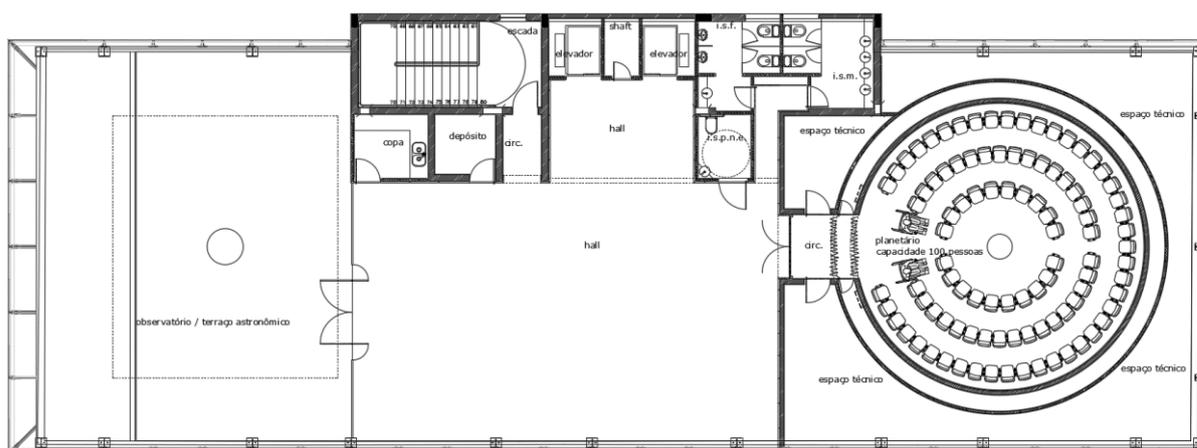
Fonte: CIT/DPP/PRA, 2010.

Figura 88 – Planta 4º Pavimento EPC



Fonte: CIT/DPP/PRA, 2010.

Figura 89 – Planta 5º Pavimento EPC



Fonte: CIT/DPP/UFMG, 2010.

Todo o edifício recebeu um envoltório vítreo, com película jateada com tratamento não reflexivo e baixa absorção de calor. A fachada voltada para a Praça da Liberdade (Figura 90) foi pensada para funcionar como uma grande tela de projeção, transportando conteúdos científicos e culturais do Espaço do Conhecimento para seu exterior (ARCHDAILY BRASIL, 2014; LEMOS JÚNIOR, 2016).

O Terraço Astronômico é considerado a principal atração do edifício – Figura 91. Está instalado no último andar do prédio, possui teto retrátil que permite o posicionamento de telescópios e outros instrumentos de observação. Conta também com um jogo especial de projetores capazes de simular o céu em qualquer local da

Terra, seja no presente, no passado ou no futuro (LEMOS JÚNIOR, 2016; UFMG, 2020a).

Figura 90 – Fachada EPC



Fonte: Foto de Gustavo Xavier (ARCH DAILY, 2010).

Figura 91 – Terraço Astronômico do EPC



Fonte: Foto de Gustavo Xavier (ARCH DAILY, 2010).

D) Histórico

A Praça da Liberdade é um dos principais locais de promoção da cultura localizados em Belo Horizonte. Na área, funciona o “Circuito Liberdade”, que é administrado pelo IEPHA/MG desde 2015. A proposta para o Circuito surgiu quando o Governo de Minas optou por transferir suas secretarias que eram localizadas na Praça para a Cidade Administrativa, inaugurada em 2010 (GUIMARÃES; DINIZ, 2019; LEMOS JÚNIOR, 2016). Atualmente o Circuito é formado por dezesseis espaços: Biblioteca Pública de Minas Gerais, Museu das Minas e Metal, Memorial Minas Gerais Vale, Centro de Arte Popular CEMIG, BDMG Cultural, Academia Mineira de Letras, Museu Mineiro, Arquivo Público Mineiro, Casa do Patrimônio Cultural, Centro Cultural Banco do Brasil, Cefart Liberdade, Casa Fiat de Cultura, Palácio da Liberdade, Escola de Design da UEMG, Centro Cultural Minas Tênis Clube e Espaço do Conhecimento UFMG (CIRCUITO, 2020).

Assim como aconteceu com outros prédios localizados na praça, a edificação, inaugurada na década de 1960, que anteriormente era sede da Reitoria da UEMG – Figura 92, teve seu uso modificado. Uma nova função havia sido escolhida, ela receberia o Espaço TIM UFMG do Conhecimento.

Figura 92 – Fachada do prédio quando abrigava a Reitoria da UEMG



Fonte: BRAGA; SORICE, 2020.

A proposta do EPC é a divulgação e o diálogo entre universidade e a comunidade não acadêmica, mesclando conhecimento científico e cotidiano (GUIMARÃES; DINIZ, 2019). O EPC recebeu financiamento da TIM de 2010 a 2015 e, desde 2017, é patrocinado pela Unimed-BH, através da Lei Federal de Incentivo à Cultura (GUIMARÃES; DINIZ, 2019).

[..] é um centro de formação, divulgação e diálogo entre universidade e a comunidade não acadêmica, onde o visitante interage com o conhecimento científico, artístico, como também com os saberes tradicionais. Em sua missão de mesclar ciência e vida cotidiana, para além da exposição de longa duração e das mostras temporárias supracitadas, o ECUFGM tem como destaque de atrações o Planetário, o Terraço Astronômico e a Fachada Digital – que, localizada na parte externa do prédio voltada para a Praça da Liberdade, exhibe imagens que estimulam tal diálogo artístico-científico. Ademais, é realizada nesse espaço uma extensa gama de debates, oficinas e outras tantas atividades que atraem públicos de diferentes faixas etárias, realidades e interesses. (GUIMARÃES; DINIZ, 2019, p. 6)

Com exposições permanentes e temporárias, o local já recebeu mais de 350 mil visitantes em seus dez anos de funcionamento. São destacadas pelo próprio site da instituição as seguintes atrações: a exposição permanente “Demasiado Humano”, a fachada digital e o Terraço Astronômico (UFMG, 2020a).

A exposição “Demasiado Humano” ocupa três andares do edifício e trata da origem da vida, sua trajetória e evolução. A exposição é dividida em três módulos: O Aleph, Origens e Vertentes (UFMG, 2020a).

O EPC já foi inaugurado sendo um prédio tombado. Como acontece no caso da Reitoria, a edificação se encontra em um contexto de conjunto urbano, no caso o da Praça da Liberdade, em que os elementos que o compõe variam entre os órgãos de proteção. A Praça da Liberdade possui tombamento em três esferas CDPCM/BH, IEPHA/MG e IPHAN. No caso do CDPCM/BH, o tombamento do “Conjunto Urbano Praça da Liberdade e Adjacências” não contempla o EPC. No caso do IEPHA/MG, o tombamento “Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Liberdade” inclui o Espaço do Conhecimento como uma das edificações protegidas. Por fim, o IPHAN tombou somente a Praça da Liberdade, não protegendo nenhuma das outras edificações existentes na área.

E) Registros de tombamento

- Responsável pelo tombamento: IEPHA/MG.
- Status: tombado.
- N° do processo: Decreto Estadual nº. 18.531, de 02 de junho de 1977.
- Identificação do processo: Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Liberdade.
- Inscrições:

Quadro 26 – Inscrições do tombamento do EPC pelo IEPHA/MG

Livro	Data
Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	02/06/1977
Tombo de Belas Artes	02/06/1977
Tombo Histórico das obras de Arte Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos	02/06/1977

Fonte: IEPHA/MG, 2014a.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa partiu do objetivo geral de gerar o mapeamento dos imóveis tombados ou em processo de tombamento da UFMG e propor, através de estudos de caso, um modelo de análise desses bens com a finalidade de fornecer ferramentas que ampliem as possibilidades de conservação e gestão do patrimônio universitário no mundo contemporâneo. Durante todo o trabalho desenvolvido notou-se que existem dois pontos sobre o patrimônio universitário que são constantemente indicados nos estudos abordados sobre o tema. O primeiro é que este patrimônio como parte da grande área da ciência e tecnologia é uma peça-chave para entender como ocorreu o desenvolvimento científico até os nossos dias e de como este conhecimento impacta a sociedade. O segundo é o esforço empreendido por diversos atores como alguns setores do governo, algumas universidades e especialistas sobre patrimônio de mapear os bens sob a guarda das universidades e criar parâmetros de como atuar sobre ele.

Podemos perceber que o conjunto de bens tombados sob responsabilidade das universidades públicas brasileiras é muito mais amplo do que os estudos iniciais mostravam e que existem esforços pontuais dentro de algumas instituições para o reconhecimento deste patrimônio. A diversidade destes bens em diversos aspectos aparece como um grande problema em artigos, porém pode ser justamente essa diversidade a dar força para a conservação do conjunto. Quando conseguimos ver além das diferenças e começamos a entender que este grupo possui semelhanças, conseguimos criar pontos de conexão entre eles. Estes pontos de conexão podem ser gerais e atingir a todos como os problemas da captação de recursos ou as dificuldades em se adequar às novas normas, ou podemos também enxergar subgrupos, por exemplo edificações ligadas a instituições museológicas.

A partir do momento que conseguimos ver possíveis integrações entre estes bens, eles ganham força para pleitear melhores condições de existência dentro da universidade. Se torna possível criar políticas e programas para fomentar os desenvolvimentos destes imóveis como ocorre na UFRGS. Essas conexões não ocorrem somente entre os bens, mas pode ocorrer também com agentes que atuam sobre estes bens, as universidades possuem diversos atores que trabalham sobre determinada face do patrimônio. Assim como este patrimônio é diverso uma equipe

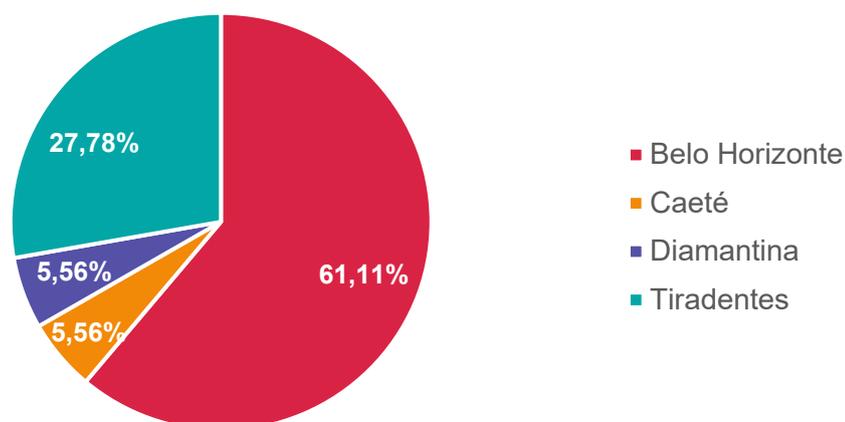
para criar maneiras de gerenciá-lo também precisa ser. É possível notar que as instituições com melhores condições para seus bens tombados possuem equipes dedicadas a pensar formas de como atuar sobre ele, essas equipes são multidisciplinares, contando com arquitetos, engenheiros, turismólogos, historiadores, administradores, professores, conservadores, entre outras especialidades.

Porém antes de discutirmos formas de gerenciar melhor um determinado objeto, precisamos conhecer a fundo este objeto. Hoje são poucas as universidades brasileiras que possuem esse conhecimento, entre elas USP, UFRGS e UFRJ. Esta pesquisa coloca a UFMG também neste grupo, sem a pretensão de obter o mesmo nível de gerenciamento patrimonial das universidades anteriormente citadas, mas como um ponto de começo para as discussões futuras.

Quando nos adentramos no universo formado pelos imóveis protegidos da UFMG, percebemos que ainda não seria possível discutir formas de gerenciamento, pois o objeto que deveria ser submetido a esta ação ainda não estava delineado com clareza, inclusive para a própria instituição. Desta forma, essa pesquisa se dedicou a delinear com maior clareza e precisão possíveis, o que seria o Patrimônio Universitário da UFMG, com um recorte de seus bens imóveis. Diversos foram os desafios encontrados na trajetória, seja a falta de informações sobre os imóveis, ou a falta de documentos, ou a negativa em ter acesso aos documentos necessários por diversos motivos (por exemplo, políticas de isolamento devido a COVID-19 e documentos em processo digitalização), informações desconexas entre outros. Apesar das dificuldades este universo foi desenhado e com esta pesquisa queremos subsidiar outros estudos mais aprofundados sobre o tema.

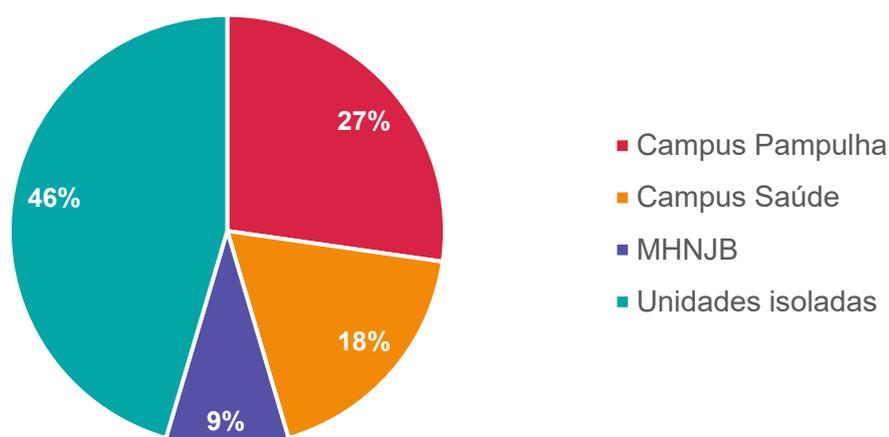
Ao olharmos todo o conjunto de imóveis protegidos da UFMG é evidente a concentração na região de Belo Horizonte e região metropolitana, Caeté e BH juntas representam 66,67% deste grupo - Gráfico 3. Porém, diferentemente do que ocorre na capital, todos os imóveis que a UFMG possui em Caeté e Tiradentes são tombados. Em Belo Horizonte, os imóveis estão espalhados pela cidade - Figura 27. Entretanto, podemos estabelecer alguns agrupamentos: Campus Pampulha, Campus Saúde, MHNJB e Unidades Isoladas. Sendo que é nítida a concentração do maior número de bens neste último grupo - Gráfico 4.

Gráfico 3 – Distribuição de imóveis protegidos da UFMG entre as cidades de MG



Fonte: Da autora, 2022

Gráfico 4 – Distribuição dos imóveis protegidos em BH

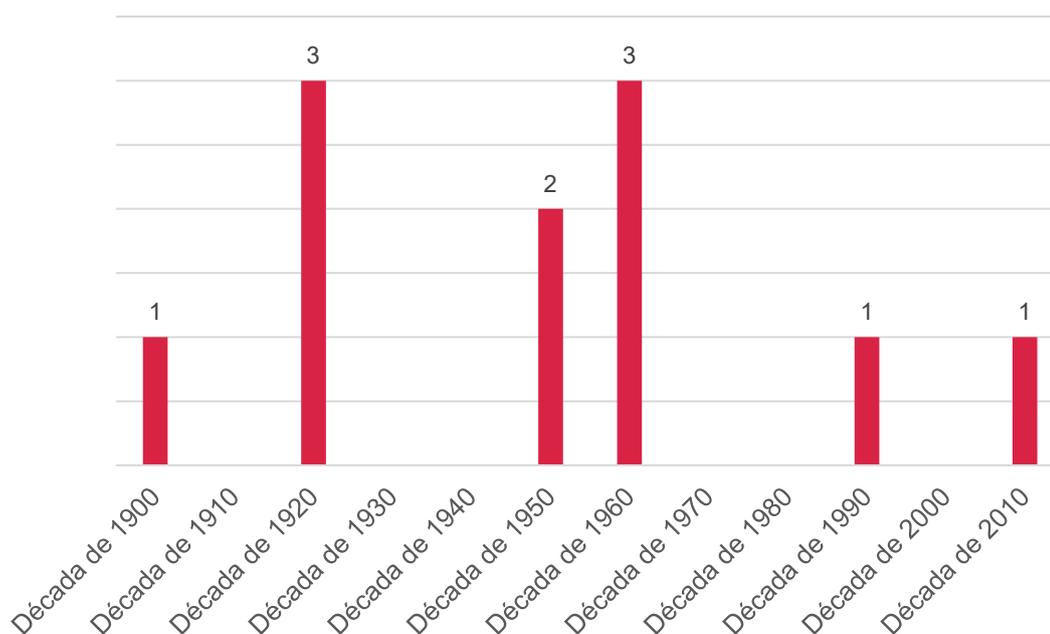


Fonte: Da autora, 2022

Um fato significativo é que a maioria dos imóveis tombados da UFMG não foram construídos como parte da UFMG, ou mesmo da UMG. Os únicos casos que estes imóveis já nasceram como parte da instituição são a Reitoria, a Escola de Arquitetura, Faculdade de Medicina e o Observatório Astronômico. O Gráfico 5 faz um agrupamento dos imóveis localizados em Belo Horizonte conforme sua época de inauguração, nele estão inclusos o MHNJB e a Estação Ecológica que não possuem uma data de construção específica, por este motivo inclusive foi escolhido fazer os agrupamentos por data de inauguração. O Gráfico 5 torna evidente o agrupamento de

inaugurações em determinados períodos e grandes hiatos entre eles, especialmente após a inauguração do Campus Pampulha na década de 1960.

Gráfico 5 – Época de inauguração dos imóveis protegidos em BH

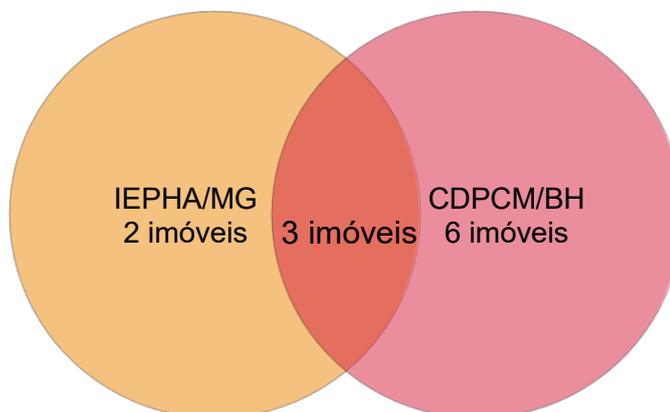


Fonte: Da autora, 2022

Ao analisarmos os onze imóveis localizados em BH, verificamos que estamos lidando somente com duas esferas de tombamento, municipal através do CDPCM/BH e estadual através do IEPHA/MG - Figura 93. Os bens se dividem da seguinte forma:

- 06 possuem tombamento ou estão em processo de tombamento somente no CDPCM/BH, sendo eles: Reitoria, Estação Ecológica, Olaria, MHNJB, Escola de Arquitetura, Faculdade de Medicina
- 02 possuem tombamento somente no IEPHA/MG, sendo eles: Conservatório e Espaço do Conhecimento.
- 03 possuem tombamento no IEPHA/MG e CDPCM/BH, sendo eles: Hospital Borges da Costa, Centro Cultural e Centro de Memória da Escola de Engenharia

Figura 93 – Relação entre órgãos de proteção patrimonial



Fonte: Da autora, 2022.

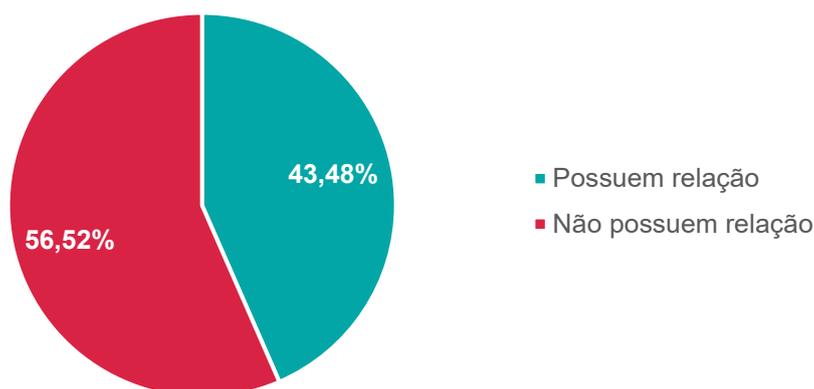
Um ponto de conexão entre os imóveis que foi identificado é a sua relação como Museus Universitários. Em um contexto nacional, há alguns anos é possível identificar movimentos que buscam proteger os Museus Universitários. Dentre elas podemos destacar a criação do Cadastro Nacional de Museu realizado em 2007. Em abril de 2017 temos a criação da Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários. Ao verificarmos quantos imóveis tombados a UFMG teria inserido na Rede de Museus chegamos a dez locais, que representam 43,48% do número total de locais da Rede. São eles: Centro Virtual de Memória e Extensão (Reitoria), Centro de Memória da Engenharia, Centro de Memória da Enfermagem (Escola de Enfermagem), Centro de Memória da Medicina (FME), Centro de Referência em Cartografia Histórica (MHNJB), Museu Casa Padre Toledo, Museu da Escola de Arquitetura e o MHNJB.

Em 2018, o incêndio do Museu Nacional, hoje sob os cuidados da UFRJ, criou grande comoção nacional, evidenciando as dificuldades que museus e imóveis tombados tem enfrentado. Após este incidente, aliado com outros que ocorreram anteriormente, o Ministério da Cidadania, através da portaria nº 777, de 24 de abril de 2019, criou um grupo de trabalho, cujo objetivo era verificar as condições em que se encontram os imóveis tombados ligados ao ministério.

Em junho de 2020, outro incêndio foi responsável pela destruição de parte do acervo de outro museu universitário, desta vez o Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG. Este incidente trouxe o assunto novamente à tona, reforçado pela reincidência deste tipo de ocorrência. A UFMG trabalha em formas de melhorias dos seus espaços museológicos desde antes deste incidente. A criação da Rede de

Museus nos anos 2000 pode ser apontada como uma destas ações. Dos dezoito imóveis tombados ou em processo de tombamento, nove possuem algum tipo de ligação com a Rede de Museus. Entre 2015 e 2016 a UFMG elaborou o projeto “Avaliação Museológica: Coleções e Museus da UFMG” que teve como objetivo conhecer a realidade até o momento pouco conhecida de museus e outros espaços que abrigam as coleções da instituição, com o intuito de produzir subsídios para ações e programas. Em julho de 2020, como citado anteriormente, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES organizou o “Grupo de Trabalho Museus Universitários” que atua dois anos subsequentes, sob a chefia da reitora da UFMG, Professora Sandra Regina Goulart Almeida.

Gráfico 6 – Relação entre imóveis tombados e a Rede de Museus



Fonte: Da autora, 2022.

Desta forma podemos ver maneira otimista a evolução da discussão, porém cabe as universidades ir além do discurso e colocar em prática ações que impeçam que ocorram novos desastres. Pois, indiferentemente de quem seja o responsável pela negligência que estes espaços têm enfrentado, fato é que nosso patrimônio, nossa história, nossa memória, está sendo perdida de forma irreversível. Segundo informações do DPP/UFMG, em novembro de 2020, dos dezoito imóveis tombados ou em processo de tombamento, somente dois possuem Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB: Sobrado Quatro Cantos e Espaço do Conhecimento (em processo de renovação). A Casa de Cultura e dispensada de AVCB.

Ao entrarmos em contato com inúmeros documentos das mais diversas naturezas, um deles mereceu especial destaque, no que diz respeito sobre como a UFMG lida com as questões de seus bens protegidos, este documento é o Plano de Desenvolvimento Institucional, em suas diversas edições periódicas, que a mais atual compreende o período dos anos de 2018 a 2023. O PDI demonstra a preocupação evidente que a UFMG possui em estruturar suas ações sobre seus bens protegidos, imóveis, móveis e integrados, além de demonstrar como estão as discussões sobre o tema em diversos setores da instituição. De todas as ações elencadas na última versão elaborado desde documento a que mais se destaca como uma possibilidade de maior integração e valorização do conjunto aqui estudado é a previsão de um papel de protagonista para a DAC nas ações culturais desenvolvidas pela UFMG e sua evolução para Pró-Reitoria de Cultura.

O principal resultado alcançado nesta pesquisa é a consolidação do grupo formado pelos imóveis tombados vinculados à UFMG e a criação do cenário sobre quem são eles, identificando os processos de tombamento aos quais cada um é submetido, a forma que estão vinculados a instituição e os responsáveis por sua gestão. Ademais para as unidades localizadas em BH também foi traçado seu perfil histórico e suas características arquitetônicas. De forma geral, foram iniciadas as discussões sobre relações que estes imóveis possuem entre si dentro da UFMG e suas relações com o poder público. O resultado aqui apresentado é algo inédito na UFMG e a coloca no caminho das Universidades referência em gestão de imóveis tombados, como a UFRGS e a USP. Como tratado anteriormente, esta pesquisa não pretende de modo algum esgotar as discussões em relação ao Patrimônio Universitário, especialmente no que tange aos imóveis protegidos da UFMG, muito pelo contrário, busca ser subsídio no início destas discussões. Este estudo evidencia que há muito mais a pesquisar sobre o Patrimônio Universitário da UFMG, seja como conjunto e possíveis formas de gerenciamento, quanto análise sobre edificações específicas de singular valor histórico que ainda foram pouco exploradas, como o caso do Centro de Memória da Escola de Engenharia. Esperamos que este seja um passo em direção de um futuro melhor para os imóveis tombados da UFMG.

REFERÊNCIAS

ACTA. **Conservatório de Música da UFMG**, Belo Horizonte, [s.d.]. Disponível em: <https://www.actaarquitetura.com.br/projetos/conservatorio-de-musica-da-ufmg/>. Acesso em: 5 jan. 2022.

ALMEIDA, M. C. B. de. A base de dados de bens imóveis tombados ou em processo de tombamento da Universidade de São Paulo. *In*: LOURENÇO, M. C. F. (Org.). **Bens imóveis tombados ou em processo de tombamento da USP**. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 27-29.

ALVES, A. F. de A. O Tombamento como Instrumento de Proteção ao Patrimônio Cultural. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, p. 65-98, 2008. Disponível em: <https://www.periodicos.ufmg.br/index.php/rbep/article/view/18151>. Acesso em: 20 set. 2020.

AMAZONAS. **Lei nº 312, de 18 de fevereiro de 2016**. Dispõe sobre o tombamento por seu interesse arquitetônico, histórico e cultural das edificações de projetos do arquiteto Severiano Mário Vieira de Magalhães Porto, construídos no Estado do Amazonas, e dá outras providências. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, p. 1-2, 2016. Disponível em: http://www.ale.am.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/Edicao72602032016-Extra.pdf?utm_medium=website&utm_source=archdaily.com.br. Acesso em: 01 jul. 2020.

10 ANOS do Espaço do Conhecimento UFMG. Portal Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <http://portalbelohorizonte.com.br/eventos/encontro/educacao/10-anos-do-espaco-do-conhecimento-ufmg>. Acesso em: 15 fev. 2022.

APTAR. **Centro da Memória da Engenharia**. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://www.aptar.arq.br/centro-da-memria-da-engenharia>. Acesso em: 10 fev. 2022.

ARRUDA, M. A. N. Para uma Política de Patrimônio na Universidade de São Paulo. *In*: LIRA, J. T. C. (Org.). **Patrimônio Construído da USP**: preservação, gestão e memória. São Paulo: EDUSP, 2014. p. 12-13.

AULAS Abertas: atividades educativas do Museu de História Natural foram adaptadas. Foto de Soraia Magalhães. **UFMG**, Belo Horizonte, 20 nov. 2020. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/aulas-abertas-gestoras-do-mhnb-falam-sobre-o-educativo-do-museu-no-modo-remoto>. Acesso em: 20 jan. 2022.

AZEVEDO, Gê. O Museu da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto. **Mineiros na Estrada**, 28 fev. 2018. Disponível em: <https://www.mineirosnaestrada.com.br/museu-escola-de-minas-ouro-preto/>. Acesso em: 03 nov. 2020.

BALLINGER, A. Investigators say Bristol University fire was caused by refurbishment work. **Bristol Post**, 2018. Disponível em: <https://www.bristolpost.co.uk/news/bristol-news/investigators-say-bristol-university-fire-1028417>. Acesso em: 01 mar. 2019.

BELO HORIZONTE. **Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, promulgada em 21 de março de 1990**. Belo Horizonte: Câmara Municipal de Belo Horizonte, 1990. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei-organica>. Acesso em: 01 fev. 2020.

BORDE, A. L. P. A Multiescalaridade do Patrimônio Cultural Edificado Universitário: O Conjunto de Imóveis Tombados da Universidade Federal do Rio de Janeiro. **XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, Brasília, [s.p.], 2014. Disponível em: <https://www.shcu2014.com.br/content/multiescalaridade-do-patrimonio-cultural-edificado-universitario-conjunto-imoveis-tombados.html>. Acesso em: 13 set. 2020.

BORDE, A. L. P.; BELLINHA, P. R. T. Conservação e Reativação do Patrimônio Arquitetônico Universitário. *In*: _____. (Org.). **Conservação e Reativação do Patrimônio Arquitetônico Universitário**. Rio de Janeiro: PROURB, 2015a. p. 13-19.

BORDE, A. L. P.; BELLINHA, P. R. T. **Conservação e Reativação do Patrimônio Arquitetônico Universitário**. Rio de Janeiro: PROURB, 2015b.

BORGES, C. Centro Cultural UFMG 30 anos. **Revista Guaicurus**, Belo Horizonte, v. 4, p. 24-26, 2019. Disponível em: https://www.ufmg.br/centrocultural/?page_id=15990. Acesso em: 3 jan. 2022.

BORTOLANZA, J. Trajetória do ensino superior brasileiro – uma busca da origem até a atualidade. XVII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO

BRAGA, M. M. A Escola Livre de Engenharia de Belo Horizonte. *In*: STARLING, Heloisa Murguel; GERMANO, L. B. P. (Org.). **Engenharia: História em Construção**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 77-131.

BRAGA; C.; SORICE, G. No Mês do Patrimônio Cultural, conheça mais sobre o prédio que abriga o Espaço do Conhecimento UFMG. **Espaço do Conhecimento UFMG**, 2020. Disponível em: <https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/mes-do-patrimonio-cultural-2020/>. Acesso em: 28 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 62.317, de 28 de fevereiro de 1968**. Aprova o Plano de Reestruturação da Universidade Federal de Minas Gerais. Brasília: Câmara dos Deputados, 4 mar. 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62317-28-fevereiro-1968-403509-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 nov. 2021.

CAETÉ. **Lei Orgânica do Município de Caeté, promulgada em 14 de agosto de 1990**. Emenda de Revisão nº 01, promulgada em 18 de dezembro de 2001. Caeté: Câmara Municipal de Caeté, 2001. Disponível em: <https://www.camaradecaete.mg.gov.br/detalhe-da-legislacao/info/lei-organica-municipal-1-2001/3>. Acesso em: 22 nov. 2020.

CÂMARA TIRADENTES. **Câmara Tiradentes**. Tiradentes, 5 jul. 2021. Facebook: camaratiradentes. Disponível em: <https://www.facebook.com/635169153350700/photos/a.635169976683951/1708075339393404>. Acesso em: 30 nov. 2021.

CAMARGO, M. J. Carta Patrimonial da USP: Por que? **Revista CPC**, São Paulo, v. 24, p. 162-169, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i24p162-169>. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/142034>. Acesso em: 28 jan. 2022.

CAMPOS, J. C. C. **Candidatura a Património Mundial como operador de desenvolvimento urbano**: O caso da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia. 2018. 495 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/87094>. Acesso em: 28 jan. 2022.

CAMPOS, J. C.; MURTINHO, V. **Alcalá de Henares e Coimbra, Universidades Património Mundial**: responsabilidade e compromisso de futuro de dois contextos ibéricos. Lisboa: Centro de Estudos Ibéricos, Âncora Editora, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/86981>. Acesso em: 28 jan. 2022.

CANDAU, J. **Memória e Identidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

CARSALADE, F. L. (Org.). **Escola de Arquitetura da UFMG**: lembranças do passado, visão do futuro. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2010a. p. 134-149.

CARSALADE, F. L. **Estação em movimento**: a história da Praça da Estação em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Elos Produção Criativa, 2016.

CASA da Glória em Diamantina é fechada por tempo indeterminado. Foto de Foca Lisboa. **UFMG**, 23 mar. 2020. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/casa-da-gloria-em-diamantina-e-fechada-por-tempo-indeterminado>. Acesso em: 4 jun. 2021.

CASTRIOTA, L. B. **Patrimônio cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CENTRO Cultural UFMG recebe exposição fotográfica de Sílvia Junqueira. **Escola de Belas Artes/ UFMG**, Belo Horizonte, 5 set. 2019. Disponível em: <https://www.eba.ufmg.br/nossa-escola/index.php/2019/09/05/centro-cultural-ufmg-recebe-exposicao-fotografica-de-silvia-junqueira/>. Acesso em: 3 fev. 2022.

CHAVES, B. S. Instituições de saúde e a ideia de modernidade em Minas Gerais na primeira metade do século XX. In: MARQUES, R. C.; SILVEIRA, A. J. T.; FIGUEIREDO, B. G. (Org.). **História da saúde em Minas Gerais**: Instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958). Barueri: Editora Manoele, 2011. p. 28-70.

CINECLUBE Olaria, na Estação Ecológica, exhibe curtas e animações em comemoração ao mês das mães. **UFMG**, Belo Horizonte, 21 maio 2015. Disponível em: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/038496.shtml> Acesso em: 12 jan. 2022.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade; São Paulo: UNESP, 2017.

CHOAY, F. **O Patrimônio em Questão**: Antologia para um Combate. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS. **Incêndio MHNJB**. Belo Horizonte, 16 jun. 2020. Facebook: bombeiros.minasgerais. Disponível em: <https://www.facebook.com/bombeiros.minasgerais/photos/pcb.1505038193008098/1505038133008104/>. Acesso em: 15 ago. 2020.

CORRÊA, A. F. *et al.* Aspectos biográficos das personagens que contribuíram para a fundação e construção de sua sede. *In*: LEMOS, C. B.; DANGELO, A. G. D.;

CORRÊA, A. F. *et al.* Criação e consolidação da Escola de Arquitetura. *In*: LEMOS, C. B.; DANGELO, A. G. D.; CARSALADE, F. L. (Org.). **Escola de Arquitetura da UFMG**: lembranças do passado, visão do futuro. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2010b. p. 38-133.

CORRÊA, A. F. *et al.* O edifício sede e seus diálogos com as arquiteturas do movimento moderno nos contexto nacional e internacional. *In*: LEMOS, C. B.; DANGELO, A. G. D.; CARSALADE, F. L. (Org.). **Escola de Arquitetura da UFMG**: lembranças do passado, visão do futuro. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2010c. p. 150-187.

CRUZ, L. Antônio. **A Casa Padre Toledo no cotidiano e na monumentalização**. 2015. 310 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

CUNHA, M. B. Um museu em chamás: o caso do Museu Nacional do Rio de Janeiro. **Revista Ibero-Americana De Ciência Da Informação**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 1-3, 2018. DOI <https://doi.org/10.26512/rici.v12.n1.2019.19354>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/19354>. Acesso em: 28 jan. 2022.

DAL PONT, K. R. De “bota-fora” à Estação Ecológica. *In*: STARLING, H. M.; DUARTE, R. H. (Org.). **Cidade Universitária da UFMG**: História e Natureza. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 189-216.

DAL PONT, K. R. **De “bota-fora” à Estação Ecológica da UFMG (pequenas conquistas e a construção de significados ambientais urbanos)**. 2008. 119 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/MPBB-7SFJ2L>. Acesso em: 28 jan. 2022.

DUARTE, R. H. O lugar da cidade universitária. *In*: STARLING, H. M.; DUARTE, R. H. (Org.). **Cidade Universitária da UFMG**: História e Natureza. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 19-68.

DUARTE, R. H.; SARTORI, M. do C. V.; MOTTA, G. L. O. História e natureza da cidade universitária. *In*: STARLING, H. M.; DUARTE, R. H. (Org.). **Cidade Universitária da UFMG**: História e Natureza. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 69-104.

EDIFÍCIO do Conservatório de Música da UFMG. **IEPHA/ MG**, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoas/patrimonio-cultural-protegido/bens-tombados/details/1/126/bens-tombados-edif%C3%ADcio-do-conservat%C3%B3rio-de-m%C3%BAsica-da-ufmg>. Acesso em: 15 set. 2020.

EM MEIO a reformas, Museu do Ipiranga tem programação com tour virtual para comemorar 7 de setembro. **Jovem Pan**, 7 set. 2020. Disponível em: <https://jovempan.com.br/programas/jornal-da-manha/museu-ipuranga-programacao-tour-virtual-sete-setembro.html> Acesso em 03/11/2020. Acesso em: 4 nov. 2020.

ESPÍNDOLA, M. No escurinho da olaria. **Boletim UFMG**, Belo Horizonte, n. 1.826, ano 39, jun. 2013. Disponível em: <https://www.ufmg.br/boletim/bol1826/10.shtml>. Acesso em: 9 fev. 2022.

ESTAÇÃO Ecológica da UFMG reformula regimento e intensifica parcerias para fortalecer as ações ambientais. **Estação Ecológica UFMG**, Belo Horizonte, 27 abr. 2021. Disponível em: <https://www.ufmg.br/estacaoecologica/2021/04/27/estacao-ecologica-da-ufmg-reformula-regimento-e-intensifica-parcerias-para-fortalecer-as-acoas-ambientais/>. Acesso em: 5 jan. 2022.

ESTAÇÃO Ecológica tem programação de férias para crianças e adultos. Foto de Foca Lisboa. **UFMG**, Belo Horizonte, 2 jan. 2019. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/estacao-ecologica-ufmg-oferece-programacao-de-ferias>. Acesso em: 29 set. 2020.

EXPOSIÇÃO virtual faz passeio pelas telas da Ópera Tiradentes no Conservatório UFMG. **Escola de Belas Artes/ UFMG**, 23 abr. 2020. Disponível em: <https://www.eba.ufmg.br/nossa-escola/index.php/2020/04/23/exposicao-virtual-faz-passeio-pelas-telas-da-opera-tiradentes-no-conservatorio-ufmg/>. Acesso em: 5 jan. 2022.

FACHADA do prédio principal da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ - USP), em Piracicaba, interior de São Paulo – Foto de Marcos Santos. **USP Imagens**, [s.d.]. Disponível em: <https://imagens.usp.br/escolas-faculdades-e-institutos-categorias/escola-superior-de-agricultura-luiz-de-queiroz-institutos-faculdades-e-escolas/esalq/attachment/esalq10/>. Acesso em: 4 nov. 2020.

FMC. **Dossiê de candidatura do Conjunto Moderno da Pampulha para inclusão na Lista do Patrimônio Mundial**. Belo Horizonte: FMC, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/FMC_dossie_conjunto_moderno_da_pampulha.pdf. Acesso em: 16 jan. 2022.

FIALHO, B. C. **Da cidade universitária ao Campus da Pampulha da UFMG: arquitetura e urbanismo como materialização do ideário educacional (1943-1945)**. 2012. 330 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-8UEQF8>. Acesso em: 16 jan. 2022.

FUNDAÇÃO Rodrigo Mello Franco de Andrade. **FRMFA-CEXP**, 25 jul. 2015. Disponível em: <https://www.ufmg.br/frmfa/galeria-de-fotos/acervo-arquitetonico/centro-de-estudos/>. Acesso em: 16 mar. 2022.

GERAÇÃO Borgeana. **Evoe**, [s.d.]. Disponível em: <https://evoe.cc/geracaoborgeana>. Acesso em: 6 nov. 2020.

GLASGOW fire: Art school's Mackintosh building extensively damaged. **BBC News**, 16 jun. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-scotland-glasgow-west-44504659>. Acesso em: 1 out. 2019.

GEORGE Floyd: o que aconteceu antes da prisão e como foram seus últimos 30 minutos de vida. **BBC News Mundo**, Brasil, maio 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52868252>. Acesso em: 01 set. 2020.

GRANATO, M.; LOURENÇO, M. C. Preservação do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia: uma parceria luso-brasileira entre o Museu Nacional de História Natural e da Ciência (Portugal) e o Museu de Astronomia e Ciências Afins (Brasil). **Ciência da Informação**, Brasília, v. 42, n. 3, p. 435-453, 2015. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1373>. Acesso em: 16 jan. 2022.

GRANATO, M.; RIBEIRO, E. S. R.; ARAÚJO, B. M. Cartas Patrimoniais e a Preservação do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia. **Informação & Informação**, Londrina, v. 23, p. 202-229, 2018. DOI <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2018v23n3p202> NV - 3. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/30997>. Acesso em: 16 jan. 2022.

GUIMARÃES, A. D.; DINIZ, S. C. Equipamentos culturais, hábitos e território: um estudo de caso do Espaço do Conhecimento UFMG. **Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, v. 11, 2019. DOI <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180093>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180093>. Acesso em: 16 jan. 2022.

HALL de acesso principal. Foto de Lucas Braga. **Escola de Arquitetura/ UFMG**, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/eventos/iv-seminario-urbanismo-e-urbanistas-no-brasil-inscricoes-abertas>. Acesso em: 1 fev. 2022.

IEPHA/MG. **Guia de bens tombados IEPHA/MG**. 2 ed. Belo Horizonte: IEPHA/MG, 2014a. v. 1. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/publicacoes/guia-dos-bens-tombados/Publication/4-Guia-dos-Bens-Tombados-Volume-1>. Acesso em: 16 jan. 2022.

IEPHA/MG. **Guia de bens tombados IEPHA/MG**. 2 ed. Belo Horizonte: IEPHA/MG, 2014b. v. 2. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/publicacoes/guia-dos-bens-tombados/Publication/7-Guia-dos-Bens-Tombados-Volume-2>. Acesso em: 16 jan. 2022.

IEPHA/MG. **Processo de avaliação para tombamento do Conservatório Mineiro de Música**. Belo Horizonte, p. 78, 1987.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2019**. Brasília: INEP, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 28 dez. 2021.

INCÊNDIO atinge Universidade da Cidade do Cabo e destrói coleção histórica. **Veja**, 20 abr. 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/incendio-atinge-universidade-da-cidade-do-cabo-e-destroi-colecao-historica/>. Acesso em: 1 dez. 2021.

INSTITUCIONAL Histórico. **Estação Ecológica UFMG**, Belo Horizonte, [s.d.]. Disponível em: <https://www.ufmg.br/estacaoecologica/institucional/memorial-virtual-eeco/historico/>. Acesso em: 12 jan. 2022.

KÜHL, B. M. Notas sobre a Carta de Veneza TT – Notes on the Venice Charter. ANAIS DO MUSEU PAULISTA: HISTÓRIA E CULTURA MATERIAL, v. 18, n. 2, p. 287-320, 2010. DOI <https://doi.org/10.1590/S0101-47142010000200008>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v18n2/v18n2a08.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2021.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 7 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

LE MOS JÚNIOR, C. B. **Patrimônio cultural em território urbano contemporâneo: o caso do “Circuito Cultural Praça da Liberdade” – Belo Horizonte (MG)**. 2016. 544 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/321651>. Acesso em: 28 dez. 2021.

LIMA, B. L. L. S. C.; MENEZES, E. M. B. **Relatório técnico arquitetônico de acessibilidade – Análise geral das condições de acessibilidade do museu de história natural e jardim botânico da UFMG**. Belo Horizonte: [s. n.], 2021.

LIRA, J. T. C. **Patrimônio construído da USP: preservação, gestão e memória**. São Paulo: EDUSP, 2014a.

LIRA, J. T. C. Patrimônio Edificado como Patrimônio Universitário: O CPC e a USP. *In*: LIRA, J. T. C. (Org.). **Patrimônio Construído da USP: Preservação, Gestão e Memória**. São Paulo: EDUSP, 2014b. p. 16-39.

LOURENÇO, M. C. F. *et al.* **Bens Imóveis Tombados ou em Processo de Tombamento da USP**. São Paulo: EDUSP, 1999.

MACIEL, C. A.; MALARD, M. L. **Territórios da Universidade: Permanências e Transformações**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

MARQUES, R. C. A Faculdade na cidade. *In*: STARLING, H. M. M.; GERMANO, L. B. P.; MARQUES, R. C. (Org.). **Medicina: história em exame**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 161-206.

MARTINS, B. B. **A vida é esta...** 2. ed. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar Martins, 2013.

MELO, B. A. *et al.* **Instituto Radium de Minas Gerais**. UFMG: Semana do Conhecimento, 2017. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/mostravirtual2017/wp-content/uploads/2017/10/CEMEMOR_05.pdf?iframe=true. Acesso em: 1 fev 2022.

MENDONÇA JÚNIOR, A.; ARAÚJO, M. S. S. A Universidade Federal de Pernambuco e a Patrimonialização de seus bens culturais: primeiras reflexões sobre a construção de uma política de preservação. *In*: GRANATO, M.; RIBEIRO, E. S.; ARAUJO, B. M. (Org.). **Cadernos do Patrimônio da Ciência e Tecnologia: instituições, trajetórias e valores**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2017. p. 203-230. Disponível em: http://site.mast.br/hotsite_cadernos_do_patrimonio_da_ciencia_e_tecnologia/index.html. Acesso em: 28 dez. 2021.

MIGLIANI, Audrey. "Clássicos da Arquitetura: Sede da SUFRAMA / Severiano Porto". **ArchDaily**, 18 fev. 2015. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/762300/classicos-da-arquitetura-sede-da-suframa-severiano-porto>. Acesso em: 18 maio 2021.

MINAS GERAIS. **Decreto Estadual nº 6.828, de 17 de março de 1925**. Aprova o regulamento provisório do Conservatório Mineiro de Música. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1925. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=6828&comp=&ano=1925>. Acesso em: 20 dez. 2021.

MINAS GERAIS. **Decreto Estadual nº 18.531, de 2 de junho de 1977**. Dispõe sobre o tombamento e a inscrição, nos respectivos livros, dos bens que menciona. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1977. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=18531&comp=&ano=1977>. Acesso em: 15 jun. 2021.

MINAS GERAIS. **Decreto Estadual nº 23.809, de 14 de agosto de 1984**. Aprova o tombamento da Praça Hugo Werneck e dos prédios do Hospital Borges da Costa e da Maternidade Hilda Brandão, situados em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1984. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=23809&comp=&ano=1984>. Acesso em: 10 set. 2019.

MINAS GERAIS. **Decreto Estadual nº 27.927, de 15 de março de 1988**. Homologa os tombamentos que menciona. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1988. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=27927&comp=&ano=1988>. Acesso em: 15 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 62.317, de 28 de fevereiro de 1968**. Aprova o Plano de Reestruturação da Universidade Federal de Minas Gerais. Brasília: Câmara dos Deputados, 4 mar. 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62317-28-fevereiro-1968-403509-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 nov. 2021.

MOREIRA, A. L.; LAGUARDIA, M. **Memorial Descritivo do Restauro das Fachadas do Centro Cultural**. Belo Horizonte: [s. n.], 2012.

MOREIRA NETO, E. Reitoria da UFMG: uma expressão do modernismo em Minas Gerais. **Archdaily**, 2019. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/928961/reitoria-da-ufmg-uma-expressao-do-modernismo-em-minas-gerais>. Acesso em: 10 nov. 2021.

MUSEU Casa de José de Alencar. **Museu Brasil**, [s.d.]. Disponível em: <http://museubrasil.org/pt/museu/museu-casa-de-jose-de-alencar>. Acesso em: 23 out. 2020.

NUNES, Larissa. Ela lida com “GENTE de CARNE e SANGUE”. Foto de Bruna Carvalho. **Boletim UFMG**, Belo Horizonte, n. 1.728, ano 37, 28 fev. 2011. Disponível em: <https://www.ufmg.br/boletim/bol1728/4.shtml>. Acesso em: 1 fev. 2022.

NUNES, L.; SANTOS, M. V. Um lugar, muitas histórias. **Saúde Informa**, Belo Horizonte, v. 8, p. 4-5, 2011. Disponível em: <https://www.medicina.ufmg.br/saude-informa-no-08/>. Acesso em: 16 fev. 2022.

OBSERVATÓRIO ASTRONÔMICO FREI ROSÁRIO – UFMG. **Observatório Astronômico Frei Rosário – UFMG**. Crédito da imagem de Leonardo Barçante. Belo Horizonte, 8 out. 2015. Facebook: observatório. Disponível em: https://m.facebook.com/OAFR.UFMG/photos/a.238273706186983/1249309858416691/?type=3&source=54&ref=page_internal. Acesso em: 03 jun. 2021.

OLIVEIRA. **Geoecologia e geodiversidade**: uma aplicação da análise da paisagem integrada no Museu de Historia Natural e Jardim Botânico da UFMG. 2018. 116 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-B7KNVP>. Acesso em: 10 fev. 2022.

OLIVEIRA, C. A. P; PERPÉTUO, M. O. O ensino na primeira escola de arquitetura do Brasil. **Arquitextos**, São Paulo, ano 6, nov. 2005. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.066/408>. Acesso em: 23 jan. 2022.

OLIVEIRA, V. F. **Práticas de gestão do patrimônio universitário edificado**: a experiência da UFRGS. 2019. 216 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/202430>. Acesso em: 23 jan. 2022.

PÁTIO. **Centro Cultural UFMG**, Belo Horizonte, [s.d.]. Disponível em: https://www.ufmg.br/centrocultural/?page_id=13590. Acesso em: 3 fev. 2022.

PINHEIRO, F. J. **Minas Gerais / Monumentos Históricos e Artísticos – Circuito do Diamante**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=51566&codUsuario=0>. Acesso em: 25 fev. 2022.

PLANO Metropolitano de Belo Horizonte (Plambel). **Conjunto urbano Praça da Estação de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1981.

Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=55274>. Acesso em: 3 fev. 2022.

POSSAS, H. C. G. “**Saber fazer e fazer saber** : os museus de ciência da UFMG”: (uma contribuição para a reflexão em torno dos museus de ciência universitários). 2006. 114 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/VGRO-72MSX>. Acesso em: 25 fev. 2022.

PRESSE, F. Novo incêndio destrói prédio da Escola de Arte de Glasgow, na Escócia. **G1**, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/novo-incendio-destroi-predio-da-escola-de-arte-de-glasgow.ghtml>. Acesso em: 25 fev. 2022.

REIS FILHO, N. G. A CPC e os imóveis de interesse cultural. *In*: LOURENÇO, M. C. F. *et. al.* (Org.). **Bens imóveis tombados ou em processo de tombamento da USP**. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 22-26.

REIS, S. L. F. **Escola de música da UFMG: Um estudo histórico (1925-1970)**. Belo Horizonte: Editora Santa Edwiges, 1993.

RESTAURADO, Presépio do Pípiripau será reaberto nesta quarta. **UFMG**, Belo Horizonte, 25 abr. 2017. Disponível em: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/047306.shtml>. Acesso em: 21 jan. 2022.

RICARDO, E. L. F. G. Espaços físicos e edificações. *In*: PEDROSO, E. R. P. (Org.). **Centenário da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG: 1911-2011**. Belo Horizonte: Folium, 2012. p. 398-412.

ROCHA, H. Novo, como há um século. **Boletim UFMG**, Belo Horizonte, n. 1.859, ano 40, abr. 2014. Disponível em: <https://www.ufmg.br/boletim/bol1859/6.shtml>. Acesso em: 4 jan. 2022.

SARAMAGO, J. **O caderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SEGANTINI, V. C.; JULIÃO, L. A UFMG e o patrimônio da ciência e cultura: da obsolescência à musealização. *In*: GRANATO, M.; RIBEIRO, E. S.; ARAUJO, B. M. (Org.). **Cadernos do Patrimônio da Ciência e Tecnologia: instituições, trajetórias e valores**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2017. p. 111-130. Disponível em: http://site.mast.br/hotsite_cadernos_do_patrimonio_da_ciencia_e_tecnologia/index.html. Acesso em: 4 jan. 2022.

SHALDERS, André. Verba usada no Museu Nacional em 2018 equivale a 2 minutos de gastos do Judiciário e 15 minutos do Congresso. **BBC News Brasil**, São Paulo, 3 set. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45377267>. Acesso em: 1 out. 2019.

SILVA, P. M. C. A. **A gestão do patrimônio cultural universitário e a implantação do memorial da engenharia em Pernambuco (2006-2014)**. 2015. 188 f.

Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/14955>. Acesso em: 4 jan. 2022.

SILVEIRA, A. J. T. A cidade da Faculdade. *In*: STARLING, H. M. M.; GERMANO, L. B. P.; MARQUES, R. C. (Org.). **Medicina: história em exame**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

SILVEIRA, A. J. T. *et al.* Saúde e arquitetura em Belo Horizonte. *In*: MARQUES, R. C.; SILVEIRA, A. J. T.; FIGUEIREDO, B. G. (Org.). **História da saúde em Minas Gerais: Instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)**. Barueri: [s. n.], 2011. p. 117-160.

SIMAL, C. J. R.; PARISOTTO, V. S. Um pouco da vida e da obra da Madame Curie e os 85 anos da sua visita a Belo Horizonte. **Revista Médica de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 361-368, 2011. Disponível em: <http://rmmg.org/artigo/detalhes/183>. Acesso em: 18 fev. 2022.

SIQUEIRA, B. P.; BRASILEIRO FILHO, G.; VIANA, M. B. Aspectos Administrativos – Organização da Faculdade de Medicina –1911 a 2011. *In*: PEDROSO, E. R. P. (Org.). **Centenário da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG: 1911-2011**. Belo Horizonte: Folium, 2012. p. 62-94.

SOARES, E. F. **Cidade universitária da UFMG: um território urbano em um Campus?** 2016. 280 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/MMMD-BATHAD>. Acesso em: 18 fev. 2022.

SOUZA, M. A. **As estratégias da pedagogia do assistencialismo em Belo Horizonte, 1930-1990: Educação e caridade**. 2001. 427 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2001. Disponível em: <https://1library.org/document/9ynglmjz-as-estrategias-pedagogia-assistencialismo-belo-horizonte-educacao-caridade.html>. Acesso em: 18 fev. 2022.

SPH/UFRGS. **Patrimônio Histórico e cultural da UFRGS**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

STARLING, H. **Campus UFMG**. Belo Horizonte: Conceito Editorial, 2019.

STARLING, H; DUARTE, R. H. **Cidade universitária da UFMG: História e Natureza**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SUINFRA. Faculdade de Direito. **Setor de Patrimônio Histórico – SPH/ UFRGS**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/patrimoniohistorico/faculdade-de-direito/>. Acesso em: 03 nov. 2020.

SUINFRA. Observatório Astronômico. **Setor de Patrimônio Histórico – SPH/ UFRGS**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/patrimoniohistorico/observatorio-astronomico/>. Acesso em: 03 nov. 2020.

THURSTON, J. Fire Tears Through Historic University of Vermont Building. **NECN**, ago. 2017. Disponível em: <https://www.necn.com/news/local/vermont/university-of-vermont-torey-hall-fire/18866/>. Acesso em: 18 fev. 2022.

UFC. **Resolução nº 16/CONSUNI, de 24 de agosto de 2020**. Altera a Resolução nº 25/CONSUNI, de 14 de agosto de 2019, que dispõe sobre a criação do Comitê de Patrimônio Cultural – CPAC/UFC, Ceará, 2019. Disponível em: http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/consuni/resolucao_consuni_2020/resolucao16_consuni_2020.pdf. Acesso em: 18 fev. 2022.

UFC. **Resolução nº 25/CONSUNI, de 14 de agosto de 2019**. Dispõe sobre a criação do Comitê de Patrimônio Cultural – CPAC/UFC, Fortaleza, 2019. Disponível em: http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/consuni/resolucao_consuni_2019/resolucao25_consuni_2019.pdf. Acesso em: 18 fev. 2022.

UFMG. **Comunidade da Escola de Arquitetura decide pela transferência para o campus Pampulha**. Belo Horizonte, abr. 2013a. Disponível em: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/028015.shtml>. Acesso em: 22 jan. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Foto do Palacete Thibau, edifício no centro da capital mineira que funcionou como primeira sede da Escola de Medicina de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 12 abr. 2017. Facebook: ufmgbr. Disponível em: <https://www.facebook.com/ufmgbr/photos/foto-do-palacete-thibau-edif%C3%ADcio-no-centro-da-capital-mineira-que-funcionou-como/1328559487179713/>. Acesso em: 30 jan. 2022.

UFMG. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2008-2012**. Belo Horizonte, 2008. 208 p. Disponível em: https://ufmg.br/storage/3/f/4/3/3f4306093ba5f66b7633a5167a49f047_15347223650757_335331363.pdf. Acesso em: 18 fev. 2022.

UFMG. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2023**. Belo Horizonte, 2018. 372 p. Disponível em: <https://www.ufmg.br/pdi/2018-2023/wp-content/uploads/2019/03/PDI-revisado06032019.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2020.

UFMG. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2017**. Belo Horizonte, 2013b. 190 p. Disponível em: https://ufmg.br/storage/7/e/f/d/7efdc27d6d46eaf954bca25fc423931e_153472246341_1967195189.pdf. Acesso em: 18 fev. 2020.

UFMG. **Plano Museológico**. Belo Horizonte, 2015. 80 p. Disponível em: <https://www.ufmg.br/mhnjb/wp-content/uploads/2018/09/PlanoMuseologico27102015.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2020.

UFMG. **Prédio da Escola de Arquitetura é tombado**. Belo Horizonte, jun. 2009. Disponível em: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/012259.shtml>. Acesso em: 1 mar. 2021.

UFMG. **Prédios históricos abrigaram as primeiras escolas da UFMG**. Belo Horizonte, dez. 2017a. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/predios-historicos-da-capital-abrigaram-as-primeiras-escolas-da-ufmg>. Acesso em: 16 jan. 2022.

UFMG. **Programação especial celebra 20 anos do Conservatório UFMG como espaço cultural**. Belo Horizonte, ago. 2020. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/programacao-intensa-celebra-20-anos-do-conservatorio-ufmg-como-espaco-cultural>. Acesso em: 29 dez. 2021.

UFMG. **“Renasce museu” bate meta de R\$ 300 mil e entra na segunda fase de arrecadação**. Belo Horizonte, fev. 2021a. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/renasce-museu-bate-meta-de-r-300mil-e-entra-na-segunda-fase-de-arrecadacao>. Acesso em: 14 fev. 2022.

UFMG. Restauração do Conservatório Mineiro de Música será concluída em outubro. **Boletim UFMG**, Belo Horizonte, v. 1.232, p. 4, 1999. Disponível em: <https://www.ufmg.br/boletim/bol1232/>. Acesso em: 1 nov. 2021.

UFMG. **Restaurado, Presépio do Pípiripau é reaberto nesta quarta**. Belo Horizonte, abr. 2017b. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/restaurado-preseprio-do-pipiripau-e-reaberto-nesta-quarta>. Acesso em: 1 nov. 2021.

UFMG. **UFMG e Belo Horizonte: muitas histórias para contar**. Belo Horizonte, dez. 2017c. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/ufmg-e-belo-horizonte-muitas-historias-para-contar>. Acesso em: 30 dez. 2021.

UFMG. UFMG entrega novo espaço cultural a Belo Horizonte. **Boletim UFMG**, Belo Horizonte, n. 1.287, ano 01.01.1970, 2000. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/publicacoes/boletim/edicao/1287>. Acesso em: 1 dez. 2021.

UFMG. **Um ano depois, Museu planeja exposição e reconstrução de espaço atingido por incêndio**. Belo Horizonte, jun. 2021b. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/um-ano-depois-mhnpj-planeja-exposicao-e-reconstrucao-de-espaco-atingido-por-incendio>. Acesso em: 14 fev. 2022.

UGANDA Makerere University fire: 'Ivory Tower' gutted. **BBC News**, 20 set. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-54225111>. Acesso em: 8 out. 2020.

UM ESPAÇO para o conhecimento / Jô Vasconcellos. **Archdaily Brasil**, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/755327/um-espaco-para-o-conhecimento-jo-vasconcellos?ad_medium=gallery. Acesso em: 26 jan. 2022.

UNIVERSITÁRIA, 2017, Mar de la Plata – Argentina: Universidade, Desenvolvimento e Futuro na Sociedade do Conhecimento, 2017, p. 1-16. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181204/101_00125.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 30 ago. 2020.

USP. Guia dos bens tombados ou em processo de tombamento da Universidade de São Paulo, **Centro de Preservação Cultural – USP**, São Paulo, 2018. Disponível em: http://paineira.usp.br/cpc/wp-content/uploads/2017/12/2018_guiabenstombados_WEB.pdf. Acesso em: 30 out. 2020.

WOLFF, S. F. S. Patrimônio Edificado da USP e sua Preservação. **Revista CPC**, São Paulo, n. 1, p. 121-127, abr. 2006. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i1p121-127>. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15584>. Acesso em: 10 nov. 2020.

APÊNDICE A – Recommendation Rec(2005)13 of the Committee of Ministers to member states on the governance and management of university heritage

Adopted by the Committee of Ministers on 7 December 2005 at the 950th meeting of the Ministers' Deputies)

The Committee of Ministers of the Council of Europe, under the terms of Article 15.b of the Statute of the Council of Europe,

Considering that the aim of the Council of Europe is to achieve greater unity among its members and that this aim can be pursued notably by common action in educational and cultural matters;

Having regard to the European Cultural Convention of 1954 (ETS No. 18);

Having regard to the Convention for the Protection of the Architectural Heritage of Europe (Granada Convention) (ETS No. 121) and to the European Convention on the Protection of the Archaeological Heritage (Revised) (Valletta Convention) (ETS No. 143);

Having regard to the Final Declaration and the Action Plan adopted by the Second Summit of Heads of State and Government of the Council of Europe (October 1997);

Having regard to the “Europe, a Common Heritage” campaign, undertaken between 1999 and 2000 on the decision of the Second Summit, and in particular to the project on the heritage of European universities within this campaign;

Having regard to the Joint Declaration of the European Ministers of Education signed in Bologna on 19 June 1999 launching the Bologna Process of higher education reform aiming to establish a European Higher Education Area by 2010;

Considering that the heritage of European universities encompasses elements of key importance to higher education today, such as academic and institutional autonomy, the ability to adapt and renew while preserving core values of independent scholarship, and freedom of teaching and learning, and that these are fully compatible with the values of the Council of Europe;

Considering that university autonomy is an integral part of the heritage of European universities and one of the key principles of higher education in Europe;

Considering that this very university autonomy has confirmed the uniqueness of university heritage;

Considering that cultural heritage is the subject of international legal instruments, such as the Granada and Valletta Conventions, that address general issues of cultural heritage without specific reference to the heritage of universities;

Considering that the responsibility for the governance and management of the university heritage is shared between governments, other public authorities at national, regional and local levels and higher education institutions;

Considering the role played in the governance and management of university heritage by non-governmental organisations at international, national and regional levels;

Considering that the newer standard-setting texts on cultural heritage within the context of the Council of Europe provide a wider definition of the concept of cultural heritage with more emphasis on beliefs, perceptions, traditions and concepts that make reference to intellectual heritage;

Having regard to the Hague Convention for the Protection of Cultural Property in the Event of Armed Conflict of 14 May 1954 and its Second Protocol of 26 March 1999, the UNESCO Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage of 17 October 2003 and the World Intellectual Property Organisation's normative texts directly related to intellectual heritage, such as the Berne Convention for the Protection of Literary and Artistic Works;

Considering that cultural heritage is subject to national legislation, most of which deals with heritage in broader terms rather than specific aspects of heritage, such as university heritage and that, in some countries, higher education legislation may contain provisions that are also relevant to university heritage, but that there is little or no synergy between these two categories of laws;

Considering that no international standards exist specifically for university heritage and that policies and strategies for the protection of this heritage are highly diverse and range from fully developed structures to an absence of definition of management responsibilities other than informal precedent;

Considering that higher education institutions have a double mission as concerns training in heritage: on the one hand, they have a mission to train high level specialists

in all heritage-related fields, while on the other hand, they also have a mission to provide training in the specific heritage of universities for both heritage specialists and members of the academic community specialising in other areas;

Considering that the European dimension is an integral part of university heritage, and vice versa, that universities are, by their history, their heritage and their current activities, European and international institutions par excellence, and that the European dimension should guide all activities related to university heritage,

Recommends that the governments of member states:

- a. take steps to implement in their policy, law and practice the principles set out in the appendix to this recommendation;*
- b. promote the implementation of the principles and measures contained in the appendix where this is not the direct responsibility of governments;*
- c. promote the implementation of these measures by relevant public authorities at all levels as well as higher education institutions;*
- d. ensure that this recommendation is distributed as widely as possible among all persons and bodies concerned.*

Appendix to Recommendation Rec(2005)13

Scope

- 1. The present recommendation aims to set out guidelines for and good practice in the governance and management of the heritage of European universities.*
- 2. The provisions of this recommendation are applicable to higher education institutions and bodies seeking to adhere to the traditions and values that this heritage represents as defined in the present recommendation, and that assume responsibility for the protection and enhancement of these traditions and values as a common European heritage, regardless of the age of these institutions.*
- 3. This recommendation is addressed to governments. However, in view of the shared responsibility for the governance and management of university heritage, its provisions may be implemented not only by governments, but also by other public authorities at national, regional and local levels, higher education*

institutions and public bodies responsible for the management and protection of cultural heritage, as the case may be.

Definitions

University/higher education institution

4. *For the purposes of the present recommendation, the terms “university” and “higher education institution” shall designate an establishment providing higher education and being recognised by the competent authority as belonging to its system of higher education. For the purposes of the present text, the terms shall be used indiscriminately, even if it is realised that in some higher education systems, a formal and/or legal distinction is made between various kinds of higher education institutions, and that the right to the use of the term “university” may be protected by law.*

Heritage of universities

5. *For the purposes of this recommendation, the “heritage of universities” shall be understood to encompass all tangible and intangible heritage related to higher education institutions, bodies and systems as well as to the academic community of scholars and students, and the social and cultural environment of which this heritage is a part. The “heritage of universities” is understood as being all tangible and intangible traces of human activity relating to higher education. It is an accumulated source of wealth with direct reference to the academic community of scholars and students, their beliefs, values, achievements and their social and cultural function as well as modes of transmission of knowledge and capacity for innovation.*

Institutional heritage policies

6. *The heritage of European universities concerns individual higher education institutions as well as the academic community of scholars and students collectively, and European society at large. Higher education institutions should be encouraged to establish transparent institutional policies for protecting and raising awareness of their heritage both within the institutions and in the larger society. In so doing, institutions could make explicit their understanding, preservation and enhancement of their heritage and the goals for its conservation and for raising awareness of it, as well as specify the structure,*

instruments and means with which the institution intends to implement these policies, including its decision-making structures and a clear planning process.

Legislative framework

7. *Competent public authorities and higher education institutions should be encouraged to make full use of existing laws and of external and internal regulations for the protection and preservation of the heritage of universities.*
8. *Competent public authorities and higher education institutions should, however, be encouraged to review their laws and/or internal regulations with a view to adopting adequate provisions to protect their heritage where such do not already exist. In their internal regulations, universities should be encouraged to take account of possible measures for protecting and raising awareness of the heritage of universities as outlined in the present recommendation through legislation as well as guidelines established by professional organisations.*
9. *The status of the university heritage and parts thereof should be clarified through law or internal university regulations, as the case may be.*

Heritage governance and management at higher education institutions

10. *University leaders should be encouraged to consider all parts of the heritage of a higher education institution as falling under their ultimate legal, administrative and moral responsibility.*
11. *Universities should be encouraged to define, as appropriate in the context of the particular institution, the political and administrative responsibility for the university heritage as well as appropriate reporting mechanisms.*
12. *Higher education institutions should be encouraged to make their goals and policies for the university heritage explicit, for example through the adoption of a heritage charter for the institution or a specific heritage plan.*
13. *Institutions and units managing parts of the university heritage, such as museums, collections, libraries, archives, building services or university departments, should be encouraged to make explicit their goals and policies for the parts of the university heritage that fall under their responsibility, taking due account of the overall heritage policies of the higher education institution of which they are a part.*

14. *The management of the university heritage and parts thereof should conform to the best national and international standards established by competent heritage bodies or authorities within or outside of the university.*
15. *In considering major overall decisions and developments, including strategic plans for the institution, plans for the use of its buildings and their surroundings and other development plans, elected bodies as well as the administration of higher education institutions should be encouraged to give explicit consideration to the impact of such plans and decisions on the university heritage.*
16. *Universities should be encouraged to make acquisitions, bequests, loans, deposits and disposals an integral part of institutional policy and allow them to benefit from adequate conservation measures and administrative and financial safeguards, including insurance policies.*

Finance

17. *The financing of the policies for university heritage falls under the shared responsibility of government and of higher education institutions. In systems with public financing of higher education – whether entirely or partially – the competent public authorities should include provisions for the financing of the policies for the university heritage in the budgets allocated to higher education institutions. The institutions should in their turn be encouraged to make provision for the financing of their heritage policies within their own budget, whether publicly or privately funded, and seek to obtain additional funding from external sources.*
18. *Higher education institutions and bodies should be encouraged to provide and maintain suitable physical accommodation for their heritage and to provide balanced and reasonable funding for its protection and enhancement.*
19. *To the extent that the upkeep and protection of university heritage is financed through the general university budget, rather than through earmarked provisions from public or other sources, higher education institutions should be encouraged to set up the budget in such a way as to make it possible to identify the appropriations for heritage purposes.*
20. *Where required, institutions should be encouraged to seek supplementary external funds to enhance their heritage and implement their heritage policies.*

Such funds may be sought from local, regional, national or international sources.

Access

- 21. As far as compatible with the main missions of the university and with international and national standards of ethical practice, universities should be encouraged to make their heritage accessible to members of the academic community and/or the general public, as appropriate.*
- 22. In some cases, access may need to be restricted in order to protect and conserve specific parts of this heritage or for reasons that have to do with the research and teaching of the institution. In such cases, institutions should be encouraged to make every effort to achieve a reasonable balance between heritage conservation needs, the needs of research and teaching and the desirability of providing wide access for the general public. However, at no time should the conservation of university heritage be endangered by institutional policies concerning access to this heritage.*
- 23. Institutions should be encouraged to give access to their university heritage for members of the general public at affordable prices and within reasonable opening hours.*
- 24. Higher education institutions and bodies should be encouraged to take appropriate measures to safeguard and protect their heritage.*
- 25. As far as possible and in accordance with their general heritage policies, universities should be encouraged to take appropriate measures and develop methods for the promotion of the value, nature and interest of this heritage today.*

Professionalisation

- 26. Higher education institutions, in co-operation with ministries or agencies responsible for higher education and cultural heritage and/or relevant professional organisations, as appropriate, should be encouraged to consider qualifications requirements, career structures and professional development plans for different categories of staff working on university heritage. In particular, they should be encouraged to credit academic staff with appropriate academic*

merit for their work with museums, collections, archives, libraries and other academic work related to university heritage.

27. Higher education institutions should be encouraged to consider elaborating specific instructions for heritage-related posts, emphasising the specific professional requirements.

28. They should be encouraged to advertise internationally at least those heritage-related posts that require a high level of heritage expertise, with a view to making it possible to fill some posts with foreign experts. Governments should take steps to abolish any remaining legislation stipulating that certain posts at higher education institutions or heritage institutions may only be filled by nationals.

29. Higher education institutions and bodies as well as ministries responsible for higher education and/or cultural heritage should seek to set up fora and networks, both nationally and internationally, for professional exchange and development among heritage professionals working on university heritage.

Training

30. Higher education institutions should be encouraged to establish training programmes in heritage-related fields. They should aim to provide balanced competences and skills combining an overview and a common-heritage approach with training in the specific knowledge and skills required of the various heritage-related professions as well as “instrumental” skills and, as far as possible, should be integrated with and draw on existing heritage units at the institution.

31. Students in heritage-related fields should be strongly encouraged to train for at least one semester at a foreign university, and universities should be encouraged to make every effort to recognise the period spent at a foreign institution as part of the degree to be earned from the student’s home institution. Higher education institutions should also be encouraged to seek co-operation with other institutions with a view to offering joint, advanced-level heritage courses involving staff and students from several universities.

Research

32. *With due regard for the principle of institutional autonomy and for the freedom of academic staff to select the topics of their own research, higher education institutions should encourage research on heritage by their own staff as well as by other qualified researchers, taking an interdisciplinary and comparative approach and, as appropriate, seeking to co-ordinate such research.*
33. *Research councils, international research programmes, foundations and other bodies funding research should be encouraged to support programmes and projects to further research both on heritage in general and more specifically on the heritage of universities, in particular programmes and projects involving specialists from a variety of disciplines (conservation, restoration, inventories, core data systems and applied high technology) and/or from a variety of higher education institutions from various countries.*
34. *Higher education institutions and bodies should be encouraged to make all parts of their heritage available for research purposes in so far as this does not entail a risk for the conservation of this heritage. In the latter case, they should be encouraged to seek alternative solutions for the proper use of this heritage for research purposes.*

Awareness raising

35. *Higher education institutions should be encouraged to make focused efforts to raise awareness of their heritage in the academic community of scholars and students, in their local communities, among political decision makers and in civil society at large.*
36. *Higher education institutions should be encouraged to include in their awareness-raising efforts activities which aim to improve knowledge and understanding of their heritage among pupils and teachers at schools, in particular local schools, in order to help them identify with this heritage and see it as a part of the heritage of their community and region as well as a part of the common heritage of Europe.*
37. *Higher education institutions should be encouraged to develop policies and strategies for co-operating with media on a regular basis to raise awareness of their university heritage. They should also be encouraged to prepare*

publications on their history and heritage and to aim at least some of them at general readers and be available at an affordable price.

- 38. Higher education institutions should be encouraged to provide staff members responsible for communication, external relations and awareness-raising activities with a background in the heritage of the institution as well as in the heritage of European universities.*

Relations with the local community

- 39. True to their mission of teaching, research and awareness raising, higher education institutions should, in general terms, be encouraged to seek to develop and maintain close connections with the local communities of which they are a part and offer their services and expertise to these communities as appropriate.*
- 40. Higher education institutions should be encouraged to seek to develop close relations with local authorities as well as with civil society in the communities in which they are located. Local and regional authorities should, for their part, also be encouraged to seek to develop and maintain close relations with higher education institutions in their area.*

International co-operation

- 41. Governments should encourage universities as well as relevant public authorities to explore and make use of all possibilities to establish European and international co-operation activities in heritage-related fields, including, as appropriate, programmes of international organisations and institutions, such as the Council of Europe, UNESCO, the European Union, the European Science Foundation, University Museums and Collections (UMAC), International Council of Museums (ICOM/ICOMOS) or the International Council on Archives (ICA), regional co-operation programmes, university networks and bilateral university co-operation.*
- 42. In the same way, universities should be encouraged to promote heritage research projects, including a comparative and/or European dimension, in particular where such projects include co-operation between staff at various European universities.*

43. Governments should encourage higher education institutions as well as relevant public authorities to make full use of the opportunities offered for increased international co-operation within the framework of a European higher education area and of Council of Europe conventions and other legal instruments.

APÊNDICE B – Carta do Patrimônio Cultural da Universidade de São Paulo

PRINCÍPIOS

1. Tendo por base os preceitos do artigo 216 da Constituição Federal, o patrimônio cultural da Universidade de São Paulo abrange o conjunto de bens de natureza tangível ou intangível que façam referência às práticas culturais, à memória e à ação dos vários grupos formadores da Universidade.
2. Os bens culturais acima referidos constituem-se na medida em que seletivamente se atribuem a eles, por parte dos vários grupos formadores da Universidade, valores, sentidos e significados variados.
3. Os bens culturais universitários incluem, mas não se limitam, a manifestações e referências culturais de estudantes, professores, funcionários da Universidade, bem como da sociedade a ela externa, como festas, lugares, paisagens e celebrações; rotinas, práticas, modos de fazer, de criar e tradições acadêmicas; acervos de natureza arquivística, museológica e bibliográfica; espaços, sítios e conjuntos arquitetônicos e urbanísticos; lugares de memória e consciência e paisagens.
4. As práticas culturais dependem de seus vetores, suportes e referenciais materiais, mas estes, desvinculados das práticas, perdem seu sentido. São indissociáveis, portanto, as dimensões materiais e imateriais dos bens culturais.
5. Os processos de patrimonialização se enriquecem na medida em que os vários discursos e narrativas envolvidas se confrontem, sejam elas marcadas por argumentos técnicos, afetivos, científicos ou subjetivos. Nesse sentido, o processo deve se dar em uma perspectiva democrática e de dissenso, na qual os vários anseios dos diferentes coletivos e discursos presentes na universidade se façam ouvir.

6. Todos os sujeitos individuais e coletivos que constituem a Universidade possuem autonomia para dar início ao processo de patrimonialização, cuja institucionalização deve ser debatida com todos os demais interessados.
7. Os sentidos, significados e valores atribuídos aos bens culturais possuem historicidade e estão sujeitos a transformação.
8. O processo de inventariação, preservação salvaguarda e difusão de bens culturais é dinâmico e deve reconhecer a multiplicidade de leituras, narrativas e sentidos em todas as suas ações.

OBJETIVOS

9. Promover uma cultura patrimonial plural e democrática, aberta ao dissenso e à multiplicidade de narrativas, sentidos e significados atribuídos aos bens culturais associados aos vários grupos formadores da Universidade.
10. Colaborar na formulação e apresentar diretrizes e recomendações para o estabelecimento de políticas, programas, projetos e ações de identificação, salvaguarda e comunicação dos bens culturais no contexto da Universidade de São Paulo e fornecer subsídios à implementação adequada de tais iniciativas sobretudo aos órgãos executivos.
11. Respeitar e difundir, no contexto da Universidade, as normas e legislação relevantes ao campo do patrimônio cultural, em especial o artigo 216 da Constituição Federal de 1988 (que versa sobre o patrimônio cultural brasileiro), o Decreto 3.551/2000 (que institui o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial), a Portaria 127/2009 do Iphan (que institui a chancela da paisagem cultural), a Lei 12527/2011 (Lei de Acesso à Informação), o decreto estadual 58.052/2012 (que regulamenta em nível estadual a Lei de Acesso à Informação), assim como as normas da universidade.

DIRETRIZES

12. Constituir instrumentos específicos para cada categoria de bem cultural de modo a operacionalizar os princípios aqui traçados. Não se limitando às seguintes, as categorias incluem:

- a) Conjuntos, construções e sítios (bens arquitetônicos e urbanísticos, conjuntos edificados, obras de infra-estrutura, sítios de interesse arqueológico e paisagens);
- b) Acervos e coleções (reunidos institucionalmente ou difusos, de natureza museológica, arquivística ou bibliográfica, de vários artefatos ou suportes);
- c) Referências culturais (formas de fazer e de criar; rituais, celebrações, festas, formas de expressão; lugares, territórios e paisagens constituintes de manifestações culturais, de memória e de consciência; atividades e práticas cotidianas próprias da experiência e da vida universitária)

13. Os instrumentos específicos de inventariação, preservação, salvaguarda e valorização dos bens associados às categorias apresentadas se enriquecerão na medida em que respondam às seguintes recomendações.

RECOMENDAÇÕES

14. Para a Universidade:

- a) Dialogar com o Sistema Nacional do Patrimônio Cultural
- b) Difundir, interna e externamente, nas várias estâncias e órgãos, o conjunto de princípios listados neste documento.
- c) Criar condições para uma ação integrada e responsável dos seus vários órgãos executivos cujas atribuições envolvem o contato com bens culturais.

- d) Estimular nas unidades, quando se revelar necessário, a formação de conselhos curadores dos bens culturais de composição paritária.
- e) Colaborar nos processos relacionados à gestão dos bens culturais pertencentes à universidade junto aos órgãos de preservação existentes nas várias instâncias externas, segundo os ritos aqui traçados.
- f) Estabelecer instrumentos de fomento aos bens culturais, na forma de editais, fundos, apoio técnico, etc.

15. Para os interessados e proponentes de iniciativas patrimoniais, no interior da universidade:

- a) Buscar, sempre que possível, manter diálogo ativo com os órgãos públicos, internos e externos à universidade, cuja atribuição institucional envolva a inventariação, preservação e comunicação de bens culturais — particularmente, na USP, o Centro de Preservação Cultural, o Arquivo Geral, a Superintendência do Espaço Físico, a Superintendência de Gestão Ambiental; e, externamente, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Instituto Brasileiro de Museus, o Sistema Estadual de Museus de São Paulo, o Conselho Nacional de Arquivos, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo, bem como dos órgãos municipais de preservação.
- b) Registrar de forma sistemática o conjunto de ações conduzidas junto aos bens culturais visando sua preservação e difusão pública.
- c) Garantir a participação dos grupos diretamente envolvidos com os bens culturais que são objeto de tais iniciativas.
- d) Adotar processos dialógicos e participativos na implementação dos princípios elencados nesta carta, de modo a garantir a multiplicidade de interpretações sobre o patrimônio cultural.

APÊNDICE C – Carta do Rio de Janeiro sobre o Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia

1. CONSIDERANDO que a ciência exerce grande influência no desenvolvimento da sociedade, possibilitando transformações no nosso cotidiano, a partir da ampliação do conhecimento humano acerca do mundo;
2. CONSIDERANDO que os avanços científicos possibilitaram o desenvolvimento tecnológico, com a produção de novas máquinas e princípios científicos, que proporcionam transformações nas condições de produção do mundo social;
3. CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988, no art. 216, que define o patrimônio cultural brasileiro como sendo constituído por bens de natureza tangível e intangível, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, incluindo as criações *científicas*, artísticas e *tecnológicas* (item III);
4. CONSIDERANDO que desde o surgimento das cartas patrimoniais, com a Carta de Atenas (1931), os bens de natureza científica são referenciados e é preconizada a proteção dos “monumentos de interesse histórico, artístico ou *científico*, pertencentes às diferentes nações”;
5. CONSIDERANDO a Recomendação de Paris (1964), que em seu primeiro artigo propõe a definição de bens culturais e coloca as “coleções *científicas* no rol de bens a serem preservados pelas nações”;
6. CONSIDERANDO a 15ª Conferência Geral da UNESCO (1968), que define em seu artigo I, alínea b, como bem cultural imóvel: “sítios arqueológicos, históricos ou *científicos*, edificações ou outros elementos de valor histórico”. Soma-se a este, o artigo III, que na alínea b faz menção à necessidade de dotação orçamentária para o patrimônio imóvel *científico*.

7. CONSIDERANDO a Convenção de Paris (1970), que apresenta no rol de bens culturais a serem protegidos: “os bens relacionados com a história, inclusive a história da *ciência e tecnologia*, com a história militar e social, com a vida dos grandes estadistas, pensadores, cientistas e artistas nacionais e com acontecimentos de importância nacional”.
8. CONSIDERANDO a Convenção de Paris (1970), que apresenta no rol de bens culturais a serem protegidos: “manuscritos raros e incunáveis, livros, documentos e publicações antigas de interesse especial (histórico, artístico, *científico*, literário, etc.), isoladas ou em coleções”.
9. CONSIDERANDO a 17ª Conferência Geral da UNESCO (1972), na qual se apresenta uma definição do que pode ser considerado como patrimônio cultural: os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura e pintura ou de pinturas monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos, que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência. Conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência. Lugares notáveis: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as zonas, inclusive lugares arqueológicos, que tenham valor excepcional do ponto de vista histórico, estético ou antropológico;
10. CONSIDERANDO a Carta de Burra - Austrália (1980), que em seu artigo I dispõe sobre o termo de significação cultural que designa valor estético, histórico, *científico* e cultural, como também salienta a necessidade de preservação do legado científico às gerações futuras;
11. CONSIDERANDO que o Poder Público, com a colaboração da sociedade, deve promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, e que os bens culturais de ciência e tecnologia são integrantes deste patrimônio, sua preservação deverá ocorrer de forma compartilhada, entre sociedade civil e Estado.

12. CONSIDERANDO que a responsabilidade das ações relacionadas à preservação do Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia brasileiro é uma atribuição do Ministério da Cultura (MinC), conforme decreto nº 8.837, de 17 de agosto de 2016;
13. CONSIDERANDO que nos livros de tomo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional não existe nenhum livro dedicado à ciência e a tecnologia e que os bens culturais relacionados, quando contemplados, estão inseridos nos livros “Histórico” ou “Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico” (mesma situação é constatada em nível estadual e municipal);
14. AFIRMANDO que grande parte dos itens que poderiam compor o Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia já se perdeu e que aqueles ainda existentes se encontram em situação de alto risco de desaparecimento,

Profissionais e instituições vêm a público atestar a relevância deste patrimônio, apresentando diretrizes que contribuam para a construção de políticas que visem sua salvaguarda.

DEFINIÇÃO

1. O Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia constitui-se do legado tangível e intangível relacionado ao conhecimento científico e tecnológico produzido pela humanidade, em todas as áreas do conhecimento, que faz referência às dinâmicas científicas, de desenvolvimento tecnológico e de ensino, e à memória e ação dos indivíduos em espaços de produção de conhecimento científico. Estes bens, em sua historicidade, podem se transformar e, de forma seletiva lhe são atribuídos valores, significados e sentidos, possibilitando sua emergência como bens de valor cultural.
2. O Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia inclui artefatos, construções humanas e paisagens naturais, locais de observação do céu noturno, observatórios astronômicos e geofísicos, estações meteorológicas e agrônômicas, laboratórios, museus, inclusive jardins botânicos e zoológicos, e

locais utilizados ou construídos com a finalidade de sediar experimentos, conservar coleções científicas, propiciar aprendizagem e o intercâmbio de ideias, desenvolver e produzir instrumentos, máquinas e processos relacionados desenvolvimento tecnológico, públicos ou privados.

3. São objetos de significação cultural da ciência e da tecnologia as coleções científicas de todas as áreas do conhecimento (Saúde, Humanidades, Engenharias, Ciências Exatas, Biológicas, Linguagens Artísticas, Comunicação e Informação, etc.), instrumentos científicos de todos os tipos, máquinas e montagens, cadernos de laboratório, cadernos de campo, livros, fotografias, entre outros tipos de documentos, públicos e privados, relacionados aos processos de construção do conhecimento científico e tecnológico.
4. Fazem parte do patrimônio cultural intangível da ciência e da tecnologia as dinâmicas desenvolvidas para as atividades científicas e de incremento tecnológico em laboratórios, as práticas de ensino e pesquisa, o saber-fazer científico, entre outros.
5. O Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia possui áreas de intersecção com diversos outros recortes patrimoniais, como, por exemplo, o patrimônio industrial, o patrimônio ferroviário, arqueológico, paleontológico, do ensino, entre outros. Estas zonas de contato possibilitam perceber a amplitude da cultura científica na sociedade contemporânea, reforçando a necessidade do seu reconhecimento e preservação.

OBJETIVOS

1. Contribuir para a preservação do Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia no Brasil;
2. Estimular o debate sobre o Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia em instituições de ensino, pesquisa e museus;

3. Incentivar a criação de políticas públicas, nos níveis municipal, estadual e federal, para a identificação, preservação e divulgação do Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia;
4. Promover uma cultura de preservação dos bens culturais da ciência e da tecnologia, aberta à multiplicidade de olhares, sentidos, significados e valores atribuídos pelos vários grupos formadores do campo científico e tecnológico, apresentando as diretrizes que se seguem.
5. Promover a cultura científica, realizando, a partir de pesquisas, a disseminação e divulgação do Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia.

DIRETRIZES

1. Incentivar a prática de trabalho em rede, em diversas instâncias administrativas e órgãos públicos e privados cuja atribuição institucional envolva a inventariação, conservação e comunicação de bens culturais, e o desenvolvimento de programas e projetos particularmente relacionados ao Patrimônio Cultural da Ciência e da Tecnologia;
2. Incentivar as políticas de preservação in situ do Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia;
3. Incentivar o envolvimento da sociedade na preservação do Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia, adotando processos dialógicos e participativos na implementação das diretrizes elencadas nesta Carta;
4. Construir ferramentas de reconhecimento institucional, formal, da existência de conjuntos de objetos e coleções - como inventários, livros de tombo, portarias, instruções normativas, etc. - na unidade de tutela direta do acervo;
5. Estimular a realização de uma avaliação prévia de bens materiais a serem descartados nas instituições de ensino e pesquisa, de forma que seja possível identificar itens com valor cultural que devem ser permanentemente

- preservados em suas unidades de tutela direta ou em instituições de preservação;
6. Apoiar instituições de ensino e pesquisa, museus, bibliotecas e arquivos que executem trabalhos de identificação, preservação e divulgação do Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia;
 7. Incentivar a criação de linhas permanentes de financiamento público para a salvaguarda do Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia nas instituições de ensino, pesquisa e de preservação;
 8. Promover fóruns de debate sobre a preservação e divulgação do Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia;
 9. Reconhecer o potencial do Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia para a divulgação da ciência e promoção da cultura científica junto a públicos mais vastos;
 10. Estimular a formação de profissionais capacitados para trabalhar na preservação, documentação e divulgação do Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia;
 11. Evitar a reconstituição de objetos ou reutilização de partes de objetos que criam falsos históricos, priorizando-se a originalidade do objeto da ciência e tecnologia;
 12. Promover e divulgar metodologias especializadas na conservação, documentação e comunicação do Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia.

Rio de Janeiro, 09 de maio de 2017

ANEXO A – Roteiro para consolidação de informações sobre os imóveis tombados

Figura 94 - Imagem Ilustrativa do Imóvel



Fonte: indicar

Identificação

- Identificação atual:
- Outros nomes:
- Uso:
- Classificação:
- Localização:

Construção e Administração

- A) Data de Construção:
- B) Data de Inauguração:
- C) Autor do projeto:
- D) Data de incorporação a UFMG:
- E) Administrado por:

Histórico

Descrição

Registros de Tombamento

- Responsável Pelo Tombamento:

- Status:
- N° do processo:
- Identificação do processo:
- Inscrições:

Quadro 27 - Inscrições do Tombamento da Edificação pelo XXXXXX

Livro	Volume	N° de Inscrição	Data

Fonte:

Razões de Tombamento

Bibliografia